



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**LUANA INGRID GOMES MAIA**

***HERMANOS, ESTORVOS, AMEAÇAS:***  
**IDENTIDADE E TENSIVIDADE NA REPRESENTAÇÃO DE ESTRANGEIROS**  
**LATINO-AMERICANOS PELO PORTAL G1**

**FORTALEZA**

**2024**

LUANA INGRID GOMES MAIA

*HERMANOS, ESTORVOS, AMEAÇAS:*  
IDENTIDADE E TENSIVIDADE NA REPRESENTAÇÃO DE ESTRANGEIROS  
LATINO-AMERICANOS PELO PORTAL G1

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M187h Maia, Luana Ingrid Gomes.

Hermanos, estorvos, ameaças : identidade e tensividade na representação de estrangeiros latino-americanos pelo portal G1 / Luana Ingrid Gomes Maia. – 2024.  
158 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.

1. Construção identitária. 2. Tensividade. 3. Discurso jornalístico. 4. Alteridade. 5. América Latina. I. Título.

CDD 410

---

LUANA INGRID GOMES MAIA

*HERMANOS, ESTORVOS, AMEAÇAS:*  
IDENTIDADE E TENSIVIDADE NA REPRESENTAÇÃO DE ESTRANGEIROS  
LATINO-AMERICANOS PELO PORTAL G1

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 21/03/2024

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Otávia Marques de Farias  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno  
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente ao professor Ricardo Lopes Leite pela orientação concedida e, em especial, pela paciência que teve comigo ao longo destes dois anos. Quando comecei o mestrado, nada sabia acerca da Semiótica Discursiva e, por conseguinte, essa jornada resultou mais desafiadora que o esperado. Apesar disso, o professor sempre me incentivou a continuar e, quando necessário, não se esquivava de explicar-me os conceitos, por mais básicos que fossem. Além disso, agradeço-o por ter buscado a maneira de adequar à Semiótica o tema com o qual eu queria trabalhar. Desde que iniciei a graduação, sempre me interessei pela relação entre o Brasil e os demais países latino-americanos e, sobretudo, pela forma como tais nações são vistas aqui. Poder finalmente realizar uma investigação acerca disso me trouxe enorme satisfação e tornou esse percurso ainda mais recompensador.

Agradeço também à professora Otávia Marques e ao professor Alexandre Bueno por terem aceitado avaliar este trabalho na qualificação e na defesa final. As sugestões dadas na primeira etapa foram cruciais para que eu pudesse enriquecer a dissertação e entregar, na segunda e derradeira fase, um texto mais completo e coeso.

Igualmente, gostaria de agradecer à minha família pelo carinho e suporte emocional. Aos meus irmãos, Raíssa e Guilherme, por me ajudarem a espairecer sempre que minha mente se encontrava exausta; ao meu pai, Damião, pela constante torcida e demonstração de orgulho; e à minha mãe, Betânia, que me deu apoio não só psicológico, mas também teórico, especialmente durante o período em que estava cursando as disciplinas. Graças à minha família, esse desafio se tornou mais ameno.

Finalmente, agradeço à CAPES pela bolsa concedida durante o mestrado. Sem essa ajuda financeira, dificilmente teria tido condições de concluir a pós-graduação com êxito.



“[Brasil es] un mundo en sí mismo – un subcontinente como la India –, cuyas relaciones con el resto de la región pasan por la economía y la geopolítica, pero no comparte cultura, lengua, historia; un mundo que se interesa poco por lo que pasa en el resto de la región, por el que la región no se interesa mucho: un mundo en sí.” (CAPARRÓS, 2021, p. 19)

## RESUMO

Todos os anos, o Brasil recebe uma quantidade expressiva de estrangeiros. Na última década, esse contingente passou a ser constituído majoritariamente por cidadãos de outras nações latino-americanas, os quais prevalecem tanto a nível de imigração quanto de turismo (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022). Considerando, portanto, que tais indivíduos estão fortemente inseridos no cotidiano da pátria, pretende-se verificar como é feita sua construção identitária pela imprensa nacional – que, por seu alcance e poder de persuasão, instaura-se como um dos mais relevantes criadores e propagadores de estereótipos culturais –. Neste trabalho, o foco recai sobre manchetes e respectivos subtítulos publicados no principal portal de notícias on-line do país, o G1 (REUTERS INSTITUTE, 2022), com vistas a (i) constatar em que medida há uma isotopia comum que perpassa as diferentes nacionalidades analisadas e que resulte em uma imagem-fim desse conjunto; (ii) identificar quais fatores influenciam as dinâmicas tensivas construídas pelo G1 ao noticiar fatos envolvendo esse grupo; e (iii) detectar qual o regime de alteridade predominantemente empregado em relação aos estrangeiros latino-americanos e como ele é validado pelos efeitos de sentido resultantes das modulações tensivas operadas no campo discursivo. Para lograr tais intentos, utilizou-se sobretudo o arcabouço teórico-metodológico da Semiótica Tensiva (FONTANILLE, 2001 [1998]; FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998]; ZILBERBERG, 2016a [2012]; ZILBERBERG, 2016b [2006]), com ênfase nas operações extensivas de triagem e mistura. De igual modo, convocaram-se elementos referentes ao percurso gerativo do sentido (BARROS, 1997; FIORIN, 2000; BERTRAND, 2003) – especialmente os componentes sintáticos e semânticos do nível discursivo –, bem como desdobramentos próprios da Sociosemiótica (LANDOWSKI, 2012), mormente no que tange às dinâmicas identitárias em contextos de interação social e contato com alteridades. Subsequentemente, tais conceitos foram empregados para analisar qualitativamente um *corpus* de 40 textos, que aludem a fatos locais envolvendo argentinos, bolivianos, colombianos, paraguaios e venezuelanos. Finda a análise, constatou-se que a construção identitária operada pelo G1 se ancora em estereótipos sociais e constitui um /fazer crer/ que concebe tais estrangeiros majoritariamente como facínoras ou desvalidos, permeando a representação das diferentes nacionalidades com um traço sêmico de pejoratividade. Ademais, recorre-se à exploração inteligível para segregar os referidos cidadãos internacionais, triando-os principalmente em função das isotopias realizadas e atualizadas no discurso. Com isso, a forma disfórica como tais indivíduos são representados desponta como um fato manifesto e incontestável, ensejando uma sutil animosidade contra o referido coletivo.

**Palavras-chave:** construção identitária; tensividade; discurso jornalístico; alteridade; América Latina.

## RESUMEN

Todos los años, Brasil recibe una gran cantidad de extranjeros. En la última década, ese grupo pasó a ser compuesto mayormente por ciudadanos de otras naciones latinoamericanas, quienes prevalecen tanto en lo que atañe a la inmigración como al turismo (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022). Teniendo en cuenta, por ende, que dichos individuos están fuertemente insertados en el cotidiano de la patria, se pretende verificar cómo la prensa nacional – que, por su alcance y poder de persuasión, se instituye como uno de los más relevantes creadores y divulgadores de estereotipos culturales – construye la identidad de ese colectivo. En este trabajo, el foco recae sobre titulares y respectivos subtítulos publicados en el principal portal brasileño de noticias en línea, G1 (REUTERS INSTITUTE, 2022), con la finalidad de (i) constatar hasta qué punto hay una isotopía común a todas las nacionalidades analizadas y que resulte en una imagen-fin de ese conjunto; (ii) identificar cuáles factores influyen las dinámicas tensivas adoptadas por G1 al noticiar hechos que involucran a dicho grupo; y (iii) detectar cuál es el régimen de alteridad mayormente empleado con relación a los extranjeros latinoamericanos y cómo es validado por los efectos de sentido resultantes de las modulaciones tensivas efectuadas en el campo discursivo. Para lograr esas metas, se utilizó sobre todo el marco teórico-metodológico de la Semiótica Tensiva (FONTANILLE, 2001 [1998]; FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998]; ZILBERBERG, 2016a [2012]; ZILBERBERG, 2016b [2006]), con énfasis en las operaciones extensivas de selección y mezcla. Asimismo, se aplicaron elementos concernientes al recorrido generativo de la significación (BARROS, 1997; FIORIN, 2000; BERTRAND, 2003) – especialmente los componentes sintácticos y semánticos del nivel discursivo –, así como desarrollos propios de la Sociosemiótica (LANDOWSKI, 2012), principalmente en lo que corresponde a las dinámicas identitarias en contextos de interacción social y contacto con la otredad. Enseguida, se usaron dichos conceptos para analizar cualitativamente un *corpus* de 40 textos, los cuales aludían a hechos locales que involucraban a argentinos, bolivianos, colombianos, paraguayos y venezolanos. Tras el análisis, se constató que la construcción identitaria operada por G1 se ancla en estereotipos culturales y constituye un /hacer creer/ que concibe a esos extranjeros fundamentalmente como delincuentes o desvalidos, lo que instaura una representación despectiva de las distintas nacionalidades. Además, G1 se vale de lo inteligible para segregar a los susodichos ciudadanos internacionales, discriminándolos sobre todo a partir de las isotopías realizadas y actualizadas en el discurso. Por consiguiente, la manera desfavorable como se representa a esos individuos asoma como un hecho manifiesto e incontestable, lo que estimula una sutil aversión hacia esa colectividad.

**Palabras-clave:** construcción identitaria; tensividad; discurso periodístico; otredad; Latinoamérica.

## ABSTRACT

Every year, Brazil receives an impressive quantity of foreigners. Over the last decade, this contingent has begun to be made up mainly of citizens of other Latin American nations, who prevail regarding both immigration and tourism (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022). Considering, therefore, that these individuals are strongly inserted in the Brazilian quotidian, this paper aims to verify how the national press – which, owing to its reach and persuasion power, is one of the most relevant creators and broadcasters of cultural stereotypes – shapes the identity construction of this group. In this work, focus falls upon headlines and subheadlines published on the principal Brazilian news website, G1 (REUTERS INSTITUTE, 2022), in order to reach three objectives. The first one is to check to what extent there is an isotopy that is common to all analyzed nationalities and that results in an image-end of this collective. The second one, in its turn, is to identify which factors influence the tensive dynamics built by G1 when announcing facts involving this group. Finally, the third one is to detect which alterity regime is mainly employed regarding Latin-American foreigners and how it is validated by the meaning effects that result from the tensive modulations implemented in the discursive domain. In order to achieve these goals, this work employed the theoretical framework of Tensive Semiotics (FONTANILLE, 2001 [1998]; FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998]; ZILBERBERG, 2016a [2012]; ZILBERBERG, 2016b [2006]), with an emphasis on the extensive operations of sorting and mixture. Likewise, elements concerning the generative trajectory of meaning were applied (BARROS, 1997; FIORIN, 2000; BERTRAND, 2003) – especially the components of the discursive level –, in addition to the developments of Sociosemiotics (LANDOWSKI, 2012), mainly in what corresponds to identity dynamics in contexts of social interaction and contact with otherness. Subsequently, these concepts were used to qualitatively analyze a corpus of 40 texts, which alluded to local events involving Argentines, Bolivians, Colombians, Paraguayans, and Venezuelans. At the end of the analysis, it was found that the identity construction operated by G1 is anchored in social stereotypes and constitutes a /make believe/ that conceives such foreigners fundamentally as criminals or helpless, which establishes a derogatory representation of the mentioned nationalities. Furthermore, G1 employs intelligibility to segregate these citizens, sorting them mainly according to the isotopies that are realized and actualized in the discourse. Consequently, the unfavorable manner in which these individuals are represented appears as a manifest and incontestable fact, which stimulates a subtle aversion against that collectivity.

**Keywords:** identity construction; tensiveness; journalistic discourse; otherness; Latin America.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadrado semiótico Vida vs. Morte.....	28
Figura 2 – Operações da práxis enunciativa.....	38
Figura 3 – Regimes de convivência com o Outro.....	46
Figura 4 – Trajetórias identitárias do Outro.....	48
Figura 5 – Estilos adotados pelo Outro.....	49
Figura 6 – Gradiente do paradigma de espaço.....	59
Figura 7 – Esquema tensivo com os valores e operações geradas pela intolerância.....	60
Figura 8 – Esquema tensivo com os valores e operações geradas pela tolerância.....	61
Figura 9 – Isotopias associadas a cada nacionalidade.....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das manchetes segundo o país de origem do estrangeiro.....	65
Gráfico 2 – Organização tensiva dos textos referentes a argentinos.....	83
Gráfico 3 – Organização tensiva dos textos referentes a bolivianos.....	99
Gráfico 4 – Organização tensiva dos textos referentes a colombianos.....	114
Gráfico 5 – Organização tensiva dos textos referentes a paraguaios.....	128
Gráfico 6 – Organização tensiva dos textos referentes a venezuelanos.....	143
Gráfico 7 – Organização tensiva dos textos referentes a narcotráfico.....	146

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modos de existência dos conteúdos discursivos.....	39
Quadro 2 – Valores tensivos.....	41
Quadro 3 – Características dos valores de universo e dos valores de absoluto.....	42
Quadro 4 – Operações advindas do cotejo entre Regimes do Nós e Estilos do Outro.....	50
Quadro 5 – Isotopias mais frequentes segundo o país de origem do estrangeiro.....	67

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>TRILHAS SEMIÓTICAS PARA O ESTUDO DA IDENTIDADE.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1</b>	<b>Percurso gerativo do sentido.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.1</b>	<i>Nível fundamental.....</i>	<b>28</b>
<b>2.1.2</b>	<i>Nível narrativo .....</i>	<b>29</b>
<b>2.1.3</b>	<i>Nível discursivo .....</i>	<b>31</b>
<b>2.2</b>	<b>O discurso em ato: tomada de posição e modulações do campo de presença .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3</b>	<b>Modos de existência e práxis enunciativa .....</b>	<b>36</b>
<b>2.4</b>	<b>Regimes axiológicos e sistemas de valores tensivos.....</b>	<b>39</b>
<b>2.5</b>	<b>Tratamento da alteridade sob o prisma semiótico .....</b>	<b>42</b>
<b>2.5.1</b>	<i>Regimes de convivência com o Outro .....</i>	<b>43</b>
<b>2.5.2</b>	<i>Dinâmicas identitárias do Outro .....</i>	<b>46</b>
<b>3</b>	<b>CONSOLIDAÇÃO DE JUÍZOS NEGATIVOS ACERCA DA ALTERIDADE ...</b>	<b>52</b>
<b>3.1</b>	<b>Configuração das formas de vida .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2</b>	<b>Visão dos estereótipos nas ciências humanas .....</b>	<b>54</b>
<b>3.3</b>	<b>Conformação do discurso intolerante .....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>DA CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>.....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>OS ESTRANGEIROS LATINO-AMERICANOS PELA ÓTICA DO G1 .....</b>	<b>68</b>
<b>5.1</b>	<b>Argentinos .....</b>	<b>68</b>
<b>5.1.1</b>	<i>Homicídio .....</i>	<b>68</b>
<b>5.1.2</b>	<i>Tráfico de drogas .....</i>	<b>73</b>
<b>5.1.3</b>	<i>Crime racial.....</i>	<b>75</b>
<b>5.1.4</b>	<i>Turismo.....</i>	<b>78</b>
<b>5.1.5</b>	<i>Síntese da representação de argentinos .....</i>	<b>81</b>
<b>5.2</b>	<b>Bolivianos.....</b>	<b>84</b>
<b>5.2.1</b>	<i>Tráfico de drogas .....</i>	<b>84</b>
<b>5.2.2</b>	<i>Acidente .....</i>	<b>88</b>
<b>5.2.3</b>	<i>Homicídio .....</i>	<b>90</b>
<b>5.2.4</b>	<i>Trabalho escravo .....</i>	<b>93</b>

5.2.5	<i>Síntese da representação de bolivianos</i> .....	97
5.3	<b>Colombianos</b> .....	100
5.3.1	<i>Homicídio</i> .....	100
5.3.2	<i>Tráfico de drogas</i> .....	103
5.3.3	<i>Extorsão</i> .....	106
5.3.4	<i>Furto</i> .....	109
5.3.5	<i>Síntese da representação de colombianos</i> .....	111
5.4	<b>Paraguaios</b> .....	114
5.4.1	<i>Acidente</i> .....	115
5.4.2	<i>Trabalho escravo</i> .....	117
5.4.3	<i>Tráfico de drogas</i> .....	121
5.4.4	<i>Tráfico de armas</i> .....	123
5.4.5	<i>Síntese da representação de paraguaios</i> .....	126
5.5	<b>Venezuelanos</b> .....	129
5.5.1	<i>Refúgio</i> .....	129
5.5.2	<i>Homicídio</i> .....	133
5.5.3	<i>Acidente</i> .....	136
5.5.4	<i>Tráfico de drogas</i> .....	138
5.5.5	<i>Síntese da representação de venezuelanos</i> .....	140
5.6	<b>Cotejo dos textos referentes a narcotráfico</b> .....	144
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153

## 1 INTRODUÇÃO

Desde as eleições de 2018, o Brasil atravessa um panorama de exacerbação nacionalista, promovida por integrantes da classe política e setores da sociedade civil. Tal conjuntura, por sua vez, tem se mostrado propícia ao surgimento e à propagação de ideologias xenofóbicas – que, além de se valerem de estereótipos culturais para rebaixarem e desumanizarem os estrangeiros, culminam, em alguns casos, em atitudes violentas contra essa população –. Destarte, uma vez que o referido cenário representa uma ameaça à integridade física e psicológica de um conjunto importante de indivíduos, torna-se imprescindível identificar se (e como) essas concepções ufanistas estão sendo ecoadas, sobretudo porque o país recebe, todos os anos, uma significativa quantidade de cidadãos internacionais – dentre os quais despontam os oriundos de outros países da América Latina, que possuem uma presença massiva entre aqueles que vêm ao território nacional –.

Nesse sentido, segundo informe divulgado pelo Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021), entre as vinte nacionalidades que mais imigraram<sup>1</sup> ao Brasil na década compreendida entre os anos de 2011 e 2020, dez são latino-americanas, com destaque para os originários da Venezuela, do Haiti, da Bolívia e da Colômbia. De igual modo, o Anuário Estatístico de Turismo, produzido pelo Ministério do Turismo, aponta que, em 2019, os estrangeiros latino-americanos representaram cerca de 58% do total de turistas internacionais que visitaram o país, porcentagem que saltou para 65% em 2020, durante a pandemia (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2022, p. 16). Percebe-se, por conseguinte, que tais indivíduos estão presentes no cotidiano brasileiro – seja de modo passageiro, quando vêm na condição de turistas, seja de modo duradouro, quando vêm como imigrantes – e constituem um contingente expressivo, o que assinala a importância de se trabalhar com o referido grupo social.

Além disso, há um detalhe inerente aos estrangeiros da América Latina que

---

<sup>1</sup> Aqui, faz-se referência ao fenômeno da imigração de forma geral, ou seja, àqueles que deixaram seu lugar de origem para se estabelecerem em outra localidade (nesse caso, o Brasil). Não obstante, sabe-se que as motivações para que isso ocorra podem ser bastante diversas. Há pessoas que voluntariamente decidem migrar para outro país, geralmente em busca de maior qualidade de vida; outros indivíduos, por sua vez, são obrigados a ir embora de sua terra em razão de perseguições por motivos religiosos, raciais, sociais, políticos ou ainda para fugir de conflitos armados e contextos de violação generalizada de direitos humanos – o que caracteriza a condição de ‘refugiado’ (BRASIL, 1997) –. Ao longo desta dissertação, não se trabalhará, a priori, com essas distinções, pois o foco não é analisar a condição do imigrante, mas sim do estrangeiro; interessa perceber a forma como são concebidos aqueles que não nasceram no Brasil, independentemente de estarem no país a passeio ou de forma permanente, buscando melhores condições econômicas ou escapando de confrontos. No entanto, ressalta-se que, quando alguma dessas situações for convocada pelos textos analisados e corroborar a construção de uma determinada isotopia, far-se-á menção a elas.

complexifica a dinâmica interacional estabelecida entre eles e os brasileiros: o evidente distanciamento identitário destes com relação àqueles – em que pese a proximidade geográfica –. Nessa lógica, embora bastante difundido e cotidiano, o termo “América Latina” desperta certa controvérsia, não somente pela carga social e ideológica que carrega, mas também pela dúvida acerca de quais nações são por ele abarcadas. Inicialmente, difundiu-se a ideia que a “América Latina” aludia aos países americanos cuja língua nacional advém do latim (como o português, o espanhol e o francês). Essa acepção, que se cimentava na oposição com a América Anglo-Saxã, teria sido outorgada em 1836 pelo intelectual francês Michel Chevalier, que defendia que a história do mundo se estruturava em torno do embate entre “raças”. No caso da América, o autor alegava que, assim como na Europa, essa confrontação se dava entre os “latinos católicos” e os “anglo-saxões protestantes” e que, portanto, os países latinos de ambos os continentes deveriam se unir para combater os inimigos – sob o comando, evidentemente, da França, a quem o estudioso cunhava como “a primeira das nações latinas” (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 8) –.

Entretanto, estudos historiográficos posteriores contestaram essa versão<sup>2</sup> e afirmaram que o termo “América Latina”, enquanto substantivo próprio, apareceu primeiramente no poema “Las dos Américas”, escrito em 1857 pelo literato colombiano José María Torres Caicedo. Nele, o poeta expunha a ameaça que os Estados Unidos representavam aos países ao sul de suas fronteiras e exortava a integração entre as diferentes nações latino-americanas como forma de se precaver de possíveis interferências estadunidenses. Embora essa acepção tenha surgido, a princípio, como um sinônimo de “América Hispânica”, o contingente por ela compreendido rapidamente se expandiu e passou a englobar também países que não falavam espanhol, em especial o Brasil. (UGARTE, 1978)

Apesar disso, é notório que falta, entre os brasileiros, um efetivo senso de pertencimento ao subcontinente. Na última década, o *Centro de Investigación y Docencia Económicas* do México, em parceria com investigadores de diferentes instituições latino-americanas, conduziu uma série de entrevistas na região com o propósito de identificar a opinião pública acerca de temas como identidade, nacionalismo e relações internacionais. No Brasil, os pesquisadores detectaram que os cidadãos “sentem-se, acima de tudo, e quase que exclusivamente, brasileiros. [...] Chama a atenção a quase ausência de identidade regional,

---

<sup>2</sup> Menciona-se, por exemplo, o trabalho de Quijada (1998, p. 600), que afirma que “Chevalier nunca falou da ‘América Latina’ como um nome coletivo. [O francês] se limitou a utilizar o adjetivo ‘latino’ para qualificar os habitantes de uma determinada porção do referido continente. Em outras palavras, esse personagem falou de uma América que era ‘latina’, da mesma maneira que falava de uma América ‘protestante’ ou de uma América ‘católica’.”

seja ela latino-americana, sul-americana ou do Mercosul”. (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 19)<sup>3</sup>. Destarte, constata-se que, conquanto o Brasil faça parte da América Latina, a região e seus integrantes são vistos sob a ótica da alteridade, do Outro, o que vem sendo gestado desde os inícios da pátria.

Historicamente, a relação do Brasil com os demais países latino-americanos sempre implicou dissidências, as quais podiam ser percebidas, entre outros aspectos, pelas imagens discursivas construídas acerca de tais povos. Desde que logrou liberar-se de Portugal, o Brasil ensejou esforços para frisar, a nível de política externa, sua excepcionalidade quanto às nações de seu entorno.

Primeiramente, ao contrário do que ocorreu em outras regiões do continente – que, após se libertarem da metrópole europeia, dividiram-se em várias repúblicas –, no Brasil, manteve-se a unidade territorial sob a forma do Império, o qual possuía um caráter monárquico<sup>4</sup>. Assim, nessa etapa preliminar, as instituições brasileiras – especialmente o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (GUIMARÃES, 1988) – buscavam retratar o país como organizado e ordeiro por ter conseguido manter o território unificado, ao passo que as antigas colônias espanholas, que se fragmentaram em distintas nações após a libertação, eram caracterizadas como bárbaras e caóticas. Em última instância, essa diferenciação visava valorizar o regime monárquico, associando-o à estabilidade política e notabilizando-o em relação ao sistema republicano (SILVEIRA, 2018). Com base nisso, percebe-se que, “por paradoxal que possa parecer, o Brasil se percebeu por muito tempo como uma monarquia europeia incrustada na América do Sul e, coerentemente com isto, virou as costas para os seus

---

<sup>3</sup> Os resultados brasileiros se contrapõem diametralmente aos verificados em outros países. Na Colômbia, por exemplo, identificaram-se como latino-americanos 59% dos entrevistados (TICKNER *et al.*, 2016), percentual que foi de 53,3% no Equador (ZEPETA; CARRIÓN MENA, 2015), 44% no México (MALDONADO *et al.*, 2015) e 38% no Chile (LÓPEZ VARAS, 2015). No Brasil, essa porcentagem não chegou a 7% (ALMEIDA *et al.*, 2017).

<sup>4</sup> Cumpre destacar que o movimento de independência na América Portuguesa se deu de modo diferente do que ocorreu na América Espanhola. Quando Napoleão Bonaparte invadiu a Península Ibérica, em 1808, acabou por acelerar a libertação das colônias americanas. No caso hispânico, os vínculos com a metrópole foram paulatinamente se debilitando e, embora a Coroa tenha criado juntas de governo no Novo Mundo com a finalidade de salvaguardar os interesses imperiais, a estratégia não surtiu o efeito desejado, uma vez que esses mesmos órgãos terminaram contribuindo para a emancipação colonial. Esse processo, que iniciou em 1808 e perdurou até 1829, foi, conforme assinala Silveira (2018, p. 18), “desgastante e conturbado por conta das diversas guerras que irromperam. O território, que não mais pertencia à Espanha, fragmentou-se em Estados republicanos que passaram por períodos de crises, golpes e guerras internas, resultantes da ruptura com as instituições coloniais, antes que pudessem atingir uma mínima estabilidade política”. Já no caso lusitano, a incursão napoleônica em território português provocou a vinda da família real para o Brasil, o que manteve estreitos os laços com a metrópole e conduziu a um processo mais pacífico de libertação: não houve uma insurreição abrupta, mas sim uma concessão gradual de autonomia à colônia, que culminou na independência em 1822. Tendo em vista que esta foi coordenada por Dom Pedro I, o filho do rei de Portugal, a nova nação manteve o modelo monárquico que vigorava anteriormente e se estabeleceu como a única com tal regime em uma região repleta de repúblicas.

vizinhos”. (GAGLIARDI; ALBUQUERQUE, 2021, p. 6)

No entanto, a partir de 1870, observou-se uma paulatina deterioração da monarquia brasileira, a qual passou a receber impugnações internas e terminou preterida em 1889, quando houve a Proclamação da República. Com a implementação em terras nacionais, esse regime, que antes era concebido como sinônimo de conflito e inconstância, passou a ser associado à ideia de “liberdade, democracia, progresso, ciência, futuro. Conseqüentemente, o significado de monarquia também se alterou, sendo ligada à tirania, centralização, ao atraso, ao passado” (SILVEIRA, 2018, p. 42). Apesar disso, essa mudança discursiva não culminou em uma maior aproximação entre o Brasil e o resto da América Latina; embora se defendesse, a nível oficial, uma política externa baseada na solidariedade entre os povos da América, a identidade republicana brasileira se erigiu majoritariamente mediante alinhamentos ideológicos com os Estados Unidos, relegando a segundo plano os vínculos com as demais repúblicas latino-americanas<sup>5</sup>.

À vista disso, convém aclarar que, nessa época, vigoravam duas visões acerca do continente americano. A primeira delas, denominada *pan-americanismo*, foi lançada pelo governo estadunidense em 1889 e coadunava com os princípios da Doutrina Monroe<sup>6</sup>, de 1823. Logo, no final do século XIX, os EUA reorientaram sua política externa e focaram ainda mais na América Latina, objetivando ampliar as relações comerciais com a região e consolidar seu poderio no continente. Para tanto, invocaram a ideia de que todos os países americanos estavam ligados por um passado em comum e que, por conseguinte, deveriam apoiar-se mediante pactos de cooperação (o que contribuiria aos interesses econômicos ianques). A segunda perspectiva, por sua vez, foi intitulada de *latino-americanismo* e se

---

<sup>5</sup> Cabe salientar que, durante o século XIX, esse afastamento quanto aos vizinhos também se deu pelas constantes disputas territoriais ocorridas nesse período, não só a nível de expansão de fronteiras, mas também no que tange ao acesso marítimo, especialmente na zona da Bacia do Prata. Nesse sentido, houve alguns conflitos entre o Brasil e os demais países latino-americanos, como a Guerra Cisplatina (quando o império de Dom Pedro I anexou o território do Uruguai, o qual posteriormente logrou a independência após se rebelar contra o exército brasileiro) e a Guerra do Paraguai (no qual o Brasil, visando garantir a livre navegação pelos rios platinos, uniu-se à Argentina e ao Uruguai contra o Paraguai, que terminou totalmente destruído). Tais rusgas, por sua vez, provocaram estremecimentos na relação entre os países e dificultaram a aproximação harmônica entre o Brasil e o resto do continente.

<sup>6</sup> Apresentada pelo presidente James Monroe ao Congresso estadunidense, essa iniciativa visava assegurar os interesses dos EUA no continente americano. Valendo-se do argumento de proteger a região de intervenções europeias, instaurou-se o lema “*América para os americanos*”, o qual, em tese, buscava demonstrar apoio às repúblicas recém-surgidas e exortar a união dos povos do Novo Mundo. Entretanto, essa doutrina serviu de justificativa para que, “de um lado, [...] os Estados Unidos continuassem a expandir suas fronteiras na direção do oeste, dizimando as tribos indígenas que lá habitavam e se apropriando dos territórios do México, ricos em recursos minerais; de outro, ajudou a disseminar a ideia de superioridade civilizacional dos Estados Unidos perante os seus vizinhos” (PENHA, 2015, p. 65). Essa suposta superioridade, por sua vez, era explicada a partir de fatores étnicos e culturais, dado que os EUA tinham ascendência anglo-saxã e professavam os preceitos calvinistas, ao passo que o povo latino-americano era indígena, mestiço e católico, idiosincrasias essas vistas como símbolo de atraso.

estabeleceu como forma de resistência ao imperialismo estadunidense – que, nesse período, compreendia a anexação de territórios como Porto Rico (1898), Havaí (1898), Panamá (1903) e Haiti (1915) –. Assim, a partir da oposição entre raça latina e raça anglo-saxã, os entusiastas desta corrente pregavam a união não de toda a América, mas somente da América Latina<sup>7</sup>. Diante dessas duas posições, o governo brasileiro optou por alinhar-se à primeira, posto que lhe pareceu oportuno contar com a proteção estadunidense em caso de investidas expansionistas europeias em território nacional. Outrossim, nesse momento, a política externa brasileira mirava o incremento das transações comerciais com outros países (especialmente os mais ricos), como forma de melhorar a economia nacional e angariar relevância a nível externo. Assim, ao se aliar aos ianques (que, naquela época, despontavam como uma potência em ascensão), o Brasil obtinha prestígio internacional e se sobressaía ante as demais nações do continente, já que os EUA eram

[...] a república mais bem-sucedida da região, aquela que mostrava grande potencial econômico e militar, aquela que poderia servir de modelo a ser seguido. O Brasil não era apenas mais uma república latino-americana; era a república que possuía sua constituição baseada na estadunidense, com a qual possuía uma antiga e tradicional amizade. (SILVEIRA, 2018, p. 101)

Esse alinhamento com os Estados Unidos permaneceu irrestrito até a década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas – com vistas a impulsionar o crescimento nacional – passou a adotar uma diplomacia pendular, cuja estratégia consistia em negociar tanto com os estadunidenses quanto com os alemães (que, naquele período, detinham forte poderio na Europa). Essa abertura a outros países – em que pese o fato claramente questionável de Vargas ter estabelecido pactos com o regime nazista – ajudou a diminuir a percepção de que o Brasil adotava uma postura fortemente servil aos EUA. Essa atitude, somada aos esforços conciliatórios em desavenças envolvendo outros países latino-americanos (como a Guerra do Chaco, envolvendo Bolívia e Paraguai, e a questão de Letícia, entre Peru e Colômbia), começou a facilitar a aproximação regional. (PRADO, 2012)

---

<sup>7</sup> Essa corrente foi profundamente influenciada pela Guerra Hispano-americana de 1898. Consoante Silveira (2018), desde o início do século XIX, os EUA demonstraram interesse em anexar Cuba em decorrência de sua posição estratégica no Caribe, porém não o fizeram para evitar conflitos com a Espanha, que, à época, controlava a ilha. Em 1895, no entanto, eclodiram revoltas em prol da independência. Apesar de publicamente alegar neutralidade perante o conflito, a nível interno, o governo estadunidense apoiava os movimentos de libertação. Quando, em 1898, um navio ianque foi bombardeado no porto de Havana, o país decidiu intervir na guerra contra os espanhóis, mas sem demonstrar que reconheceria os insurgentes cubanos como governo provisório. Essa postura, por sua vez, não foi bem recebida pelas demais nações latino-americanas, que a consideraram uma intromissão arbitrária por parte dos EUA. A partir de então, o embate passou a ser concebido em termos de racialização: já não se tratava de um confronto entre Espanha e Estados Unidos, mas sim entre a raça latina e a raça anglo-saxã. Com isso, “mais do que impulsionar a oposição aos Estados Unidos, a Guerra Hispano-Americana catalisou a valorização da identidade latino-americana e, conseqüentemente, da América Latina.” (SILVEIRA, 2018, p. 54)

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, buscou-se uma diversificação de parceiros comerciais, com o fito de financiar os projetos de industrialização e desenvolvimento almejados pelo presidente. Com isso, o entorno geográfico passou a ter real importância a nível de política externa, o que foi incrementado nos mandatos de Jânio Quadros e João Goulart, quando se adotou uma posição de engajamento ante os problemas do terceiro mundo. Essa atuação independente, no entanto, contribuiu à consecução do Golpe Militar, em 1964 – visto que, em um contexto geopoliticamente bipolar, temia-se que a falta de adesão plena aos ideais estadunidenses terminasse por favorecer a implantação do regime comunista em território nacional –.

Durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o Brasil reestabeleceu sua íntima colaboração com o governo dos Estados Unidos, sob o pretexto de combater possíveis revoluções socialistas. Por meio dessa iniciativa, o país recebeu ajuda militar e consideráveis recursos financeiros para defender os interesses dos EUA na América Latina. Por conseguinte, “a ditadura brasileira passou a exportar técnicas repressivas e a intervir na região, apoiando golpes de Estado” (FERNANDES, 2010, p. 157), em uma postura classificada por alguns intelectuais como ‘subimperialista’ (TRÍAS, 1967; MARINI, 1973).

Após a derrocada do regime ditatorial e com o arrefecimento da Guerra Fria, houve uma reformulação da política externa em decorrência da nova ordem geopolítica que se instaurava no mundo. Com a multipolaridade econômica que emergia a partir do enfraquecimento da União Soviética, o Brasil tratou de ampliar vínculos com outros atores internacionais (como China e Índia) e, nesse processo, também “encontrou seu perfil latino-americano, substituindo as políticas e percepções de conflito e rivalidade pelas de cooperação e acordo”. (BERNAL-MEZA, 2002, p. 38)

Esse movimento, que despontou a partir da redemocratização, fez que o subcontinente passasse a ter enorme relevância na política externa nacional<sup>8</sup>, o que se aprofundou no início da década de 1990 por meio da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Na primeira década do século XXI, a América Latina foi alçada à condição de prioridade máxima da diplomacia brasileira, de modo que o governo tratou de

constituir uma base de legitimidade para a consolidação de uma posição de liderança [...], aspirando, em última instância, a um papel mais relevante no cenário internacional. As escolhas diplomáticas podem ser relacionadas ao propósito político de angariar apoio à supremacia regional brasileira, o qual se relaciona à pretensão de promover a imagem do país no sistema

---

<sup>8</sup> Tanto que aparece de forma destacada no artigo 4º da Constituição de 1988: “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (BRASIL, 1988)

internacional. (PRADO, 2012, p. 145)

Essa mudança de paradigma, a seu turno, reverberou na população da época ao incutir-lhe o entendimento de que a América Latina se configurava como uma área estratégica para a política externa nacional, sendo a região do mundo à que o país mais deveria atentar-se. Não obstante esse avanço, ainda havia muita desconfiança com relação às nações vizinhas, de sorte que sobre elas constava uma visão majoritariamente ruim. (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 134)

Aqui, cumpre salientar que as entrevistas conduzidas por Almeida *et al.* (2017) e que trazem as supracitadas conclusões ocorreram entre 2014 e 2016. Após esse período, a prioridade dada às nações latino-americanas minguou, uma vez que os governos que assumiram posteriormente aspiravam muito mais a consolidar vínculos com países desenvolvidos (em especial os Estados Unidos) que a estreitar laços no entorno regional. Esse posicionamento ficou ainda mais evidente durante os anos de 2019 a 2022, quando houve um autêntico retrocesso nas políticas de integração construídas anteriormente (MARINGONI *et al.*, 2020). Além disso, havia uma percepção de que, dentro do panorama regional, o Brasil estava em uma posição de proeminência, haja vista sua vastidão geográfica, seu peso demográfico, sua capacidade econômica e seu grau de preparação militar – o que predispunha um sentimento de superioridade que beirava a petulância –.

Somado a isso, durante esse período, houve certos episódios – como o colapso migratório na Venezuela; a recessão econômica na Argentina; a crise política no Peru e na Bolívia; as revoltas populares no Chile e na Colômbia; e as violações de direitos humanos na Nicarágua e em El Salvador – que pareciam reafirmar o caráter problemático e caótico que o então presidente Jair Bolsonaro atribuía à região (e que, por extensão, acabava inevitavelmente se alastrando aos cidadãos de tais países). Sendo assim, se em meados da década de 2010 já prevalecia uma ideia pejorativa do continente (em que pesem as relações amistosas que o Brasil nutria à época), é de se supor que, no começo de 2022, a perspectiva acerca dos vizinhos estivesse ainda mais desfavorável, dado que até a diplomacia se mostrava conflituosa.

Diante do percurso histórico exposto, nota-se que, por muito tempo, o discurso oficial construído pelas instituições públicas brasileiras forjou a identidade nacional sobre o preceito de sua excepcionalidade perante os demais países latino-americanos, o que amiúde pressupunha menoscabar e vilipendiar as nações vizinhas e, em última instância, conduzia a uma macroimagem negativa de tais territórios e de seus habitantes. Sendo assim, há de se averiguar como as representações erigidas ao longo da história pelos órgãos estatais são hoje difundidas e matizadas por outros importantes atores sociais que “estão presentes nos

processos de construção da realidade social e instituem novos saberes que estruturam a pauta da vida cotidiana” (RESENDE; PEREIRA, 2010, p. 2): os veículos de imprensa.

Nessa lógica, observa-se que a mídia se configura como um dos principais construtores e propagadores de estereótipos identitários e culturais ao influenciar a percepção pública acerca de um determinado assunto, o que se dá mediante a seleção e o tratamento dos textos noticiados (RIPOLL; ARCACIA, 2008). Logo, embora se instaure como um mero relato dos eventos que se passam no mundo, o discurso jornalístico na verdade institui a realidade que ele alega tão somente expor, consolidando-se, em última instância, como um fazer essencialmente persuasivo, que se sustenta na ideia de que a imprensa veicula – de forma objetiva e imparcial – verdades absolutas desconhecidas pelo público.<sup>9</sup>

Por conseguinte, mediante essa presunção de imparcialidade (presente em especial em gêneros como a notícia e a reportagem), implanta-se a ideia de uma cobertura neutra, o que fixa mais fortemente a ilusão de uma verdade manifesta e incontestável e conduz à concepção de que a forma como os fatos são expostos é confiável e fidedigna. Entretanto, sabe-se que, em qualquer enunciado, há a presença de um sujeito da enunciação, o que se visualiza mediante marcas discursivas que denotam a autoria e o ponto de vista que guiou o texto. Dessa maneira, a suposta imparcialidade jornalística entra em confronto com o próprio princípio que rege os enunciados, pois sempre há marcas que remontam ao enunciatário, ainda que elas estejam implícitas ou atenuadas. Dessa maneira, para conferir sensação de verdade, apagam-se as marcas da enunciação no discurso, o que constrói o efeito de sentido de objetividade ao criar uma ilusão de distanciamento e dar a entender que o enunciado está enunciando a si mesmo.

Com isso, divisa-se que, mais do que um /fazer saber/, o que rege esses textos é um /fazer crer/. No caso do jornalismo, objetiva-se partir de um /não saber/ para um /saber/ ou ainda levar o leitor a mudar de opinião quanto à plausibilidade de um determinado acontecimento, tomando como verdadeiro aquilo que ele considerava falso ou duvidoso. Para alcançar essa aderência do enunciatário, o enunciatário precisa se valer das suas competências modais com vistas a efetivar o simulacro de veridicção, isto é, fazer parecer verdadeiro aquilo

---

<sup>9</sup> De modo geral, os profissionais da imprensa relutam em admitir que a cobertura midiática é dotada de parcialidade, pois partem do princípio de que os fatos por eles relatados são verdadeiros e que, portanto, a modalidade que rege seu trabalho é simplesmente a de /fazer saber/. Essa crença na imparcialidade jornalística também é compartilhada pelos leitores, que, movidos por um /dever crer/, assumem como reais e verídicos os feitos noticiados, considerando-os representações fidedignas da realidade. Percebe-se, por conseguinte, que a efetividade do discurso jornalístico está cimentada na imagem que o jornal constrói de si mesmo como um veículo com credibilidade, bem como na crença que os leitores depositam sobre o meio de comunicação, o que assinala um contrato fiduciário tácito entre esses dois atores.

que ele conta.<sup>10</sup>

Em suma, vislumbra-se a importância de debruçar-se sobre a forma como a imprensa apresenta os estrangeiros latino-americanos. De início, esse é um grupo que se faz bastante presente na realidade brasileira e sobre o qual já recai o peso de uma construção identitária historicamente desfavorável, promovida pelos órgãos estatais. Nesse panorama, outro agente social que, dado o seu alcance e influência, também possui a capacidade de incutir e consolidar representações discursivas acerca de uma determinada coletividade é a mídia – cujo proceder é bastante astuto, já que ela cria a realidade que relata, porém o realiza de modo a parecer que seu fazer é imparcial. Com isso, os fatos apresentados e as imagens discursivas erigidas são postos como uma verdade manifesta, o que lhe confere um enorme poder de persuasão –. Portanto, mostra-se necessário verificar se a imprensa está corroborando ou rechaçando o discurso oficial e, dessa maneira, contribuindo para a ignomínia dos estrangeiros latino-americanos ou trazendo uma nova perspectiva acerca desses indivíduos.

Assim, tendo em vista o fato de que, hodiernamente, grande parte do fazer jornalístico se dá de modo digital, pretende-se analisar como é feita a construção identitária de estrangeiros latino-americanos por parte do principal portal de notícias online do país, o G1 (REUTERS INSTITUTE, 2022). Para isso, foram selecionadas 40 manchetes (com seus respectivos subtítulos<sup>11</sup>) publicadas no primeiro semestre de 2022 e que cobriam situações locais envolvendo cidadãos de cinco países da região, a saber, Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela.<sup>12</sup> Nesse sentido, crê-se que a construção identitária operada pelo G1 se ancora em estereótipos sociais e busca instaurar nos leitores um /fazer crer/ que aponta para a concepção desses estrangeiros como facínoras ou desvalidos.

Além do objetivo principal, também foram delineados três objetivos específicos: (i) constatar em que medida há, na construção identitária promovida pelo portal de notícias G1, uma isotopia comum que perpassa os diferentes grupos de estrangeiros latino-americanos e

---

<sup>10</sup> Com o objetivo de sustentar sua imparcialidade, os jornais costumeiramente se valem de *debreagem* enuncivas no que tange às categorias de pessoa e espaço (para conferir distanciamento à enunciação), e *debreagens* enunciativas no tocante à categoria temporal (para se instituir o caráter de atualidade do fato). De igual modo, “a ancoragem espacial, actancial e temporal, construída pelo detalhamento e pela precisão, por meio de figuras (lexemas descritivos ou designativos que representam as coisas do mundo), do espaço onde ocorre os eventos, dos sujeitos envolvidos (indicando nome completo e idade) e do tempo, é outro procedimento para reconstruir os elementos do mundo no texto, criando efeito de realidade” (GOMES, 2010, p. 205). Outrossim, ao veicular as vozes de diferentes atores dentro do texto, reforça-se essa noção de imparcialidade. Em síntese, todos esses recursos atuam em prol do convencimento do leitor para que este acredite que os fatos narrados pelo jornalista correspondem à verdade.

<sup>11</sup> Aqui, cabe mencionar que a nomenclatura *subtítulo* faz referência ao título secundário, que, em gêneros como a notícia, desponta logo abaixo da manchete. (NASCIMENTO, 2009)

<sup>12</sup> As razões que justificam a opção por trabalhar somente com as manchetes e subtítulos, bem como o processo de escolha das nacionalidades analisadas, serão detalhados no Capítulo 4 – Da constituição do *corpus*.

que resulte em uma imagem-fim desse conjunto; (ii) identificar quais fatores influenciam as dinâmicas tensivas construídas pelo G1 ao noticiar fatos envolvendo esses cidadãos internacionais; e (iii) detectar qual o regime de alteridade majoritariamente empregado em relação a esses indivíduos e como ele é validado pelos efeitos de sentido resultantes das modulações tensivas operadas pelo G1.

A partir de tais objetivos, algumas hipóteses foram suscitadas. No que diz respeito ao primeiro, acredita-se que, em que pesem as singularidades isotópicas associadas a cada nacionalidade e os variados graus de profundidade mediante os quais elas são focalizadas ou apreendidas, há, em grande medida, um traço sêmico de pejoratividade que perpassa a construção identitária dos diferentes grupos de estrangeiros latino-americanos.

Já no que tange ao segundo objetivo, supõe-se que a tensividade é influenciada sobretudo pela nacionalidade do estrangeiro e pela identidade discursiva a ele associada. Assim, quando o cidadão internacional advém de um país com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>13</sup> ou se vê envolto em situações moralmente reprováveis, os fatos são apresentados de forma mais impactante e concentrada. Em contrapartida, quando o indivíduo é oriundo de uma nação com maior grau de desenvolvimento ou se encontra em contextos de cordialidade ou vulnerabilidade, o texto tem um caráter mais tênue e difuso.

Finalmente, no que concerne ao terceiro objetivo específico, especula-se que, quanto ao trato com estrangeiros latino-americanos, o portal G1 estabelece majoritariamente regimes de segregação, os quais, por sua vez, são validados por meio de duas estratégias: ao explorar a dimensão inteligível, o veículo instaura-se como um sujeito imparcial, de maneira que a forma tendenciosa e negativa como tais indivíduos são representados parece ser um fato manifesto e incontestável; já quando privilegia a dimensão sensível, o enunciador busca mobilizar afetivamente o enunciatário com o fito de despertar paixões como o medo e a repulsa contra o supracitado coletivo, favorecendo, assim, sua segregação.

Para comprovar a validade de tais conjecturas, será utilizado majoritariamente o arcabouço teórico-metodológico da Semiótica Tensiva (FONTANILLE, 2001 [1998]; FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998]; ZILBERBERG, 2016a [2012]; ZILBERBERG, 2016b [2006]), uma vertente da Semiótica Discursiva que busca deslindar os pilares afetivos sobre os quais se erigem a significação. De igual modo, serão convocados elementos referentes ao percurso gerativo do sentido (BARROS, 1997; FIORIN, 2000; BERTRAND,

---

<sup>13</sup> Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no ranking mundial do IDH, os países que perfazem o escopo desta dissertação constavam, em 2021, nas seguintes posições: Argentina (47ª - IDH Muito Alto), Bolívia (118ª - IDH Médio), Colômbia (88ª - IDH Alto), Paraguai (105ª - IDH Alto) e Venezuela (120ª - IDH Médio). (PNUD, 2022, p. 272-273)

2003) – com ênfase nos componentes sintáticos e semânticos do Nível Discursivo –, bem como desdobramentos próprios da Sociossemiótica (LANDOWSKI, 2012), mormente no que tange às dinâmicas identitárias em contextos de interação social e contato com alteridades.

Neste ponto, ressalta-se que os pressupostos teórico-metodológicos da Semiótica Discursiva e de suas ramificações vêm sendo empregados para realizar análises dos mais diferentes objetos, mostrando-se especialmente profícua em investigações que abrangem questões identitárias, já que a noção de identidade está na base do processo semiótico. Assim sendo, os inúmeros trabalhos que empregam os princípios greimasianos o fazem, em alguns casos, utilizando somente o percurso gerativo do sentido e, em outros, conjugam-no a outros desdobramentos teóricos, como a Semiótica Plástica, a Sociossemiótica, a Semiótica da Canção, a Semiótica Tensiva etc.

Isto posto, a nível de estado da arte, mencionar-se-ão algumas teses e dissertações que, partindo do referido escopo teórico, debruçaram-se sobre temáticas identitárias, mais especificamente sobre a identidade no âmbito da imigração. Nesse sentido, menciona-se primeiramente a dissertação executada por Araújo (2021), que investigou diários de bordo e depoimentos produzidos por imigrantes e refugiados com vistas a captar a representação que eles faziam de si, do mundo e dos demais. Outrossim, consta o trabalho de Utsunomiya (2014), que analisou qual é a identidade cultural sustentada nos sites de associações brasileiras que reúnem imigrantes japoneses e seus descendentes. Já Desidério (2012) avaliou o sentimento de pertencimento de imigrantes italianos que se assentaram no Mato Grosso do Sul, usando, para isso, o percurso gerativo do sentido, a Sociossemiótica e a Semiótica das Paixões. Por último, estão os trabalhos de Bueno (2011; 2006), que, em seu doutorado, apurou as representações que a sociedade e o Estado brasileiros erigiram sobre os imigrantes após 1945, e, no mestrado, focou nas manifestações de intolerância linguística contra esse público durante o fim da Monarquia até a Era Vargas. Em ambas as pesquisas, constam aportes da teoria clássica, conceitos sociossemióticos e desdobramentos passionais, aos quais se somam as concepções tensivas no caso da tese de doutoramento.

A partir do que foi mencionado, pode-se afirmar que esta dissertação revela sua importância por meio de dois motivos. Em primeiro lugar, em que pese a existência de outras pesquisas que, a partir de uma perspectiva semiótica, concentraram-se em aspectos identitários relativos a estrangeiros, não são frequentes as investigações que se ocuparam dos cidadãos de países da América Latina, sobretudo em uma dimensão que abarcasse, para além das identidades nacionais, também a identidade regional. Nesse sentido, constam alguns artigos sobre bolivianos (BUENO, 2020; 2021; 2022), mas as demais nacionalidades aqui

visadas ainda não foram contempladas. Em segundo lugar, convém salientar que não abundam as análises semióticas que se ocupem de questões identitárias a partir dos preceitos tensivos e que, por conseguinte, perscrutem esse fenômeno não em uma perspectiva discreta, mas sim em termos graduais, o que evidencia a necessidade do presente estudo.

Por último, antecipa-se que este trabalho seguirá a seguinte estrutura retórico-discursiva: no Capítulo 2, far-se-á um breve compêndio de alguns conceitos semióticos necessários à compreensão da identidade, com foco no percurso gerativo do sentido, nos mecanismos de tomada de posição do campo de presença, nas operações da práxis enunciativa, nos sistemas de valores tensivos e no tratamento dado à alteridade. Já no Capítulo 3, explicitar-se-ão os artifícios mediante os quais se consolidam juízos negativos acerca de outrem, tais como estereótipos e discursos intolerantes. No Capítulo 4, explicar-se-á como foi constituído o *corpus* de investigação e que metodologia será empregada na análise. O Capítulo 5, por sua vez, trará o exame pormenorizado das manchetes, atentando-se para a consecução dos objetivos de pesquisa. Finalmente, constarão as conclusões, as quais, além de trazerem uma síntese dos resultados obtidos, também apontarão lacunas observadas e possíveis desenvolvimentos científicos.

## 2 TRILHAS SEMIÓTICAS PARA O ESTUDO DA IDENTIDADE

Objeto de interesse de diversas áreas, a noção de ‘identidade’ é fulcral à Semiótica. Nos postulados saussurianos – que são uma importante base para a disciplina em questão –, tem-se que “o mecanismo linguístico gira todo ele sobre identidades e diferenças” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 126), já que, para que haja a identificação de unidades fonológicas (fonemas) ou semânticas (semas), faz-se necessário observar tanto as diferenças que se instauram entre um elemento e outro quanto as relações que os interligam e, portanto, caracterizam-nos como um sistema.

De igual forma, Greimas e Courtés (2008 [1979]) arrolam quatro definições para essa categoria. Assim, na primeira delas, apontam que a identidade se opõe à alteridade e mantém com esta uma relação de pressuposição mútua. A partir disso, a identidade se mostra “indispensável para fundamentar a estrutura elementar da significação” (*ibid.*, p. 223), uma vez que é a partir da articulação de conceitos e do conjunto de oposições relacionais que dela emergem que é possível constituir e analisar o mundo. Já no segundo ponto de vista, eles comentam que a identidade serve para marcar os traços compartilhados por dois ou mais objetos, permitindo, por meio da identificação gerada entre eles, que o objeto semiótico se construa. Na terceira acepção, por sua vez, os autores indicam que a identidade pode referir-se ao princípio da permanência, o qual permite que um indivíduo se mantenha o mesmo, em que pesem as transformações que se dão ao longo de sua existência narrativa. Finalmente, no último sentido proposto, os semioticistas mencionam que a identidade pode aludir à incorporação, ao domínio discursivo próprio, de um universo outro, isto é, quando, no seu fazer interpretativo, o enunciatário “identifica o universo do discurso (ou uma parte desse universo) com o seu próprio universo” (*ibid.*, p. 224). Com base nessas definições, a identidade pode ser concebida, a nível teórico, como uma constante, sobretudo na segunda e na terceira definições.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que o fenômeno identitário envolve três esferas semióticas: (i) a narratividade, que é explorada especialmente a partir do percurso gerativo do sentido; (ii) a presentificação, que está relacionada com a instauração do campo de presença do sujeito e com a forma como esse campo percebe, recepciona e incorpora as grandezas que surgem em seu horizonte; e (iii) a interação com o diferente, com aquilo que é visto a partir de uma ótica de alteridade. Por conta disso, a fundamentação teórica deste trabalho minuciará os principais tópicos de cada uma dessas três áreas, de modo a permitir uma compreensão global da categoria *identidade*.

## 2.1 Percurso gerativo do sentido

Idealizada pelo linguista lituano Algirdas Julien Greimas, a Semiótica Discursiva defende que o sentido resulta de um processo e, portanto, não está previamente estabelecido, mas sim engendrado no texto. Destarte, busca-se investigar qual é o ‘parecer do sentido’ manifestado nos discursos e como se pode captá-lo mediante as formas da linguagem (BERTRAND, 2003). Para isso, almeja-se:

estabelecer modelos que apreendam os níveis de invariância crescente do sentido de tal forma que se perceba que diferentes elementos do nível de superfície podem significar a mesma coisa num nível mais profundo; [...] explicar não as unidades lexicais que entram na feitura das frases, mas a produção e a interpretação do discurso; [...] postular a unicidade do sentido, que pode ser manifestado por diferentes planos de expressão. (FIORIN, 2000, p. 13)

Para executar tal propósito, os estudos semióticos se concentram em um primeiro momento sobre o plano do conteúdo dos textos, isto é, sobre o que é dito. Posteriormente, procede-se à análise do plano da expressão, o qual aponta para a materialização do texto, a forma como o conteúdo foi disposto e realizado. Por fim, trata-se de conectar ambos com o fito de desvendar as veredas que o sentido trilha.

No que diz respeito ao plano do conteúdo, este é “concebido, metodologicamente, sob a forma de um percurso gerativo” (BARROS, 2003, p. 188), o qual abarca uma sucessão de patamares (o fundamental, o narrativo e o discursivo) que almejam dar conta da forma como o sentido é produzido e interpretado. Essas três etapas, por sua vez, são analisadas em uma sequência determinada, que parte de um nível mais simples e abstrato (fundamental) para um mais complexo e concreto (discursivo). Ademais, cada nível possui um componente sintático e um componente semântico. A sintaxe “estuda a estrutura do vocábulo, e a semântica, as regras que presidem às relações entre os vocábulos, às construções das orações e às relações interoracionais”. (ANTONIO, 2008, p. 62)

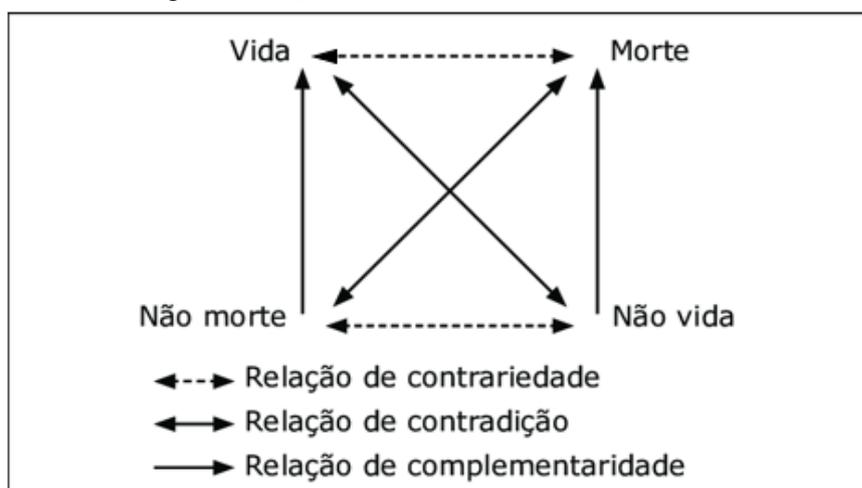
Em suma, menciona-se que, tal como sintetizado por Fiorin (2000), o projeto greeimasiano foi de criar uma teoria sintagmática, geral e gerativa: sintagmática porque sua atenção recai não só sobre o conteúdo, mas também pela sua expressão no texto; geral porque se volta a qualquer tipo de texto, seja ele verbal, visual ou mediante quaisquer outras modalidades; e é gerativa porque entende o processo de produção de sentido de um texto em termos de um percurso gerativo que parte de um nível mais simples e abstrato para um mais complexo e concreto. Esse percurso, a seu turno, replica o processo de entendimento do leitor, que, para lograr a compreensão, precisa fazer abstrações daquilo que está na superfície textual.

Desse modo, para a Semiótica Discursiva, um texto pode ser subdividido em camadas, uma fundamental, uma narrativa e uma discursiva, as quais serão detalhadas a seguir.

### 2.1.1 *Nível fundamental*

O primeiro dos três níveis do percurso gerativo de sentido é o fundamental, o qual possui um caráter mais simples e abstrato, já que basicamente opera as oposições semânticas sobre as quais se erigem os sentidos do texto. Para isso, ele se constrói em torno de uma estrutura conhecida como *quadrado semiótico*, uma representação visual de articulação lógica no qual se confrontam duas categorias semânticas em um esquema tal que A vs. B<sup>14</sup> (por exemplo, vida vs. morte). Negando-se cada um dos termos da oposição, haverá não-A vs. não-B (não-vida vs. não-morte). Em ambos os casos (A vs. B; não-A vs. não-B), estabelece-se uma relação de contrariedade<sup>15</sup>. Já entre A e não-A (vida e não-vida) e B e não-B (morte e não-morte), o vínculo é de contradição<sup>16</sup>. Finalmente, A e não-B (vida e não-morte) e B e não-A (morte e não-vida) têm entre si uma relação de complementaridade<sup>17</sup>. A Figura 1 ilustra esse arranjo:

Figura 1 – Quadrado semiótico Vida vs. Morte



Fonte: Pessoa, Barros e Costa (2017, p. 24)

<sup>14</sup> Importa destacar que um desses termos receberá uma valoração positiva (eufórica), e o outro, uma avaliação negativa (disfórica), o que será determinado pelo texto.

<sup>15</sup> A contrariedade é uma relação na qual existe uma pressuposição recíproca entre os dois termos. Isso significa que a presença de um deles implica obrigatoriamente a presença do outro, bem como a ausência de um implica obrigatoriamente a ausência do outro.

<sup>16</sup> A contradição é uma relação que se instaura depois do ato cognitivo da negação. Assim, a presença de um termo pressupõe a ausência do outro e vice-versa.

<sup>17</sup> A complementaridade é uma relação que se dá entre termos que compartilham a mesma referência deíctica – positiva ou negativa – do quadrado semiótico.

No que se refere à semântica do nível fundamental, ela será responsável por determinar o sentido mínimo do texto, sintetizado na relação de diferença entre dois termos englobados por um único eixo semântico. Já o quesito sintático abarcará as operações de negação e afirmação desses valores que constituem a oposição semântica basilar de um texto.

### 2.1.2 *Nível narrativo*

O segundo nível do percurso gerativo é o narrativo, o qual se concentra sobre a questão da narratividade<sup>18</sup>. Esta se cimenta na noção de transformação e diz respeito a uma tentativa de explicar o mundo a partir de uma determinada ótica – já que se apresenta a situação a partir do ponto de vista de um sujeito tal, o qual se apropria da narração, simulando a história –.

Nesse sentido, para que a transformação se dê, faz-se necessária a instauração de papéis, que serão executados por sujeitos e objetos.<sup>19</sup> Estes consistem naquilo que aqueles almejam e podem ser divididos em duas categorias: os objetos modais (representados pelas noções do /querer/, /dever/, /poder/ e /saber/) e os objetos de valor (que são a finalidade última da ação do sujeito) (FIORIN, 2000). A determinação desses participantes e dos papéis actanciais<sup>20</sup> por eles executados diz respeito, por sua vez, à sintaxe narrativa, ao passo que a semântica consiste na seleção dos elementos que serão associados aos sujeitos mediante valores. Ademais, cabe assinalar que:

No nível das estruturas narrativas, as categorias fundamentais são convertidas à ordem do fazer. Trabalha-se, então, com dois tipos de enunciados elementares: os de estado, em que um sujeito está em relação de conjunção ou de disjunção com um objeto, e os de fazer, em que se opera uma transformação na relação entre sujeito e objeto: de disjunção para conjunção ou vice-versa. As operações de aquisição e de perda de objetos correspondem, respectivamente, à afirmação e à negação de valores no nível fundamental. (OLIVEIRA; LANDOWSKI, 1995, p. 77)

<sup>18</sup> É importante esclarecer que narratividade é diferente de narração, dado que esta consiste em uma tipologia textual, ao passo que aquela alude a “uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes [...], quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final.” (FIORIN, 2000, p. 21)

<sup>19</sup> Não necessariamente o papel de sujeito será desempenhado por um humano e o de objeto, por um ser inanimado. Tanto um quanto o outro podem ser realizados por pessoas, animais e coisas.

<sup>20</sup> Conforme assinala Bertrand (2003, p. 288), há três pares de categorias actanciais, os quais se definem mediante uma relação de oposição com outro termo do mesmo nível: Sujeito/Objeto; Destinator/Destinatário; e Adjuvante/Oponente. O primeiro par concerne a uma relação de busca, de desejo, na qual há um sujeito que almeja um dado objeto. O segundo par, por sua vez, alude a uma relação de comunicação, na qual o destinator indica algo ao destinatário. Finalmente, o último par faz referência à categoria polêmico-contratual e diz respeito à função de auxiliar positiva (adjuvante) ou negativamente (opponente) o programa narrativo do sujeito.

Quanto à sintaxe do nível narrativo, convém mencionar que ela se organiza em torno do esquema narrativo canônico, o qual trata de estruturar de modo hierárquico as sucessões de estado e mudança experimentadas pelos sujeitos. Para isso, ele se divide em percursos narrativos, de maneira que cada sujeito terá um caminho próprio formado por uma concatenação de programas narrativos, que aludem às unidades operatórias básicas da organização narrativa de um texto e se materializam em um enunciado elementar, isto é, um enunciado do fazer (ação) que governa um enunciado de estado (mudança de estado). Nesses programas narrativos, é possível identificar as quatro fases constituintes da narrativa, quais sejam: (1) manipulação; (2) competência; (3) performance; e (4) sanção.<sup>21</sup>

A primeira se centra na tentativa de induzir o outro a executar determinada ação, de modo que se busca “despertar a confiança do destinatário (/fazer crer/) para, em seguida, completar a manipulação, fazendo-o fazer ou não fazer” (TATIT, 2002, p. 191). Para isso, o destinador pode se valer de diferentes estratégias: (i) sedução, na qual se elogia e enaltece o destinatário, de forma que sua recusa à manipulação implicaria negar as qualidades que lhe foram atribuídas (operação de /saber fazer/ levando a um /querer fazer/); (ii) tentação, em que se oferece uma recompensa irrecusável ao outro (operação de /poder fazer/ levando a um /querer fazer/); (iii) provocação, que envolve a depreciação do destinatário, o que o leva a querer agir para provar que as ofensas não se sustentam (operação de /saber fazer/ levando a um /dever fazer/); e (iv) intimidação, em que o destinador recorre a ameaças para levar o outro a fazer o que se quer (operação de /poder fazer/ levando a um /dever fazer/).

Já na segunda fase, “um sujeito atribui a outro um saber e um poder fazer” (FIORIN, 2000, p. 5). Dessa forma, pode-se dizer que a competência está relacionada àquele que sofre a manipulação e a sua capacidade de adquirir um conhecimento ou capacidade para poder concretizar a etapa seguinte, ou seja, a performance. Esta, por sua vez, alude ao momento em que o destinatário busca realizar ações com o fito de se apropriar dos valores desejados (BARROS, 1997), o que culmina na transformação principal do texto, que pode implicar em uma relação de conjunção (corroboração da premissa pelo sentido) ou de disjunção (negação da premissa pelo sentido) entre actante e objeto. Por fim, na sanção, busca-se avaliar se a performance se concretizou segundo os parâmetros demandados na manipulação. Isso pode ser feito pela via cognitiva – ou seja, reconhecer ou não que o destinatário teve competência – ou pela via pragmática (mediante prêmios e castigos).

---

<sup>21</sup> Nem sempre as fases se encontram encadeadas nessa sequência, porém todas se relacionam, já que, conforme detalha Fiorin (2000, p. 5), “para que um sujeito possa executar uma ação, é preciso que ele saiba e possa fazê-lo, isto é, seja competente para isso, e, ao mesmo tempo, queira e/ou deva fazê-lo.”

Findo o aspecto sintático do nível narrativo, cabe explicar a estruturação da semântica narrativa. De modo geral, ela se debruça sobre os valores inscritos nos objetos, os quais podem ser definidos como “o actante sintático da narrativa que se define pela relação de junção ou de transformação que o liga ao sujeito e que, enquanto posição actancial, pode receber investimentos de projetos e de aspirações do sujeito” (BARROS, 1997, p. 84). Por conseguinte, para minuciar essas relações entre o sujeito e o objeto, o campo semântico partirá do estudo das modalizações.

As modalizações, a seu turno, podem se dar de quatro modos (/querer/, /dever/, /poder/ e /saber/) e tanto podem fazer referência à relação do sujeito com seu fazer (caracterizada, nestes casos, como modalização do fazer, já que diz respeito a enunciados de ação), quanto à relação do sujeito com seu objeto de valor (em que se classifica como modalização do ser, abarcando, assim, os enunciados de estado). No caso da modalização do fazer, ela se ocupa da competência modal do sujeito, isto é, aquilo que permitirá a realização da sua performance. Já no processo de modalização do ser, o sujeito de estado, modificado pelo sujeito do fazer, começa a atribuir valores aos objetos e a interagir com esses valores – à medida em que quer, pode, deve ou sabe (ou não) entrar em conjunção ou disjunção com os objetos –.

### **2.1.3 *Nível discursivo***

O último nível do percurso gerativo é o discursivo, o mais complexo e concreto e que, portanto, encontra-se mais próximo da manifestação textual. Nele emergem, por meio das marcas linguísticas, as relações que o enunciador estabelece com o enunciatário, bem como as questões contextuais subjacentes à produção daquele texto em específico. Os conceitos desse nível serão especialmente visados neste trabalho, uma vez que seu elevado grau de concretude permite entrever de modo mais evidente as manifestações ideológicas do sujeito da enunciação. Ademais, a problemática da identidade se revela especialmente nesse ponto do percurso, uma vez que, conquanto a significação se erija desde o nível fundamental e adquira um caráter lógico-estrutural no narrativo, é somente a partir dos processos sintáticos e semânticos próprios do nível discursivo que os actantes adquirem um caráter sólido, permitindo, dessarte, que se estabeleça sua constituição identitária.

No que concerne à sintaxe discursiva, ela dá conta das projeções de pessoa, tempo e espaço operadas pelo sujeito, o que pode ser feito mediante mecanismos de embreagem e debreagem. A primeira ocorre quando as referidas marcas são neutralizadas no texto, enquanto a segunda acontece quando essas categorias despontam no enunciado. Em ambos os

casos, isso pode ser feito de modo enunciativo (quando se projeta um ‘eu’, um ‘aqui’ e um ‘agora’) ou enuncivo (quando se projeta um ‘ele’, um ‘lá’ e um ‘então’).

Além das estratégias supracitadas, o enunciador também pode executar debreagens internas de pessoa, mediante as quais trata de criar simulacros de diálogo no texto ao dar voz aos atores do discurso. Nesse sentido, há seis entidades possíveis: enunciador, enunciatário, narrador, narratário, interlocutor e interlocutário. O enunciador consiste em um desdobramento do sujeito da enunciação. O enunciatário, a seu turno, alude a quem se destina o discurso, ao público. Já o narrador é aquele a quem o enunciador delegou voz para narrar, e o narratário, a quem se dirige a narração. Finalmente, o interlocutor é o ‘eu’ que fala quando o narrador concede a palavra à personagem, e o interlocutário, o ‘tu’ com quem essa personagem interage quando obtém a palavra do narrador.<sup>22</sup>

Posteriormente, chega-se à última etapa do percurso gerativo do sentido: a semântica discursiva. Nela, mediante processos de tematização e de figurativização, são atribuídos valores semânticos aos elementos adjudicados pelo sujeito da narrativa. No caso dos temas, eles são um “um investimento semântico, de natureza puramente conceitual, que não remete ao mundo natural. Temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural: elegância, vergonha, raciocinar, calculista, orgulhoso etc.” (FIORIN, 2000, p. 65). Já as figuras têm um caráter mais concreto, que efetivamente existe no mundo natural.

Assim, a tematização organiza uma série de valores abstratos em percursos temáticos, o que se dá por meio da reiteração de traços semânticos – que servirão para a instauração de uma isotopia, ou seja, um plano de leitura do texto –. Cabe destacar, ainda, que “a tematização pode concentrar-se quer nos sujeitos, quer nos objetos, quer nas funções, ou, pelo contrário, repartir-se igualmente pelos diferentes elementos da estrutura narrativa em questão” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 454).

Após essa operação, o sujeito pode tentar dissipar os temas e figurativizá-los, visando certificar a coerência textual e produzir efeitos de sentido específicos, em especial o de realidade<sup>23</sup>. Dessa maneira, o processo de figurativização possibilita que os percursos temáticos se recubram com figuras, as quais lhe concedem traços sensoriais, perfazendo, por conseguinte, um percurso figurativo.

<sup>22</sup> Conforme explicitam Burgo, Ferreira e Storto (2011, p. 20, grifos dos autores), “essas instâncias subordinam-se umas às outras: o *eu* que fala em discurso direto é dominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. Em função dessa cadeia de subordinação, diz-se que o discurso direto é uma debreagem de segundo grau. Seria de terceiro se o sujeito debreado em segundo grau fizesse outra debreagem. Por questões de limitação da memória, é muito difícil que esse processo ultrapasse o terceiro grau ou mesmo que vá além do segundo.”

<sup>23</sup> Nesse ponto, convém mencionar o fenômeno da iconização, o qual consiste em um revestimento exaustivo com figuras a fim de provocar uma ilusão referencial. (BARROS, 2002)

Finda essa exposição geral, convém mencionar que, não obstante aborde detalhadamente os mecanismos por meio dos quais o sentido é engendrado no texto e as transformações que aquele experimenta em decorrência da narratividade, o percurso gerativo do sentido foca especialmente no produto, no enunciado, mas não tanto na produção, isto é, na enunciação. Contudo, dentro do discurso, enunciação e enunciado são indissociáveis, uma vez que, por meio da primeira, a instância discursiva projeta um corpo – e essa projeção deixa marcas, que podem ser apreendidas no enunciado –. Sendo assim, para melhor compreender o processo semiótico, faz-se mister entender como o sujeito percebe o mundo e transpõe para o discurso o que é captado.

## 2.2 O discurso em ato: tomada de posição e modulações do campo de presença

Em seu *Dicionário de Semiótica*, Greimas e Courtés (2008 [1979]) definem a existência semiótica como a relação transitiva que liga um objeto de saber a um sujeito cognoscível. Na base de tal processo, encontra-se a oposição entre *presença* e *ausência*, as quais configuram, respectivamente, as existências (i) *in praesentia*, que possui caráter realizado e coaduna com o eixo sintagmático, ou seja, com aquilo que concretamente está ali e (ii) *in absentia*, a qual se encontra virtualizada e se relaciona ao eixo paradigmático, àquilo que não está presente, mas poderia. Nessa primeira formulação, a presença é concebida em termos exclusivamente categoriais.

Já no segundo volume da obra (GREIMAS; COURTÉS, 1986), os autores afirmam que as categorias de *presença* e *ausência* são o resultado, no nível discursivo, das relações de junção e disjunção operadas no nível narrativo<sup>24</sup>, uma vez que é no nível mais superficial que ocorrem os investimentos de actorialização, espacialização e temporalização. Assim, tanto o sujeito quanto o objeto passam a ser localizados em um tempo e em um espaço específicos, de sorte que se estabelece uma área cognitiva na qual se dá (ou não) a coincidência espacial e a concomitância temporal entre os diferentes actantes. Ademais, nessa reformulação teórica, admite-se que a presença pode ter distintas densidades, o que dependeria da relação existente entre sujeito e objeto.

---

<sup>24</sup> Nesse sentido, as modalidades virtualizantes (/querer/, /dever/) caracterizam a relação disjuntiva entre sujeito e objeto. Já as modalidades atualizantes (/saber/, /poder/) marcam a situação de não-disjunção, ao passo que as modalidades realizantes (/fazer/, /ser/) são inerentes à conjunção. Finalmente, a potencialização (não-conjunção) se dá quando o sujeito e o objeto passam da realização à virtualização por meio da negação das modalidades de /fazer/ e /ser/.

Nesse sentido, a contínua inter-relação que se estabelece entre sujeito e objeto e que culmina no processo de atribuição de sentido e produção da realidade tem o âmbito perceptivo como ponto de partida<sup>25</sup>. Desde uma perspectiva corporal, a percepção de um objeto no mundo implica um fluxo de atenção, que convoca uma direção, uma tensão e uma valorização. A partir dessa valorização, define-se o que deve ser retido de um determinado objeto em um certo domínio de pertinência.

Esse processo, por sua vez, tem início em um grau sensível: antes mesmo de que o sujeito compreenda o que está acontecendo, seu corpo<sup>26</sup> instaura um campo de presença – o qual consiste em um “[...] domínio espaço-temporal no qual se exerce a percepção” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998], p. 118, tradução nossa<sup>27</sup>) – para receber essa grandeza desconhecida. Nesse movimento, o campo pode ampliar-se ou estender-se, fechar-se ou abrir-se, provocar uma aparição ou um desaparecimento. Tudo isso modificará o fluxo de sensações e permitirá uma experimentação emocional do evento; somente depois essa impressão será racionalizada e transformada em discurso. (FONTANILLE, 2016 [1999])

Neste ponto, convém explicar que as vivências humanas estão sujeitas a diferentes modulações, as quais resultam da interação entre duas dimensões que se implicam mutuamente e não existem de modo isolado<sup>28</sup>: a intensidade (a qual remonta à afetividade, aos estados de alma) e a extensidade (que alude à racionalidade, aos estados de coisas). A junção de ambas resulta na tensividade, que, a seu turno, delimita o espaço tensivo – o qual consiste em uma representação espacial<sup>29</sup> dos elementos que têm acesso ao campo de presença –. Assim, quando o fato semiótico surge (seja aos poucos, mediante o *pervir*, seja de supetão, por meio do *sobrevir*<sup>30</sup>), o campo de presença se constrói, recebe a grandeza que nele

<sup>25</sup> Ressalta-se, não obstante, que a Semiótica não está preocupada em operar uma teorização minuciosa acerca da dimensão perceptiva, para não adentrar em discussões filosóficas e ontológicas atinentes à linguagem.

<sup>26</sup> Na teoria semiótica, o conceito de *corpo* se refere ao lugar natural em que se ancora a significação e se opera a semiose, visto que acolhe as categorias da dêixis perceptiva e promove a construção dos produtos figurativos a partir de fluxos tensivos. (Fontanille, 2008 [2004])

<sup>27</sup> No original: “[...] dominio espacio-temporal en el que se ejerce la percepción.”

<sup>28</sup> Isso não significa, no entanto, que ambas se encontrem em patamar de igualdade, uma vez que, na perspectiva da Semiótica, a intensidade se sobrepõe em relação à extensidade, de sorte que o sentido se constrói majoritariamente em torno do afeto. (ZILBERBERG, 2016b [2006])

<sup>29</sup> De forma geral, a referida representação se dá por meio de um gráfico, no qual a intensidade se localiza no eixo vertical (ordenadas) e a extensidade, na horizontal (abscissas). A partir dessa projeção visual concomitante da intensidade e da extensidade, é possível considerar a amplitude, a velocidade e a duração de um devir (ZILBERBERG, 2016b [2006])

<sup>30</sup> O *pervir* e o *sobrevir* estão relacionados a dois estilos discursivos: o exercício e o acontecimento, respectivamente. O primeiro aponta para uma prossecução previsível, de orientação implicativa (isto é, algo que se encontra em conformidade lógica, obedecendo à ideia de [se a, então b]). Por outro lado, o segundo se centra em fatos repentinos, raros e hiperbólicos que despertam afetos turbadores no sujeito, anulando suas competências modais e emudecendo-o. Nesse sentido, o acontecimento obedece a uma lógica concessiva, a qual alberga a noção de [embora a, entretanto não b]. Cabe frisar, não obstante, que o acontecimento é algo pontual; com o passar do tempo, a inteligibilidade aumenta e o evento tende a se converter em estado, de modo que o

adentra e concede-lhe uma valência intensiva, que será mensurada, e uma extensiva, que será quantificada.

Em seguida, as magnitudes discursivas são qualificadas a partir das subdimensões controladas pela intensidade e pela extensidade. De forma mais abrangente, a intensidade se constrói a partir da tensão entre [impactante *vs.* tênue], enquanto a extensidade o faz a partir da diferença entre [concentrado *vs.* difuso]. Entretanto, além dessas articulações mais gerais, constam outras, que estão atreladas às subdimensões intensivas e extensivas. Essencialmente, no que concerne à intensidade, constam as subdimensões de andamento e tonicidade. O primeiro alude à velocidade por meio da qual um objeto se introduz no campo de presença, de maneira que sua distinção prioritária se resume nas subvalências [rápido *vs.* lento]. Enquanto isso, a segunda faz referência à força com que se adentra esse campo, o que se resume na diferença [tônico *vs.* átono]. Já no tocante às subdimensões da extensidade, estão a espacialidade e a temporalidade, as quais dizem respeito à percepção do sujeito acerca da extensão espacial e temporal do fato semiótico, compendiados, respectivamente, nos pares [fechado *vs.* aberto] e [breve *vs.* longo].

Retomando o processo de percepção de um objeto, quando uma grandeza surge, o corpo a recebe e determina aquilo que perfará a dimensão interoceptiva (o plano do conteúdo) e a exteroceptiva (o plano da expressão). A partir da união desses dois domínios, configura-se a propriocepção, que nada mais é do que a tomada de posição por parte da instância discursiva. Essa tomada de posição, por sua vez, aplica-se tanto à dimensão intensiva quanto à extensiva. No primeiro caso, ela será descrita como um foco – cujo papel é determinar a maior ou menor tonicidade na tensão que se estabelece entre sujeito e objeto –; já no segundo, a tomada de posição ocorrerá mediante uma apreensão (a qual se encarrega de delimitar o tamanho do campo, definindo se este será mais aberto ou mais fechado e estipulando a quantidade de objetos assimilada).<sup>31</sup>

---

emudecimento inicial se transforma em discurso. Este, a seu turno, impõe-se como um contraprograma que visa se opor à lógica concessiva do evento, freando sua precipitação. Por conseguinte, entende-se que é preciso que exista o acontecimento para que haja o discurso, pois este “se constrói justamente pela sucessão de continuidades e descontinuidades”. (MENDES, 2015, p. 339)

<sup>31</sup> Importa destacar que, além das funções mencionadas, o foco e a apreensão também estão relacionados ao alcance espaço-temporal do ato perceptivo. No contexto do foco, seleciona-se, em uma extensão aberta, uma zona na qual a percepção se dará de forma mais intensa, de modo que se renuncia à extensão e à quantidade de objetos para privilegiar a sobressalência perceptiva de um determinado exemplar. No caso da apreensão, o cerne é fazer que a extensão de um domínio fechado coincida com a zona na qual a intensidade de percepção é elevada, com o fito de incrementar o número de objetos abarcados. Com isso, percebe-se que, no foco, a intensidade e a extensidade evoluem de maneira inversa, posto que é preciso reduzir o espaço para que a percepção se intensifique. Já no caso da apreensão, a intensidade e a extensidade se movimentam em sentido converso porque, para aumentar a percepção e circunscrever mais objetos, é preciso ampliar o espaço. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998])

Concluída essa etapa, emerge a forma de um campo posicional, cujas propriedades basilares são: (i) o centro dêitico, que serve como ponto de referência e que se institui como o local em que a intensidade é máxima e a extensidade é mínima; (ii) os horizontes de aparecimento e desaparecimento de grandezas, que, ao contrário, caracterizam-se por máxima extensidade e mínima intensidade; e (iii) a profundidade, entendida como a distância sensível que se estabelece entre o centro e as fronteiras.

Finalmente, a partir do momento em que a instância do discurso enuncia sua própria posição, outras posições podem ser reconhecidas e relativizadas em comparação com a primeira. Com isso, a referência se instaura e articula uma breagem – a qual se desdobra em dois mecanismos –. Nesse sentido, a debreagem trata de realizar a passagem da posição original a uma outra posição, de modo que tem uma função disjuntiva porque se separa de si e busca representar um outro mundo. Já a embreagem tenta fazer que a instância retorne à sua posição original, de forma que tem uma orientação conjuntiva porque se volta ao mundo próprio. Assim, a debreagem se mostra como um desdobramento de uma extensão, ao passo que a embreagem se volta ao centro de referência, ou seja, a uma intensidade. Após esse processo, o discurso consegue propor uma representação simulada dos actantes (eu/tu), do tempo (aqui) e do espaço (agora). (FONTANILLE, 2001 [1998])

Aqui, cumpre salientar que a tomada de posição por parte da instância do discurso não garante a inteligibilidade deste, mas apenas sua presença no mundo. Para que um ato discursivo possa adquirir real significação, é preciso relacioná-lo e compará-lo a outros, retomando a cadeia de atividades discursivas que o precedeu – o que é feito por intermédio dos modos de existência e da práxis enunciativa –.

### **2.3 Modos de existência e práxis enunciativa**

Segundo Fontanille (2001 [1998], p. 58), os modos de existência consistem em níveis de articulação da significação que precisam o estatuto dos componentes linguísticos em termos de disponibilidade e concretização ou, em suas palavras, *modulações da presença no discurso*. Dessarte, o autor enumera quatro possibilidades: (i) virtualização, (ii) realização, (iii) atualização e (iv) potencialização. No que tange à primeira, ela se vincula ao campo da possibilidade, a um elemento que, conquanto se encontre em um sistema subjacente, disponível para ser utilizado, não exerce nenhuma pressão para manifestar-se a nível discursivo. A realização, por sua vez, alude ao que está efetivamente exposto, manifesto no discurso. Já a atualização representa a ascensão de um conteúdo virtualizado em direção à

realização, a saber, algo que não se encontra concretamente expresso, mas que está latente. Por fim, a potencialização se refere ao movimento oposto, no qual o realizado passa ao virtualizado.<sup>32</sup>

Nessa perspectiva, os supracitados modos de existência organizam o campo perceptivo e, transitando pelo percurso gerativo, condicionam a semiose. Para que isso ocorra, porém, é preciso haver um equilíbrio tensivo entre os quatro. Assim sendo, a instância responsável por administrar sintaticamente o modo de existência das grandezas e enunciados que compõem o discurso é a práxis enunciativa, a qual é definida como um complexo de operações que se apropriam do sistema de estruturas profundas da narratividade e, a partir disso, “produzem configurações semióticas suficientemente estabilizadas para se colocarem à disposição de outros usos, as quais são apreendidas num movimento constante de remodelação das formas, sendo responsável, portanto, pela renovação dos discursos” (FONTANILLE, 2017, p. 986). Em outras palavras, a práxis se institui como um conjunto aberto de enunciações encadeadas e sobrepostas, o qual abraça cada enunciação em particular e perfaz uma espécie de ‘saber compartilhado’. Em vista disso, a práxis aponta para o fato de que “[...] não há enunciação estritamente individual, mas sobretudo reenunciações individuais de um substrato textual e cultural coletivo”. (FONTANILLE, 2016 [1999], p. 326, tradução nossa<sup>33</sup>)

Por conseguinte, tal categoria estabelece uma estreita correlação com a cultura e com os esquemas fixados coletivamente pelo uso. Logo, o enunciador, durante o exercício de um ato singular, recupera estruturas já esquematizadas e decide se as reproduz como de costume ou se as recusa e as ressignifica (o que, nesses casos, culminaria em práticas inovadoras que podem ser anexadas a esse domínio grupal, tornando-se, portanto, convocáveis dentro do sistema) –. Em suma, a práxis apreende os enunciados em um estágio virtual e trata de atualizá-los. Depois, ela os realiza enquanto expressões e, por fim, potencializa-os enquanto produtos do uso, fazendo-os retornar ao sistema cultural.

Nesse sentido, para executar tais incumbências, a práxis mobiliza algumas operações. Dessa maneira, inicialmente, constam armazenadas no sistema, em estágio virtual, as formas semionarrativas. A partir disso, por meio da atualização, a práxis as convoca no discurso, ativando-as no percurso gerativo e realizando-as. Posteriormente, esses produtos devem

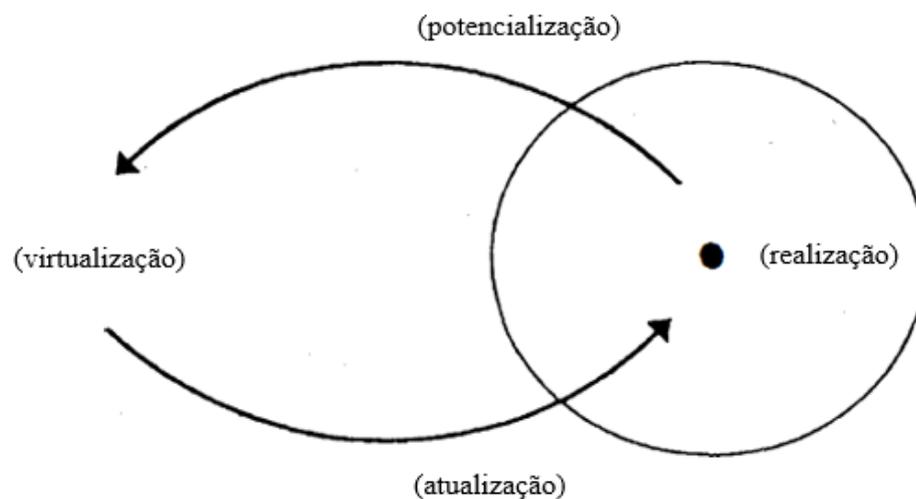
---

<sup>32</sup> Cada um desses modos de existência se associa a determinadas modalidades. Assim, a virtualização integra o campo da motivação e caracteriza o *querer* e o *dever*, a potencialização se liga ao regime da crença e incorpora o *crer*, a atualização perfaz a dimensão da aptidão e coordena o *saber* e o *poder*, e a realização se relaciona à efetuação e abarca os enunciados de *ser* e *fazer* (embora estes não integrem o rol de modalidades no sentido estrito).

<sup>33</sup> No original: “[...] no hay enunciación estrictamente individual, sino más bien re-enunciaciones individuales de un sustrato textual y cultural colectivo”.

retornar ao sistema por meio da potencialização, de modo que permaneçam disponíveis para usos futuros. Dito de outra maneira, quando se produz o discurso, ocorre uma tensão entre aquilo que se encontra fora do campo (o virtual) e o centro (o realizado), o que será mediado pela passagem da fronteira. Se esta se der do modo virtualizado ao realizado (isto é, um movimento de entrada no campo), a passagem será feita por meio da atualização; já se o fluxo partir do realizado em direção ao virtualizado (o que representa uma saída do campo de presença), a mediação ocorre mediante potencialização. A Figura 2 o ilustra:

Figura 2 – Operações da práxis enunciativa



Fonte: Fontanille (2001 [1998], p. 238, tradução nossa)

Cabe destacar, outrossim, que esses modos de existência atrelados à práxis enunciativa regulam os chamados ‘modos de presença’, os quais correspondem às variações de densidade dentro do campo. Nesse rumo, para que o discurso se mostre de forma homogênea, é preciso que as isotopias que o conformam adquiram distintos graus de presença e sejam dispostas em profundidade, de sorte que algumas estejam mais próximas ao centro (e, portanto, mais fortemente presentes) e outras estejam na periferia do campo (mais fracas, pois). Essa gradação da presença também é controlada pela instância da enunciação, que o faz em dois momentos: de início, na forma de uma asserção, de modo a garantir que um determinado conteúdo seja reconhecido como uma presença no campo discursivo; depois, por meio de uma assunção, a presença é acomodada e convertida em ponto de referência. Esses dois mecanismos, por sua vez, se vinculam aos modos de existência e de presença, os quais resultam da articulação entre o foco e a apreensão (e, por conseguinte, entre a tensão relativa à abertura e ao fechamento do campo):

Quadro 1 – Modos de existência dos conteúdos discursivos

	Foco intenso	Foco enfraquecido
Apreensão extensa	Plenitude (Modo Realizado)	Inanidade (Modo Potencializado)
Apreensão restrita	Deficiência (Modo Atualizado)	Vacuidade (Modo Virtualizado)

Fonte: Fontanille (2001 [1998], p. 118, tradução nossa)

Essas modulações relativas à presença e à ausência compõem a modalização existencial entre sujeitos e objetos. Assim, assume-se que a plenitude é realizante, a deficiência é atualizante, a inanidade é potencializante e a vacuidade é virtualizante. Dessarte, na inanidade, o conteúdo consegue ser captado porque está expresso, mas é fracamente assumido, ao passo que, na deficiência, ele é fortemente assumido, porém não está manifesto, de modo que sua apreensão é restrita. Já na plenitude, o conteúdo está explícito e é acolhido, enquanto, na vacuidade, ele nem está presente nem é considerado.

Em vista do exposto, Fontanille e Zilberberg (2016 [1998], p. 128) estabelecem duas sintaxes canônicas: quando uma grandeza adentra o campo de presença, há um ganho de densidade existencial. Com isso, passa-se do completo vazio a uma deficiência e, por fim, a uma plenitude, em um percurso ascendente marcado pela emergência de uma forma e seu aparecimento. O oposto – a saber, a saída do campo de presença – implica uma perda da referida densidade, já que o ponto de partida é a realização plena, que posteriormente passa a uma inanidade e se converte em uma vacuidade (caracterizando, portanto, um percurso descendente, o qual implica no declínio e subsequente desaparecimento de um elemento, o qual será estocado ou esquecido).

Por fim, convém assinalar que, para além dos modos de existência, a forma como uma grandeza será tratada dentro do campo de presença depende também de outros dois elementos: os regimes axiológicos e os sistemas de valores tensivos.

#### 2.4 Regimes axiológicos e sistemas de valores tensivos

Segundo Fontanille e Zilberberg (2016 [1998], p. 121, tradução nossa<sup>34</sup>), “o ‘eu’ semiótico não se reduz ao ‘eu’ linguístico: o ‘eu’ semiótico é um ‘eu’ sensível, afetado, frequentemente atônito, ou seja, emocionado pela êxtase que o atinge, um ‘eu’ mais oscilante

<sup>34</sup> No original: “el ‘yo’ semiótico no se reduce al ‘yo’ linguístico: el ‘yo’ semiótico es un ‘yo’ sensible, afectado, con frecuencia atónito, es decir, emocionado por los éxtasis que lo asaltan, un ‘yo’ oscilante más bien que identitario.”

que identitário”. Nesse contexto, esse ‘eu’ semiótico fundamentalmente sensível habita um espaço tensivo no qual a intensidade e a extensidade desempenham papéis centrais. Sendo assim, o campo de presença do sujeito se organiza segundo gradientes intensivos e extensivos – as valências, que, em termos hjelmslevianos, atuam como funtivos da função ‘valor’ –.

Os valores, por sua vez, incorrem na constituição dos dois regimes axiológicos inerentes ao campo de presença. O primeiro deles é o exclusão-concentração, cujo cenário extremo desemboca nos valores de absoluto, e o segundo é o de participação-expansão, que culmina nos valores de universo. Nesse sentido, os valores de absoluto apontam para um caráter singular, exclusivo, no qual se instaura um excesso de distância. Já os valores de universo possuem um caráter participativo, que aponta para a relativização e pressupõe um excesso de proximidade<sup>35</sup>. Outrossim, cada um desses sistemas de valores é regido por um operador: no caso do primeiro, a triagem, e quanto ao segundo, a mistura. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2016 [1998])

Essas terminologias, a seu turno, estão relacionadas a operações sintáticas próprias do eixo da extensidade. Assim, mencionou-se anteriormente que a morfologia básica da intensidade se constrói a partir da tensão entre [impactante vs. t $\hat{e}$ nue], e a da extensidade, a partir da diferença entre [concentrado vs. difuso]. Tais pares administram o acesso ao campo de presença, o que denota que, no quesito intensivo, uma grandeza adentra o referido espaço de maneira proporcional ao seu grau de impacto, o qual é gerido sintaticamente por diminuições e aumentos. Quando ocorrem as primeiras, estabelece-se um esquema descendente, vivência em que a significação passa do t $\hat{o}$ nico ao  $\hat{a}$ tono. Com isso, em um primeiro momento, contempla-se um  $\hat{a}$ pice que vai se esvanecendo ao longo do tempo. Já quando se dão os segundos, tem-se um quadro ascendente, em que se passa da atonicidade para a tonicidade. Nesse caso, começa-se com uma lentidão extrema, que aponta para a persistência de um estado; paulatinamente, porém, ele vai incrementando até alcançar o auge. Em síntese, a ascendência e a descendência são definidas pela projeção de uma direção tensiva sobre uma extensão. (ZILBERBERG, 2016b [2006])

Quanto ao âmbito extensivo, a entrada se dá por meio do grau de concentração, cuja sintaxe envolve as operações de triagem e mistura. A primeira está associada ao caráter concentrado e tende aos valores de absoluto, ao passo que a segunda se liga à postura difusa e

---

<sup>35</sup> Cabe acrescentar que, conforme Fontanille e Zilberberg (2016 [1998], p. 55), cada um desses regimes de valores é caracterizado por um tipo de ética. Partindo das reflexões weberianas, os referidos semioticistas assinalam que os valores de absoluto operam segundo a *ética da convicção*, na qual há uma separação entre a ação e suas consequências, de modo que os ideais defendidos se mantenham incólumes, puros. Já os regimes de universo se submetem à *ética da responsabilidade*, que visa preservar sua coerência e completude por meio da indissociabilidade do fato e de seus efeitos.

tende aos valores de universo. Neste ponto, recorda-se que, conforme assinalam Fontanille e Zilberberg (2016 [1998]), tanto a triagem quanto a mistura são passíveis de variar em função da tonicidade, estabelecendo, dessa forma, regimes distintos. Quando a triagem é tônica, opera-se com uma ‘triagem da triagem’, o que instaura um valor de unicidade/nulidade, em que se alcança um elevado grau de pureza mediante a exclusão de grandezas. Com isso, aquela que resta assume um caráter singular e incomparável. A triagem átona, em contrapartida, impõe um valor de totalidade, pois, conquanto haja uma seleção, nem todos os elementos são submetidos à separação e posterior exclusão. Já no que concerne à mistura, quando esta é tônica, adquire um caráter de universalidade (o qual pressupõe uma acentuada homogeneidade) e, quando átona, de diversidade (em que se mantém a mescla, porém sem tanta uniformidade). O quadro 2 o sintetiza:

Quadro 2 – Valores tensivos

	<b>Triagem</b>	<b>Mistura</b>
<b>Tônica</b>	Unicidade / Nulidade	Universalidade
<b>Átona</b>	Totalidade	Diversidade

Fonte: Fontanille e Zilberberg (2016 [1998], p. 35, tradução nossa)

Há de se pontuar, igualmente, que entre a exclusão promovida pelos valores de absoluto e a participação agenciada pelos valores de universo, constam, igualmente, graus intermediários, os quais são estabelecidos nos discursos por meio de duas axiologias: a melhoria e a pejoração. A primeira tende aos valores de universo e visa impedir a atuação total da exclusão inerente aos valores de absoluto. Já a segunda tende aos valores de absoluto e visa combater a participação própria dos valores de universo. Para isso, elas se conjugam às operações de triagem e mistura e, assim, permitem que se operem exclusões dentro do regime de participação e vice-versa. Já a valoração atribuída a tais estratégias dependerá da ótica sob a qual se analise a situação. Logo, operando pelo viés dos valores de absoluto, a triagem é vista como eufórica, e a mistura, disfórica. De modo oposto, os valores de universo consideram positivas as misturas e negativas as triagens. Por conta disso, a união da melhoria com a mistura (ambas afeitas aos valores de universo) gera um resultado satisfatório (o enriquecimento, o qual pressupõe a inclusão de uma grandeza boa). Isso também ocorre quando se conjugam pejoração e triagem (ambas propensas aos valores de absoluto); neste caso, o que se obtém é uma eliminação, ou seja, a extração de uma grandeza má. Por outro lado, quando se dão os pares melhoria-triagem e pejoração-mistura, o

fenômeno resultante sugere certo desequilíbrio do sistema, porquanto cada parte tende a um regime distinto. No primeiro, alcança-se uma seleção, que consiste na extração de uma grandeza boa. Finalmente, no segundo, chega-se a uma profanação, a saber, a inclusão de uma grandeza má. O quadro abaixo ilustra o conteúdo supracitado:

Quadro 3 – Características dos valores de universo e dos valores de absoluto

	Valores de universo		Valores de absoluto	
<b>Ética</b>	Responsabilidade		Convicção	
<b>Axiologia afeita</b>	Melhoriação		Pejoração	
<b>Operação</b>	Triagem	Mistura	Triagem	Mistura
<b>Juízo de valor</b>	Disfórico	Eufórico	Eufórico	Disfórico
<b>Programa</b>	Seleção	Enriquecimento	Eliminação	Profanação

Fonte: elaborado pela autora com base em Fontanille e Zilberberg (2016 [1998]) e Zilberberg (2004).

Em vista do supracitado, é notório que a entrada de uma grandeza no campo de presença pressupõe, em certa medida, uma interação com uma alteridade. Nesse sentido, cumpre detalhar o tratamento dado a essa questão dentro dos estudos semióticos.

## 2.5 Tratamento da alteridade sob o prisma semiótico

Dentro do âmbito semiótico, aquele que mais buscou aprofundar-se em temas relativos à alteridade e às dinâmicas subjacentes às questões identitárias, especialmente no que concerne a contextos de interação cultural, foi o francês Eric Landowski. Assim, tal teórico defende que a sociedade é uma construção de sentido que a todo momento se realiza e que se transforma mediante as interações sociais, as quais, por sua vez, executam-se na relação entre um *si* (efetivado na ideia do Eu ou do Nós) e um *não-si* (materializado na figura do Outro<sup>36</sup>). A partir do contato entre tais atores e das diferenças que se instalam entre ambos, erige-se a noção de identidade, cuja criação passa, necessariamente, pela alteridade, porque é a partir da distinção com o dessemelhante que o indivíduo descobre a si mesmo<sup>37</sup>. Em suma, o sujeito só

<sup>36</sup> A imagem do Outro se corporifica por meio de diferentes grupos, como os excluídos, os marginalizados e, sobretudo, os estrangeiros, os quais se constituem como um profícuo exemplo que se faz presente no dia a dia por meio do contato entre culturas e indivíduos. Por implicar a estranheza de lidar-se com um universo cultural frequentemente desconhecido, a presença dessa alteridade nem sempre tem um sentido para os cidadãos locais, ou ao menos um mesmo sentido para todos.

<sup>37</sup> Como explana Landowski (2012, p. 4, grifos do autor), “o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a *alteridade do outro* atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele.”

se constrói pela diferença, de maneira que se faz necessário a presença de um Outro para que se atinja a existência semiótica e se estabeleça a significação (LANDOWSKI, 2012). Não obstante, importa salientar que não basta simplesmente constatar de forma objetiva a existência de diferenças; é preciso que elas se instaurem como significantes no seio social.

Nesse sentido, o referido semioticista propõe um modelo para ilustrar a dinâmica relacional que se institui nesse encontro entre contrários, tanto no que tange (i) à forma como o Nós se porta ante à classe divergente, quanto (ii) ao modo como o Outro se instaura frente ao grupo modelar, denominado por ele “Sr. Todo Mundo”<sup>38</sup>. No primeiro caso, há quatro posturas basilares de se lidar com a alteridade de outrem: assimilação, exclusão, segregação e admissão. Já no segundo, constam igualmente quatro estilos de se comportar frente a uma identidade majoritária: esnobe, dândi, urso e camaleão. A seguir, descrever-se-á cada um deles.

### **2.5.1 Regimes de convivência com o Outro**

O ato de lidar com o diferente pode ser realizado mediante quatro regimes de convivência (assimilação, exclusão, segregação e admissão), os quais, conquanto pressuponham diferentes níveis de instabilidade, compartilham o fato de se realizarem por meio da linguagem e se cristalizarem no discurso. Além disso, todos eles se caracterizam como formas de manipulação, já que

[...] o grupo dominante, ao entrar em contato com seu destinatário (o seu dessemelhante), reconhece-lhe suas diferenças e, baseado nessas nuances culturais, étnicas, políticas, o impele, através de um fazer persuasivo, a aceitar uma espécie de contrato, a partir do qual o dessemelhante transformará seus modos de ser, moldando-se – em diferentes graus – às configurações do seu manipulador (o grupo de referência). (DESIDÉRIO; LIMBERTI, 2013, p. 17)

Isto posto, uma dessas estratégias de modalização é a assimilação, em que se procede com a conjunção de identidades, ou seja, a identidade do Outro e a identidade do Nós se convertem em uma unidade. Para isso, o grupo adota mormente um papel acolhedor, generoso e tolerante, que alberga, em última instância, a falsa aceitação do divergente e a intenção de que o dessemelhante se torne igual aos demais membros do grupo, fundindo-se por completo ao conjunto. Já na exclusão, procede-se com uma disjunção identitária: não se almeja

---

<sup>38</sup> Descrito como uma figura social que logra, ao mesmo tempo, atrair ou repelir aqueles que gravitam em seu entorno, o Sr. Todo Mundo é um indivíduo com refinado senso de adequação, que responde aos mais elevados critérios éticos e estéticos impostos pelo grupo dominante (LANDOWSKI, 2012, p. 37). Em última instância, atua como um modelo a ser seguido, uma figura de referência que se localiza no centro do sistema e com base na qual os sujeitos marginalizados estabelecem sua trajetória.

qualquer tipo de proximidade com o Outro, de sorte que ele é explícita e veementemente rechaçado por seu caráter díspar.

Embora, em um primeiro momento, os regimes supracitados pareçam opostos, é possível identificar pontos de interseção quando se efetua uma análise mais detida. Assim, tanto a exclusão quanto a assimilação se cimentam na manutenção da unidade do Nós: é preciso resguardar sua pureza e impedir que as diferenças do Outro afetem esse grupo supostamente uniforme. Enquanto a exclusão trata de rejeitar o diferente, a assimilação trata de incorporá-lo ao grupo, porém de forma que ele abandone suas peculiaridades, aquilo que o faz distinto, e adira às características do conjunto. Em ambos os casos, portanto, opera-se com a mesma lógica: ingestão e padronização do Mesmo e eliminação e triagem do Outro, as quais têm por objetivo impedir que o equilíbrio interno seja perturbado por elementos exteriores porque, se isso acontecesse, se se tolerasse uma excessiva heterogeneidade no seio do grupo, este já não se reconheceria a si mesmo. Percebe-se, portanto, que, nessas duas configurações,

a alteridade só pode ser pensada como uma diferença vinda de *alhures*, e que assume, por natureza, a forma de uma *ameaça*. Como se vê, a assimilação e exclusão não passam, em definitivo, das duas faces de uma única e mesma resposta à demanda de reconhecimento do dessemelhante: ‘tal como se apresenta, você não tem lugar entre nós.’ (LANDOWSKI, 2012, p. 10, grifos do autor)

Cabe destacar, sem embargo, que, em cada caso, esse movimento é regido por motivos diferentes. Enquanto a exclusão é orientada por movimentos majoritariamente passionais, que, motivados por ódio ou repulsa, tratam de negar o Outro como tal, a assimilação se fundamenta em percepções teoricamente racionais: não se almeja eliminar as diferenças do estrangeiro por aversão ou ojeriza, mas sim por considerá-las carentes de consistência. Sabe-se que, no que concerne a estrangeiros, por exemplo, suas idiossincrasias somente assumem sentido dentro de sua lógica cultural. No entanto, em outro território, os indivíduos nativos não costumam preocupar-se em entender a estrutura subjacente ao local do qual proveio essa pessoa, de sorte que as diferenças se tornam extravagâncias sem embasamento lógico. Com isso, o estrangeiro se vê desqualificado da sua condição de Sujeito, porque suas características não são concebidas como parte de uma identidade estruturada. Nessa perspectiva, ao assimilar-se ao grupo, o Outro se beneficiaria por fazer parte de um conjunto que efetivamente tem uma identidade consolidada, além de desfazer-se de peculiaridades tidas como irrelevantes e sem um significado estabilizado. Em síntese, é preciso “ajudar o estrangeiro a livrar-se *daquilo que faz com que ele seja outro* – em suma, de reduzir o outro ao mesmo para que, um dia, ele possa integrar-se plenamente ao novo ambiente que o acolheu”.

(LANDOWSKI, 2012, p. 8, grifo do autor)

Na sequência, cumpre explicitar os demais regimes de convivência com o Outro. No que diz respeito à segregação, tolera-se a presença do Outro, embora não se empreendam esforços para gerar sua integração ao coletivo. Por conseguinte, responde-se à lógica da não-conjunção, que remonta à impossibilidade de assimilar e à recusa de excluir. Isso é feito porque, em alguma medida, o Nós se reconhece no Outro, de forma que a exclusão definitiva é desestimada ou postergada, porquanto implicaria excluir, de certa forma, a si próprio. Logo, entende-se que o diferente guarda relações e vínculos com o grupo, o que atenua a severidade da discriminação. No entanto, ainda se evita o contato e a excessiva aproximação com aquele que não pertence à coletividade.

Na admissão, por outro lado, permite-se que o dessemelhante se mantenha no conjunto a despeito da sua diferença, em um movimento regido pela não-disjunção. Destarte, constata-se a existência de uma força centrípeta que trata de integrar o Outro ao grupo, mas sem ignorar suas dissimilaridades e sem tentar uniformizá-lo e submetê-lo à identidade da maioria. Ao contrário, percebe-se, na admissão, que o Nós sustenta uma certa curiosidade quanto ao Outro exatamente por sua condição divergente, o que significa que sua alteridade, em vez de despertar repulsa, torna-se um polo atrativo. No entanto, existe a adesão mútua ao princípio de não confusão das identidades, ou seja, os conjuntos em contato tratam de impor resistência à uniformidade, pois somente dessa maneira poderão salvaguardar a sua identidade. Para isso,

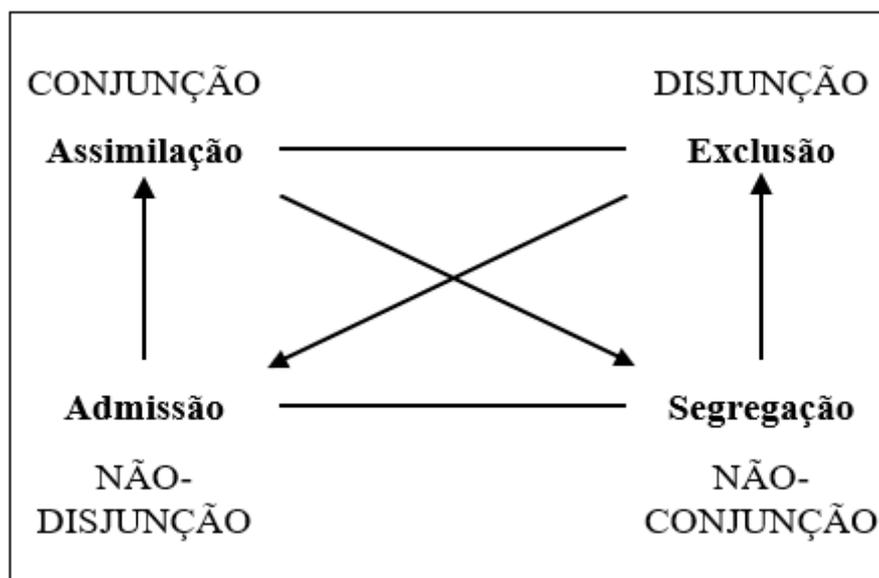
não bastará que os parceiros saibam resistir mutuamente um *ao outro*, nem que fosse somente para deliberadamente manter sua ‘reserva de si’. Na verdade, é também, é sobretudo, frente a *si mesmo*, que será preciso que cada um deles tenha força de ‘manter-se’. Porque, se se trata de fazer viver, entre Si e o Outro, uma relação efetiva de Sujeito a Sujeito, será preciso, de ambas as partes, não ceder nem ao desejo de um total abandono de si mesmo perante o Outro – o que equivaleria a renunciar à própria identidade, com o risco de logo ser para o outro apenas um objeto –, nem ao desejo de uma posse total do Outro, que do mesmo modo só poderia chegar a coisificá-lo, despojando-o daquilo que o faz verdadeiramente outro – ao mesmo tempo *autônomo e diferente* –, isto é, precisamente, daquilo que o torna atraente. (LANDOWSKI, 2012, p. 23-24, grifos do autor)

Concisamente, verifica-se que, enquanto na assimilação e na exclusão o Outro é despojado da sua identidade e visto como um ser radicalmente diferente que não pode fazer parte do conjunto mantendo suas singularidades, na segregação e na admissão, entende-se que suas diferenças não são impeditivas para que ele conviva com o Nós. De igual modo, nas duas primeiras, opera-se com a diferença identitária, isto é, na ideia de que *eu sou o que você não é*, ao passo que, nas duas últimas, agrega-se um novo elemento a essa noção, uma vez que *eu sou o que você não é, mas não sou somente isso; tenho coisas que me são próprias, ou que*

*talvez tenhamos em comum.* À vista disso, afere-se que a segregação tende à exclusão, mas não se resolve nela, da mesma forma que a admissão tende a assimilação, mas resiste a ela. (LANDOWSKI, 2012, p. 27)

Por fim, é possível organizar os regimes supracitados em um quadrado semiótico, tal como se visualiza na Figura 3:

Figura 3 – Regimes de convivência com o Outro



Fonte: Landowski (2012, p. 15)

O esquema acima ilustra como o grupo majoritário interage com o Outro. Nota-se que a assimilação corresponde a conjunção completa entre a cultura dominante e o dessemelhante, que se amalgamam sob a égide de uma só identidade, enquanto na exclusão, há uma plena disjunção entre esses elementos, o que coloca o diferente em uma posição de total distanciamento quanto ao Nós. Já na segregação e na admissão, essas dinâmicas são mais flexíveis: naquela, que segue a lógica da não-conjunção, mantém-se o Outro apartado, mas sem o ímpeto passional de expulsá-lo; nesta, que obedece a ordem da não-disjunção, acolhe-se o divergente, sem tratar de retirar-lhe a alteridade.

### 2.5.2 Dinâmicas identitárias do Outro

De início, para que o indivíduo possa se instaurar e se reconhecer como um Sujeito, ele precisa primeiramente se assumir como membro de uma coletividade que o abraça e o abarque. Uma vez definida essa identificação, prossegue-se com a busca da imagem que se

deseja passar ao Outro, pois a adesão a uma determinada identidade se dá com o intuito de ser visto e avaliado por outrem e, em última instância, ser classificado segundo as categorias que regem o espaço social. À vista disso, mais importante do que a essência do sujeito é o jeito como ele parece ser segundo a perspectiva dos demais, visto que “nenhuma manifestação da diferença jamais é ‘suportável’ ou ‘insuportável’ em si, mas se torna assim segundo o que ela supostamente *significa*, isto é, em função do que o Um crê poder ali ler do Outro” (LANDOWSKI, 2012, p. 54, grifos do autor). Conclui-se, por conseguinte, que é a partir dessa leitura comportamental que a pessoa definirá sua própria identidade e sua postura ante o diferente.

Nesse sentido, tal como o grupo central erige sua identidade baseado na alteridade do Outro, os grupos marginais também se reconhecem e constroem sua própria identidade a partir da figura do coletivo que os marginaliza e os exclui. Logo, afere-se que o jogo identitário sempre se instaura a partir da visão dos agrupamentos central e marginalizado, os quais, evidentemente, não possuem o mesmo peso.

Primeiramente, há de se destacar que a definição de qual conjunto ocupará o lugar de destaque e quais se manterão à margem não é fixada de forma antecipada ou imutável. Em realidade, não há nada verdadeiramente imperativo que a fundamente, tratando-se muito mais do resultado de um processo de semiotização de diferenças selecionadas de forma arbitrária. Nessa perspectiva, de maneira geral, a superposição de características identitárias (como raça, gênero, condição econômica, nacionalidade etc.) que detêm uma boa avaliação social faz que determinados indivíduos sejam vistos como ‘mais Sujeitos’ que o resto, o que termina por impô-los como um modelo a ser seguido. Sendo assim, a definição de quais critérios são positivos não decorre de uma visão objetiva e racional, mas sim de algo naturalizado pela sociedade, a qual lhe confere esse tipo de significação.

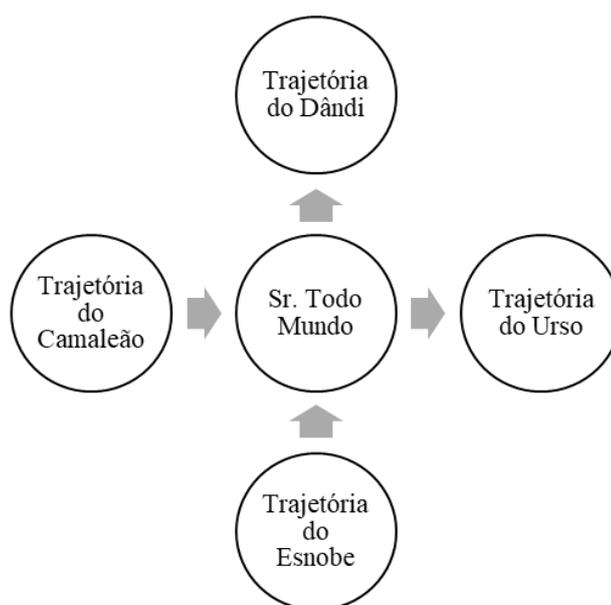
Por consequência, o orgulho identitário dos grupos que se consideram melhores e que se instauram como o Nós na comunidade usualmente se baseia na concepção de que eles, por deterem atributos tidos como superiores, são os únicos que podem fruir plenamente de sua identidade. Logicamente, os que passam a ocupar o papel do Outro reagem a essa postura e, a partir disso, erigem sua autoimagem, porquanto as coletividades tratam de construir sua identidade cultural a partir da modelação das diferenças entre si e os demais, de maneira que tanto se pode assumi-las, renegá-las, disfarçá-las ou exaltá-las.

Com isso, evidencia-se que, no contato entre o Nós e o Outro, não somente o primeiro se reestrutura e instaura distintos comportamentos para lidar com o dessemelhante; aqueles que tratam de interagir com um coletivo que se designa como proeminente e que a priori não

lhes pertence também podem fazê-lo mediante variadas formas. No rol de dinâmicas identitárias do Outro, destacam-se quatro papéis: esnobe, dândi, urso e camaleão.

A primeira conduta, do esnobe, considera o grupo central como superior e, portanto, deseja juntar-se a ele, não lhe importando abandonar sua própria identidade para alcançar tal propósito. O dândi, por outro lado, almeja diferenciar-se do grupo central, a quem considera como inferior. O urso, a seu turno, busca seguir seu próprio caminho, sem se importar com o que pensam os demais, o que o torna, muitas vezes, um indivíduo desagradável. Finalmente, o camaleão trata de passar despercebido e dar a impressão de já fazer parte daquele mundo, embora secretamente resguarde sua identidade e se mantenha fiel a seus costumes. Conseqüentemente, em um contexto de interação cultural, o esnobe seria aquele que deseja elevar-se dentro da sociedade ao igualar-se aos demais; o dândi, por sua vez pretende ascender, mas a partir da diferenciação com relação à maioria; já o camaleão traz em si evidentes marcas de exotismo, porém, com vistas a adaptar-se ao meio ambiente no qual será inserido, evita fazer-se notar e trata de aparentemente mesclar-se com os costumes da maioria, o que não ocorre com o urso, que busca questionar tais hábitos e, rotineiramente, rejeitá-los. A Figura 4 esquematiza tais posturas em torno da personalidade central, que assume o papel de referência:

Figura 4 – Trajetórias identitárias do Outro



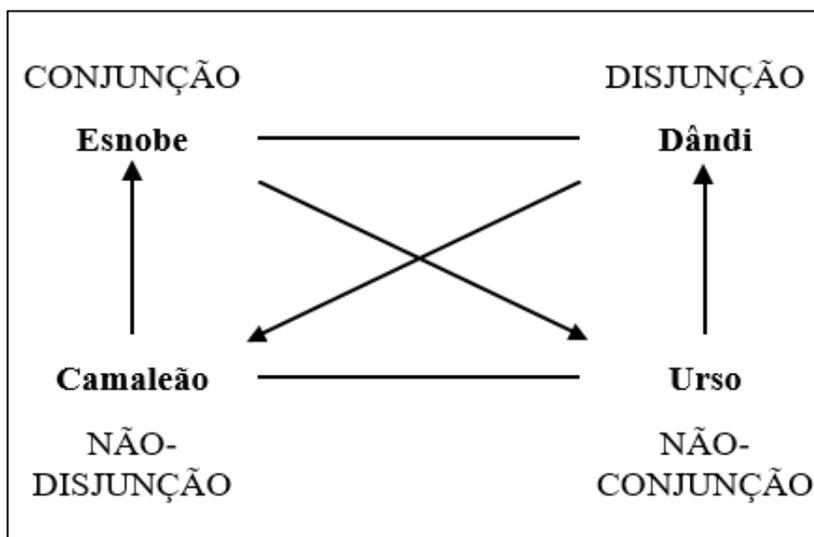
Fonte: Adaptado de Landowski (2012, p. 39)

A partir da ilustração, constata-se que as posturas do esnobe e do dândi pressupõem

uma superposição de níveis, na qual se busca prosperar socialmente a partir da sua integração ou diferenciação com relação ao grupo central. Já as trajetórias do urso e do camaleão preveem a justaposição de mundos, já que ambos se acham no mesmo patamar do grupo central. Cabe destacar, outrossim, que tanto o urso quanto o camaleão tratam de resguardar sua identidade, possuindo um /querer ser/ definido majoritariamente em referência a si mesmo. Isto posto, o urso se mostra de forma escancarada, enquanto o camaleão o faz de modo emascarado. Ao fim e ao cabo, no entanto, tanto um quanto o outro esperam manter suas idiossincrasias, realizar seu próprio programa e viver sua vida, ainda que um o realize explicitamente, e o outro, implicitamente. Já no caso do esnobe e do dândi, a relação com os demais prevalece, de sorte que o *parecer* se sobrepuja ao *ser*. O esnobe aspira a igualar-se aos demais e dar a impressão de fazer parte do grupo, ao passo que o dândi pretende distinguir-se do coletivo e aparentar ser melhor que o resto. Verifica-se, então, que tais posturas centralizam sua identidade na comparação com o Outro, enquanto no urso e no camaleão, a finalidade última é tratar de não alterar a própria essência.

Ademais, faz-se mister salientar que os estilos supracitados também podem ser organizados segundo a lógica de construção do quadrado semiótico, como se vê a seguir:

Figura 5 – Estilos adotados pelo Outro



Fonte: Landowski (2012, p. 50)

Assim, no regime de conjunção com o grupo dominante, encontra-se o esnobe, cujo desejo é unir-se plenamente à identidade do coletivo, abdicando, para tanto, de sua alteridade. No âmbito da disjunção, por outro lado, tem-se o dândi, que visa exacerbar sua diferenciação e superioridade quanto ao resto. Já no caso da não-conjunção, está o urso, que trata de

preservar sua incômoda singularidade e conservar-se à margem, mas ainda se mantém no convívio com o grupo. Por fim, no polo da não-disjunção, consta o camaleão, que se mescla ao coletivo, mas sem prescindir de sua identidade.

Por último, é notório que a postura do esnobe, que busca a ascensão mediante a total conformidade com o grupo central, coaduna com o princípio da assimilação, já que o diferente abandona sua condição díspar e se iguala ao Nós. Da mesma maneira, a prepotência do dândi e seu ímpeto de individuação é compatível com a lógica da exclusão, de se rejeitar e expulsar abertamente o dessemelhante. A seu turno, o comportamento do urso se equipara aos mecanismos segregativos, de permanecer no entorno, mas de modo apartado, espelhamento observável também no que tange ao camaleão e aos movimentos de admissão, que preconizam um contato harmônico na qual os sujeitos salvaguardam suas particularidades. Não obstante o exposto, compete esclarecer que, embora os regimes de convivência prescritos pelo Nós coincidam perfeitamente com os estilos adotados pelo Outro, cada qual se institui como um sistema particular. Destarte, em um contexto de imigração, por exemplo, é possível que a sociedade de acolhida e o migrante se valham de atitudes concordantes, como também é factível que ambos estejam em total discordância. Sobre isso, Landowski (2012, p. 51) escreve:

[...] o acaso nem sempre favorece tanto as coisas. Se é possível que ele coloque, por vezes, em relação parceiros que, para o melhor ou para o pior, parecem de antemão feitos ‘um para o outro’ em razão da compatibilidade estrutural entre seus respectivos programas, acontece também, e mais frequentemente, sem dúvida, que ele prepare surpresas emparelhando as figuras menos predispostas a ‘se entenderem’.

Nessa lógica, portanto, o cruzamento entre o estilo do sujeito marginalizado e o regime de convivência praticado pelo grupo majoritário pode culminar em operações de concordância, contrariedade, contradição e complementariedade, seguindo os princípios que regem o quadrado semiótico. O Quadro 4 as sintetiza:

Quadro 4 – Operações advindas do cotejo entre Regimes do Nós e Estilos do Outro

REGIMES DE CONVIVÊNCIA DO NÓS	ESTILOS DO OUTRO			
	Esnobe	Dândi	Urso	Camaleão
Assimilação	Concordância	Contrariedade	Contradição	Complementariedade
Exclusão	Contrariedade	Concordância	Complementariedade	Contradição

<b>Segregação</b>	Contradição	Complementariedade	Concordância	Contrariedade
<b>Admissão</b>	Complementariedade	Contradição	Contrariedade	Concordância

Fonte: elaborado pela autora com base em Landowski (2012, p. 52)

Com isso, encerra-se este capítulo. Nas seções anteriores, tratou-se de explanar os principais conceitos semióticos necessários à compreensão da identidade. Nesse sentido, considerando que esta implica uma relativização de um *si* com relação a algo externo, a um *não-si*, buscou-se abordar – em sentido amplo – as formas de convívio e percepção que medeiam a interação social e a construção da alteridade, o que abarca desde os mecanismos envolvidos na tomada de posição do enunciador até o modo como ele discursiviza esse posicionamento. Por fim, ressalta-se que essa dinâmica se aplica a diversos contextos nos quais se tem que lidar com o diferente, mostrando-se inteira e especialmente adequada quando se trata do convívio com estrangeiros, já que, por sua procedência distinta e diferença cultural, estes costumam receber, de modo muitas vezes automático e inconsciente, um investimento semântico que lhes impõe a condição de dessemelhante e os coloca no lugar de Outro.

### 3 CONSOLIDAÇÃO DE JUÍZOS NEGATIVOS ACERCA DA ALTERIDADE

Conforme explicitado na Introdução, durante mais de um século, os demais países latino-americanos foram alvos de juízos de valor disfóricos por parte de relevantes setores da sociedade brasileira. Com isso, os cidadãos oriundos de tais localidades ficaram marcados como uma alteridade negativa, que ora se apresentava como uma ameaça à estabilidade e à segurança nacionais, ora como um conjunto de excêntricos desvalidos dignos de piedade ou tutela. Conquanto nos últimos anos se observe uma tentativa de ressignificar o papel atribuído às nações vizinhas (com o objetivo de estreitar laços político-econômicos e, assim, impulsionar internacionalmente a imagem do Brasil como um líder regional), essa mudança no imaginário coletivo não se dá de imediato. Na práxis enunciativa da comunidade brasileira, encontram-se já fixadas pelo uso as acepções desfavoráveis: esquematizadas sob o modo de formas de vida, elas não somente atuam como substrato para estereótipos, mas também alentam discursos intolerantes – os quais, embora malvistas e tidos como politicamente incorretos, ainda são bastante frequentes no cotidiano do país –. Em vista do exposto, este capítulo tratará de deslindar os mecanismos subjacentes à constituição das formas de vida, à configuração de estereótipos e à organização discursiva da intolerância.

#### 3.1 Configuração das formas de vida

No discurso, o valor que uma figura recebe é fruto da caracterização que os sujeitos atribuem a ela, amiúde em um estágio anterior ao ato enunciativo e ao indivíduo em si. Esse processo, por sua vez, remonta à noção de *forma de vida*, a qual evidencia a maneira como as coletividades concebem o mundo e criam, a partir disso, organizações semióticas inerentes à sua identidade cultural – o que, em certa medida, influenciará a configuração interna do texto a partir da dimensão sócio-histórica –. Nesse sentido, elaboram-se modelos canônicos passíveis de serem identificados mediante esquematizações básicas, resultantes da recorrência de determinados padrões sintagmáticos e de práticas significantes: de tanto se repetirem no conjunto de procedimentos comunitários, essas representações ocasionam uma percepção de regularidade nos comportamentos, os quais deixam de ser experiências atreladas a um texto em particular para converter-se em algo elementar e generalizado, inerente à própria vida e cimentado em um regime de crença global. (FONTANILLE, 2018 [2015])

A depender da instância enunciante, porém, esses esquemas tanto podem manter-se quanto transformar-se, já que se formam e se rompem pelo uso. Tal movimento é

administrado pela práxis enunciativa, que se encarrega de contrastar as formas de vida mais tradicionais (que já se encontram solidificadas no modelo cultural) e as formas mais inventivas (que contestam a fidúcia coletiva em que se alicerça a sociabilidade e tratam de transgredir os códigos já estabelecidos, com o fito de originar axiologias singulares e inovadoras). A partir disso, depreende-se que, em que pese o fato de as formas de vida se referirem mormente a preceitos recorrentes, sua existência é perecível e sujeita à mutação e ao desaparecimento.

Neste ponto, convém salientar que, uma vez que reúnem as diferentes significações construídas pela sociedade, as formas de vida são constituintes das semiosferas – as quais dispõem as práticas e estratégias enunciativas segundo o seu grau de preponderância ou de subversão –. O conceito de semiosfera, a seu turno, foi postulado pelo semiótico russo Iuri Lotman e atrelado às formas de vida por Fontanille e Zilberberg (2016 [1998]). Assim sendo, entende-se que a semiosfera "é o espaço onde a competência semiótica toma forma e onde ela se adquire em meio a experiência coletiva" (FONTANILLE, 2019, p. 65). De caráter dinâmico, a semiosfera abarca a coexistência e a sobreposição de distintas experiências culturais, estruturando-se de forma semelhante ao campo de presença: no centro, local de maior homogeneidade, concentram-se aquelas estratégias enunciativas com maior respaldo e aceitação, que se encontram em consonância com a identidade do Nós, da coletividade; já na periferia, lugar de máxima heterogeneidade, estão as inovações, os usos a princípio controversos e estranhos, próprios do Outro. No entanto, entre uma parte e outra, dão-se constantes transformações e intercâmbios.

Esse diálogo entre os distintos domínios, a seu turno, aproxima-se das dinâmicas da práxis enunciativa, já que os movimentos e deformações aos quais a semiosfera está sujeita são determinados pela tensão enunciativa que se estabelece entre o interior e o exterior dela. Nesse sentido, Fontanille e Zilberberg (2016 [1998], p. 183) retomam a sintaxe proposta pelo autor russo, que afirmava que, primeiramente, aquilo que se encontra nas exterioridades é percebido de modo singular, curioso, e avaliado como inquietante. Posteriormente, esse sentido é cooptado pelo Nós e traduzido em termos próprios, o que provoca sua difusão por todo o espaço interior e a conseqüente perda de singularidade, convertendo-se, portanto, em algo banal. Com isso, o domínio exterior perde sua peculiaridade e se torna novamente confuso e impertinente. Finalmente, a grandeza outrora assimilada – já totalmente despojada de seu exotismo original – se espalha por todos os domínios (tanto o interno quanto o externo), erigindo-se, assim, como norma universal e cânone cultural.

Por último, salienta-se que, a nível de enunciação, a identidade está intrinsecamente

relacionada às formas de vida, posto que estas permitem que os indivíduos se reconheçam como integrantes de uma dada sociedade, de uma dada cultura, gerando uma percepção de pertencimento. Assim, considerando que as formas com maior prestígio dentro da semiosfera se sobrepõem às demais, uma quantidade mais robusta e heterogênea de sujeitos as emprega, o que cria um sistema de valores compartilhado, uma visão de mundo semelhante que concede a esses atores um senso de identificação. A permanência e continuidade desses pontos de vista possibilitam a propagação de valores axiológicos regulares e programados, o que concede espaço à continuidade de posturas estereotipantes da coletividade.

### **3.2 Visão dos estereótipos nas ciências humanas**

No âmbito dos estudos sociais, diversas são as acepções dadas aos estereótipos. Pensando nisso, Amossy e Pierrot (2010) buscaram compendiar as diferentes perspectivas acerca desse objeto. Inicialmente, ele foi concebido como um conjunto de construções cristalizadas que remontavam a esquemas culturais preexistentes, os quais atuavam como um parâmetro para que o indivíduo concebesse a realidade que o cercava. Nessa definição primeva, o estereótipo teria importante função social, já que permitiria categorizar e generalizar os seres e objetos com facilidade, vinculando-os a outras realidades já conhecidas (LIPPMAN, 1922 *apud* AMOSSY; PIERROT, 2010, p. 32).

Essa visão também ecoa em certas perspectivas semânticas. Por exemplo, ao debruçar-se sobre o processo de significação dos nomes de espécies naturais, Putnam (1990 *apud* AMOSSY; PIERROT, 2010, p. 95) descreve o estereótipo como uma ideia convencional que uma determinada cultura tem sobre um elemento, ou seja, é uma noção comum e simplificada que se associa à palavra. O objetivo do estereótipo, por sua vez, não é tanto fornecer uma representação da significação, estabelecendo uma verdade analítica, mas sim criar um entendimento coletivo acerca de um determinado objeto, de maneira que haja uma comunicação eficiente dentro de certa sociedade. Assim, a título de exemplificação, para a palavra ‘limão’, há o estereótipo de que essa fruta é verde, ou seja, convencionou-se socialmente que o limão típico tem essa característica – o que não é totalmente certo, já que nem todos os limões possuem essa cor. Porém, apesar da imprecisão, tal dado não deixa de ter relevância, uma vez que, mediante essa representação cultural preexistente, esse esquema coletivo convencionado, há um maior entendimento entre os falantes –.

Nesse sentido, considerando o estereótipo como uma representação coletiva simplificada, percebe-se que ele se realiza por meio das interações sociais, visto que desponta

no momento em que o sujeito recupera e reconstrói, no discurso, os elementos dispersos e as lacunas que pertencem a um modelo cultural preexistente. Dessa forma, o estereótipo não existe em si, pois depende desses modelos, os quais podem mudar segundo a época e o ambiente. Por conseguinte, para que o falante consiga se fazer entender, ele precisa se conectar aos contextos culturais de dada situação e do público ao qual se dirige.

Já no campo semiótico, o estereótipo pode ser compreendido como uma restrição na imagem discursiva que se constrói acerca de um sujeito, de modo que o seu fazer fica, em certa medida, condicionado a seguir essa determinação. Nessa visão, os estereótipos estão intimamente relacionados aos regimes de interação. Propostos por Landowski (2009), eles dão conta dos processos de união e junção que ocorrem entre actantes, considerando, para tanto, o grau de risco e incerteza envolvido na relação.

Dessarte, o autor enumera quatro possibilidades. Em primeiro lugar, cita-se o *acidente*, o qual é regido pelo princípio da aleatoriedade e se institui como um fato inesperado que exclui qualquer possibilidade de antecipação, influenciando, destarte, o programa narrativo dos sujeitos ao instaurar-lhes outras possibilidades de sentido – algo semelhante à noção de *acontecimento*, típica da Semiótica Tensiva –. De igual modo, há o regime de *ajustamento*, em que os parceiros da interação estão num constante movimento de adaptar-se um ao outro, de modo a coordenar suas dinâmicas individuais a partir de um fazer em união. Aqui, a dimensão sensível detém grande importância, já que essa acomodação ao outro não se baseia na persuasão cognitiva, mas sim em um contágio de sensibilidade.

Outrossim, existe o regime da *manipulação*, caracterizado pela tentativa de persuadir o outro a fazer algo, mediante uma modelação estratégica dos motivos que o levam a agir assim. Considerando que há sempre a possibilidade de que o sujeito não se submeta a tal controle, a manipulação comporta certo nível de imprevisibilidade, à diferença do que ocorre na *programação*, a qual pressupõe a regularidade de comportamentos, sobretudo no que tange ao papel temático concedido ao sujeito. Com isso, há uma espécie de pré-configuração daquilo que se pode esperar do ator, o que tanto pode advir de uma imposição mecanicista da relação entre sujeito e objeto (como ocorre às vezes nos contos populares, quando o personagem fica restrito à atividade que lhe cabe por definição) ou ainda decorrer do condicionamento sociocultural, em que as práticas rotineiras da sociedade coagem o indivíduo a agir conforme os padrões pré-estabelecidos. A partir disso, criam-se identidades impermeáveis a outras possibilidades, o que se mostra acorde ao caráter cristalizado presente nas distintas concepções do estereótipo.

Finalmente, no campo da psicologia social, erigiu-se a definição mais comumente

associada a esse fenômeno e que, em certa medida, coleta um pouco das outras acepções anteriormente descritas: a ideia de que esse esquema cultural, além de inflexível e consolidado, também costuma apresentar uma abordagem nociva e pejorativa (AMOSSY; PIERROT, 2010). Isso ocorre porque, ao corresponder a uma dinâmica de generalização, ele trata de simplificar a realidade, recortando alguns de seus traços e alçando-os à condição de representativos do ser como um todo. Com isso, cria-se uma visão reducionista e deformada do objeto, a qual é regularmente reiterada e termina por fortalecer preconceitos e alentar perspectivas e discursos intolerantes.

### **3.3 Conformação do discurso intolerante**

A questão da tolerância (e do seu oposto, a intolerância) vem sendo debatida nas ciências humanas desde o século XVI, a partir do impasse que se instaurou com o surgimento do protestantismo. Esse fato impôs a necessidade de convivência entre distintos credos, o que ensejou debates acerca da (in)tolerância religiosa. Pouco depois, outras áreas, como a política, também despontaram como foco de conflitos, cuja tensão advinha igualmente do convívio entre opiniões diversas. Mais recentemente, no entanto, a tolerância passou a aludir sobretudo ao trato com minorias sociais, linguísticas e raciais, o que pressupõe uma mudança de perspectiva: se, no primeiro caso, o desentendimento se dava pela convicção de deter a verdade, no segundo, a rusga se deve a um preconceito, a um conjunto de opiniões incorporadas acriticamente e impostas pela tradição, pelos costumes ou pelas autoridades. (BOBBIO, 2004)

Partindo desse contexto histórico e debruçando-se sobre temas como direitos humanos, paz e democracia, Bobbio (2004) tratou de delimitar as formas de tolerância e de intolerância, as quais, segundo ele, não são essencialmente boas ou más; cada uma pode assumir tanto um viés positivo quanto um negativo. Portanto, no que concerne à tolerância, ela será considerada positiva quando implique o entendimento de que é preciso haver respeito e solidariedade com a diferença. Não obstante, quando há uma excessiva condescendência com atitudes repudiáveis e perversas, a tolerância adquire matizes negativos; ante situações assim, faz-se necessária uma intolerância positiva, isto é, uma firmeza nos princípios e uma postura de severidade e rigor perante ações condenáveis. Finalmente, a intolerância negativa consiste na exclusão da alteridade baseada unicamente na sua condição de dessemelhante.

No campo dos estudos linguísticos, o foco recai especialmente sobre a intolerância negativa, cujas manifestações discursivas estão presentes em diferentes esferas do convívio

social e são reverberadas a partir dos mais variados gêneros textuais. Em termos gerais, entende-se que esse tipo de discurso busca construir uma imagem nociva acerca da alteridade, ressaltando no Outro aquilo que se considera prejudicial e tratando de confiná-lo a uma posição de subalternidade ao invalidar sua condição de sujeito. Ademais, os textos que visam a esse propósito costumam compartilhar uma série de características a nível de narratividade, actualização e tematização, conforme destrinchado pelos trabalhos de Barros (2007; 2011; 2016).

Após analisar como a intolerância era construída em discursos de políticos, membros de movimentos separatistas e usuários de blogs virtuais, a autora concluiu que existem quatro eixos que estruturam a organização do discurso intolerante. Primeiramente, há de se salientar que, a nível narrativo, é um discurso fortemente marcado pela sanção, em especial pela punição. Quanto ao âmbito passional, há uma predominância de paixões malevolentes, as quais são dirigidas a quem é diferente. Igualmente, outro ponto característico é a atribuição de papéis temáticos majoritariamente negativos, os quais permitem entrever uma certa formação ideológica inconsciente. Por último, na dimensão tensiva, existem frequentes oscilações, que ora apelam para a intensidade para rechaçar categoricamente o diferente, ora se valem da extensidade para tentar justificar essa postura reativa.

Destarte, no que diz respeito à organização narrativa, os discursos intolerantes são majoritariamente discursos de sanção contra sujeitos tidos como maus cumpridores do contrato estabelecido entre o destinador e destinatário. Assim, impõem-se certos parâmetros considerados socialmente adequados (por exemplo, a heterossexualidade, o branqueamento da sociedade, à obediência a padrões estéticos etc.), e aqueles que não tenham competência modal para entrar em conjunção com tais objetos de valores – isto é, não saibam, não possam ou não queiram atingir esses objetivos – passam a ser vistos como maus cidadãos, que precisam ser execrados por não atingirem o ideal que deles se espera<sup>39</sup>.

Nesse contexto, emerge também o caráter altamente passional dos discursos intolerantes, em que prevalecem paixões malevolentes contra aqueles que descumpriram o contrato social: o sujeito que não acatou a regra suscita ódio e cólera entre aqueles que consideram tal atitude um ultraje e desperta-lhes o medo de serem despojados daquilo que lhes é valioso. Outrossim, cabe frisar que, durante esse percurso passional intolerante, é

---

<sup>39</sup> Em vista desse processo de sanção, são convocados regimes de alteridade específicos: por incumprir a norma, a pessoa pode ser segregada, excluída ou mesmo assimilada – haja vista a assimilação ser um processo em que o Outro precisa se despojar das suas próprias características para se adequar àquilo que o Nós almeja; logo, é possível que uma sanção negativa leve a pessoa a se desfazer de suas peculiaridades com tal de integrar-se à maioria –. (BUENO, 2011)

possível que desponham paixões benevolentes a favor dos iguais, o que culmina, por exemplo, em sentimentos de amor à pátria e solidariedade com os pares. Logo, deseja-se fazer mal ao diferente, mas glorifica-se o grupo social ao qual pertence o enunciador. O surgimento dessas paixões perfaz a fase do preconceito, que constitui a primeira fase da intolerância. Posteriormente, instaura-se a intolerância propriamente dita, que é o momento em que o sujeito preconceituoso começa a agir contra o dessemelhante.

No que concerne ao nível discursivo, a intolerância se revela via procedimentos de tematização e figuratização, os quais são conceptualizações que apontam para a visão de mundo que um determinado grupo tem acerca daquilo que o cerca – e que, de certa forma, permitem entrever a articulação ideológica subjacente ao discurso –. Nesse sentido, é próprio dos discursos intolerantes a recriação temática e figurativa da oposição entre identidade e alteridade. Para isso, o enunciatário costuma recorrer a quatro procedimentos com relação ao Outro. (BARROS, 2016)

Em primeiro lugar, é possível haver a animalização do diferente, ou seja, submetê-lo a um processo de bestialização, em que aquele que não compactua com o Nós é desumanizado e passa a receber investimentos semânticos próprios de animais. Outra possibilidade é a tendência de apresentar o dessemelhante como antinatural e estranho, como alguém que foge à normalidade. Parecida com essa estratégia, consta a de apresentar o Outro como um ser doentio, tanto a nível físico, quanto cognitivo. Finalmente, a última tática é a de imputar ao diferente uma suposta falta de ética e de moral, no sentido de atribuir à pessoa comportamentos considerados promíscuos e vergonhosos. Em última instância, todos esses artifícios buscam rejeitar aqueles que, em tese, transgridem os padrões sociais e culturais.

Por fim, no que tange à dimensão tensiva, faz-se mister sublinhar que o discurso intolerante é próprio da dimensão do acontecimento, visto que, em certa medida, o sujeito – despojado da sua inteligibilidade modal – trata de reagir ao inesperado. Porém, constam também investimentos mais racionais, em especial quando se almeja justificar a intolerância, fundamentando-a em argumentos supostamente lógicos. Inclusive, é a partir do eixo da extensidade que se constrói a sintaxe da intolerância, a qual opera por triagens e misturas que fincam os graus intermediários que se dão entre os polos tolerante e intolerante.

Nessa direção, Zilberberg (2004; 2006), ao descrever as condições semióticas subjacentes à mestiçagem, ou seja, à combinação progressiva de dois termos, comenta que dois tipos de valores costumam incidir nesse movimento: os de universo, que tendem à universalidade e difusão, e os de absoluto, que se voltam à unicidade e à exclusividade. Embora se encontrem nos extremos do gradiente, esses valores sempre podem ser

exacerbados mediante concessões semânticas.

Assim, quando se trabalha com um *continuum*, a passagem de um termo a outro nem sempre enseja uma oposição rotunda, sobretudo porque “nem todos os contrários se equivalem” (ZILBERBERG, 2006, p. 180): alguns contemplam contraposições mínimas, ao passo que outros incluem uma hostilidade categórica. Em vista disso, atua-se mediante termos subcontrários e sobrecontrários, de forma que aqueles encerram um caráter mais comum, e estes, um mais particular. A nível de exemplificação, considere-se uma matriz semântica como a que se segue:

Figura 6 – Gradiente do paradigma de espaço

S <sub>1</sub>	S <sub>2</sub>	S <sub>3</sub>	S <sub>4</sub>
hermético	fechado	aberto	escancarado
sobrecontrário	subcontrário	subcontrário	sobrecontrário

Fonte: Adaptado de Zilberberg (2006, p. 196)

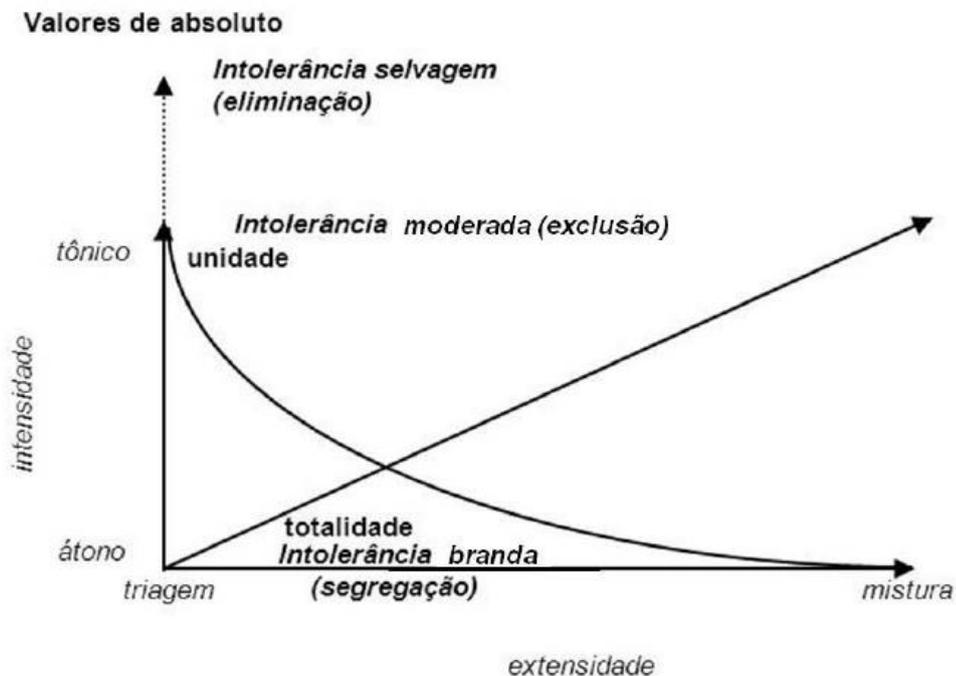
Nesse exemplo, identificam-se dois intervalos, um maior [S<sub>1</sub> ↔ S<sub>4</sub>] e um menor [S<sub>2</sub> ↔ S<sub>3</sub>]. Os termos medianos [fechado] e [aberto] se caracterizam como subcontrários, pois dispõem de uma natureza mais banal. Já os termos [hermético] e [escancarado] são considerados sobrecontrários e comportam uma situação mais extrema que os valores medianos: o hermético é mais fechado que o fechado, e o escancarado, mais aberto que o aberto. Ademais, subcontrários e sobrecontrários são convocados no discurso, respectivamente, a partir de implicações e concessões: a ideia de [abrir o fechado] e [fechar o aberto] mostra-se perfeitamente cabível; por outro lado, para chegar ao [hermético] e ao [escancarado], é preciso transgredir a lógica (embora algo já se encontre fechado, tratar-se-á de fechá-lo ainda mais, o que resultará no ‘hermético’. Esse tipo de concessão, a seu turno, também se encontra no âmago da noção de ‘escancarado’). Outrossim, há subcontrários mais tônicos e mais átonos, o que também ocorre com os sobrecontrários. No exemplo em questão, os termos relacionados com a ideia de ‘fechado’ são mais átonos que os que se referem ao domínio do ‘aberto’, pois são orientados pela diminuição do espaço, enquanto estes o fazem por meio do aumento da espacialidade.

Com isso, percebe-se que, a nível tensivo, a semântica é articulada a partir de matrizes graduais, o que se dá nos diferentes tipos de discurso, inclusive nos intolerantes. Logo, existem gradações nesse rechaço ao Outro: algumas formas de intolerância são mais moderadas e buscam apontar a rareza e inadequação da alteridade, ao passo que outras são

mais veementes e operam a partir de ‘triagens da triagem’, visando construir um mundo no qual prevaleça uma pureza extrema.

Pensando nisso e partindo tanto dos regimes de convivência com a alteridade proposto por Landowski (2012) quanto dos operadores próprios dos âmbitos intensivo e extensivo, Bueno (2011; 2015) propõe uma sintaxe da tolerância/intolerância, baseada no cruzamento dos referidos conceitos. Assim, começando pela intolerância, o autor menciona que esta pode manifestar-se de três formas, as quais dependerão do grau de triagem adotado. O esquema tensivo a seguir ilustra tal proposta:

Figura 7 – Esquema tensivo com os valores e operações geradas pela intolerância



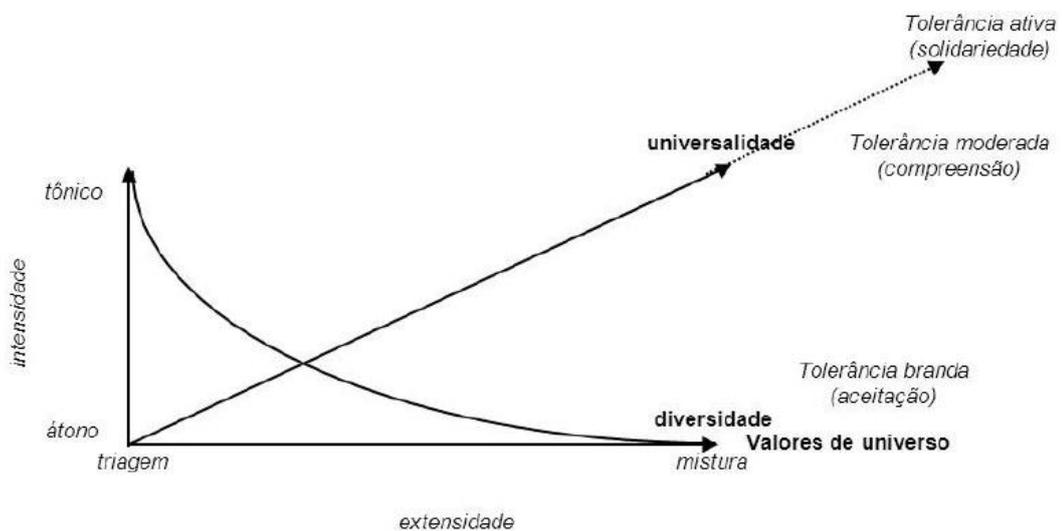
Fonte: Bueno (2015, p. 60)

A primeira, qualificada como *branda*, relaciona-se com o regime de segregação e remonta a um processo mais átomo de triagem, ou seja, há uma rejeição ao Outro, mas não um desejo de efetivamente retirá-lo do convívio social, de modo que a pessoa é, em alguma medida, suportada. Igualmente, consta a intolerância *moderada*, que responde ao processo de exclusão e que rechaça abertamente a convivência com o dessemelhante. Dessarte, assume-se que o Outro não pode ocupar o campo de presença do sujeito intolerante, culminando em atos como o racismo, a xenofobia, a homofobia, a misoginia etc. Por último, o terceiro tipo é o da intolerância *selvagem*, a qual aponta para um processo de aniquilamento e eliminação física do diferente, como ocorre, por exemplo, nos genocídios. Esse tipo de intolerância está

vinculado a uma triagem exacerbada, que tende aos valores de absoluto e ultrapassa, por conseguinte, a triagem tônica. Ademais, Bueno (2011) também enfatiza que, dentro dos regimes de sentido intolerantes, as supracitadas formas frequentemente se dão em conjunto. Como exemplo, o semiótico menciona o caso do Holocausto: iniciou-se com um processo de segregação dos judeus, ciganos e homossexuais ao reuni-los em guetos, passando, em seguida, a excluí-los da sociedade ao confiná-los em campos de concentração e, finalmente, ceifaram-se suas vidas nas câmeras de gás, eliminando sua presença física.

Cumprido mencionar, por fim, que Bueno (2011) também propõe um esquema tensivo para a tolerância, em que o foco recai sobre a mistura, conforme verificado a seguir:

Figura 8 – Esquema tensivo com os valores e operações geradas pela tolerância



Fonte: Bueno (2011, p. 84)

Assim, a partir de teorizações de estudiosos como Michael Walzer, Diogo Pires Aurélio e Paul Ricoeur, o semiótico comenta que a tolerância também pode assumir uma natureza mais átona, tônica ou superlativa. No caso da mistura átona, instaura-se um tolerância *branda*, típica de uma primeira etapa de aproximação entre identidade e alteridade. Aqui, ambas começam a se conhecer e a iniciar um movimento de aceitação recíproca. Em seguida, pode-se passar a um nível mais tônico de mistura, em que se estabelece a tolerância *moderada*, isto é, uma efetiva disposição em compreender o Outro. Finalmente, quando a mistura já tende aos valores de universo, fixa-se uma tolerância *ativa*, marcada pela solidariedade e pelo reconhecimento pleno do dessemelhante como um igual.

Em suma, neste capítulo, tratou-se de detalhar os processos subjacentes à emergência e

consolidação das formas de vida, dos estereótipos e dos discursos intolerantes. Optou-se por focar nessa dimensão mais disfórica dado o histórico negativo do tratamento concedido a estrangeiros latino-americanos no Brasil – algo que este trabalho supõe ainda vigente nas manifestações midiáticas, especificamente nas manchetes do portal G1 –.

#### 4 DA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Em termos de tipificação, este trabalho pode ser enquadrado como uma investigação indutiva, já que pretende, a partir da observação e análise de algumas notícias, chegar a uma generalização de como é feita a construção identitária de estrangeiros latino-americanos pelo portal G1. De igual modo, no que tange aos seus objetivos, a pesquisa se define como descritiva, dado que aspira a minuciar como o referido grupo social é representado na mídia. Finalmente, no que concerne aos procedimentos técnicos utilizados, a análise se apresenta como documental, uma vez que se debruça sobre notícias publicadas em um portal on-line, as quais são materiais não impressos, que possuem um caráter mais diversificado.

Logo, com o fito de cumprir os objetivos aos quais se propõe, esta dissertação se concentrou nas manchetes – e nos seus respectivos subtítulos – publicadas em portais de notícias online<sup>40</sup> e, mais especificamente, naquele que detém o posto de mais acessado do país, o G1<sup>41</sup>. Embora outros veículos tenham sido sondados, optou-se por utilizar somente esse pela amplitude de sua cobertura jornalística. Haja vista possuir filiais em todos os estados, o referido portal divulga acontecimentos de todo o Brasil, reunindo, assim, uma quantidade mais robusta de textos. Com isso, foi possível verificar como um mesmo enunciador<sup>42</sup> representa diferentes nacionalidades latino-americanas, o que não seria exequível com sites cujo número de notícias é consideravelmente menor (seja por concentrar-se em fatos locais, seja por publicar somente aquilo que adquire repercussão nacional).

Além disso, cumpre destacar que a inclinação por trabalhar com manchetes e subtítulos se deu por algumas razões. Primeiramente, as referidas partes do texto noticioso mostram-se de notória relevância, haja vista condensarem as ideias mais proeminentes do texto, atuando, portanto, como um resumo. Ademais, segundo Van Dijk (1990), os indivíduos não conseguem reter todas as informações de uma matéria e tendem a se concentrar nos dados que lhes são apresentados como mais relevantes. Assim, quando solicitada uma evocação posterior do conteúdo de uma matéria, os leitores costumam recordar majoritariamente o que foi mostrado no título, evidenciando a importância de tal elemento junto ao público. De igual modo, enfatiza-se que as manchetes também representam um recorte do fato – uma vez que

---

<sup>40</sup> A decisão de trabalhar com mídias digitais se deu pelo fato de que 83% dos brasileiros se informam a partir de fontes online, incluindo redes sociais. (REUTERS INSTITUTE, 2022, p. 117)

<sup>41</sup> Como atestado pelo Relatório *Digital News Report 2022*, divulgado pelo Reuters Institute (2022).

<sup>42</sup> No entanto, faz-se mister assinalar que, em cada texto, o enunciador G1 delega a voz a um narrador, a saber, ao jornalista que escreveu a notícia. Isso, porém, não anula a unidade do conjunto, já que, ao atuarem em nome de um veículo específico, os profissionais devem seguir o conjunto de políticas e diretrizes editoriais próprias do grupo G1.

um mesmo evento pode ser intitulado de diferentes modos –, o que já permite entrever o posicionamento do meio de comunicação.

Outrossim, no que tange ao contato com matérias jornalísticas virtuais, Tewksbury, Hals e Bibart (2008) apontam que nele predominam dois tipos de comportamento leitor: o seletor, no qual a pessoa procura um conteúdo específico relacionado aos seus interesses, e o navegador, em que há uma exposição incidental a uma gama de tópicos, notadamente quando a audiência realiza outra atividade online. Este último, que tende a prevalecer, implica uma leitura pontual, que se contenta com palavras-chave e que dificilmente busca aprofundar-se no texto completo. Esse tipo de postura, a seu turno, enseja um fenômeno bastante frequente nos tempos atuais, especialmente no contexto das redes sociais: a tendência de que os indivíduos leiam apenas os elementos titulares.

Segundo um estudo publicado por cientistas da Universidade de Columbia, cerca de 59% dos links jornalísticos compartilhados nas mídias sociais nunca chegaram a ser clicados, o que significa que os usuários tão somente veem a manchete e a repassam, sem terem acessado o conteúdo na íntegra (GABIELKOV *et al.*, 2016). Em vista do exposto, percebe-se que, mais que um meio de chamar a atenção do leitor, os títulos das notícias estão se convertendo na real fonte de informação de milhões de pessoas, moldando sua percepção de mundo e seu posicionamento. Portanto, se a manchete trouxe informações equivocadas ou enquadrar aspectos secundários do fato, aqueles que não prosseguirem na leitura do texto criarão uma percepção enviesada e distorcida do ocorrido – e dos personagens nele envolvidos –.

Findas tais explicações, informa-se como se deu a construção do *corpus*. Em primeiro lugar, procedeu-se com a coleta dos dados no sítio eletrônico do portal de notícias G1. Desse modo, foram inseridas, no mecanismo de buscas da referida página, palavras-chaves<sup>43</sup> relacionadas às dez<sup>44</sup> nacionalidades de estrangeiros latino-americanos mais presentes no Brasil, conforme relatório do Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 13). Assim, pesquisaram-se notícias relativas a cidadãos da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia, Argentina, Cuba, Peru, Paraguai, Uruguai e México. Para serem selecionados, os textos deveriam (i) ter sido publicados entre 01/01/2022 e

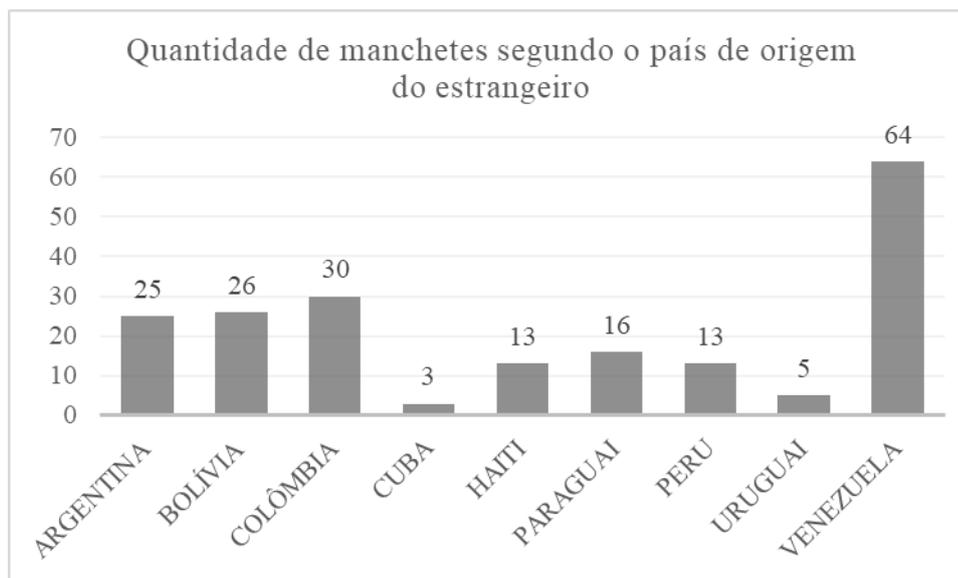
---

<sup>43</sup> Especificamente o nome do país e seus gentílicos.

<sup>44</sup> O referido relatório destaca, em seu texto, as vinte nacionalidades que mais imigraram ao Brasil na década compreendida entre 2011 e 2020. Dos vinte países frisados pelos pesquisadores, dez são da América Latina, de maneira que se optou por pesquisar informações sobre todas as nações latino-americanas realçadas pelos investigadores.

30/06/2022<sup>45</sup>; (ii) referir-se a fatos ocorridos no Brasil (notícias internacionais não foram consideradas); e (iii) trazer, na manchete ou no subtítulo, alguma alusão à nacionalidade do estrangeiro (como o nome do seu país de origem ou o adjetivo pátrio). Ao todo, foram encontradas 195 matérias. Em seguida, elas foram divididas conforme a nação de procedência do cidadão internacional, distribuição que está sintetizada no gráfico a seguir<sup>46</sup>.

Gráfico 1 – Distribuição das manchetes segundo o país de origem do estrangeiro



Fonte: elaborado pela autora

Instituído o universo de análise, procedeu-se com a determinação da amostra de investigação. Dessa forma, das nove nacionalidades sobre as quais se acharam textos, foram considerados aqueles dos cinco países mais frequentes (Venezuela, Colômbia, Bolívia,

<sup>45</sup> A opção por este intervalo temporal se deu majoritariamente por duas razões. Em primeiro lugar, o ano de 2022 representou a culminação de um projeto de governo marcadamente xenofóbico, de forma que, ao longo dos três anos anteriores, a esfera pública nacional foi bombardeada com posicionamentos pouco afeitos a estrangeiros, especialmente àqueles vindos de países em desenvolvimento. Considerando o poder de influência que Chefes de Estado têm junto a parcelas da opinião pública, a análise de manchetes publicadas durante esse período permitirá entrever se, de alguma forma, o portal G1 foi contaminado pela visão preconceituosa do então presidente. Além disso, ao utilizar textos veiculados no primeiro semestre, esquivam-se das notícias produzidas durante a fase eleitoral – a qual foi caracterizada por constantes críticas às nações latino-americanas por parte do candidato à reeleição, maledicências essas que evidentemente foram reportadas pela mídia –. Como o objetivo aqui visado é prioritariamente verificar como a imprensa retrata os cidadãos internacionais (e não como matiza posicionamentos xenofóbicos proferidos por outrem), escolheram-se textos somente do primeiro semestre, já que a campanha ainda não havia começado e, portanto, as ofensas aos países vizinhos ocorriam de modo mais esporádico.

<sup>46</sup> Entre os textos publicados nesse período, não foram localizadas notícias que envolvessem cidadãos mexicanos no Brasil.

Argentina e Paraguai)<sup>47</sup>. Posteriormente, tais notícias foram classificadas segundo a isotopia mais geral presente em suas manchetes. Nesse sentido, houve uma expressiva variedade isotópica nos exemplares de cada nação, conforme se percebe a seguir:

Figura 9 – Isotopias associadas a cada nacionalidade



Fonte: elaborado pela autora com o auxílio da plataforma *WordClouds* (<https://www.wordclouds.com/>)

Por questões de tempo e exequibilidade, não seria possível trabalhar com todas as isotopias. Assim, considerando que havia, para cada país, ao menos quatro isotopias que sobressaíam em termos quantitativos, resolveu-se fazer um recorte que considerasse somente as manchetes associadas às isotopias elencadas a posteriori:

<sup>47</sup> A decisão por trabalhar com os cinco mais frequentes se deu pelo fato de os demais países terem tido poucas ocorrências associadas (Cuba e Uruguai) ou terem apresentado uma profusão de isotopias com apenas uma ocorrência (Haiti e Peru), o que dificultaria a seleção dos textos que perfariam o *corpus* de análise.

Quadro 5 – Isotopias mais frequentes segundo o país de origem do estrangeiro

<b>VENEZUELA</b>	<b>COLÔMBIA</b>	<b>BOLÍVIA</b>	<b>ARGENTINA</b>	<b>PARAGUAI</b>
Refúgio	Homicídio	Tráfico de drogas	Homicídio	Acidente
Homicídio	Tráfico de drogas	Acidente	Tráfico de drogas	Trabalho escravo
Acidente	Extorsão	Homicídio	Crime racial	Tráfico de drogas
Tráfico de drogas	Furto	Trabalho escravo	Turismo	Tráfico de armas

Fonte: elaborado pela autora

Finalmente, para cada uma das supracitadas isotopias, escolheram-se duas manchetes exemplificadoras<sup>48</sup>, perfazendo oito para cada nação e quarenta no total. A partir disso, será operado um cotejo de isotopias – feito, obviamente, sob a égide da tensividade, de modo que será dada especial relevância aos graus de profundidade em que cada imagem discursiva se situa e à forma como as diferentes densidades de presença servem de estratégia de adesão do enunciatário –. Nesse sentido, para que essa comparação se dê de forma organizada, a análise das manchetes (e de seus respectivos subtítulos) será, em um primeiro momento, dividida por país, de forma a determinar como, dentro de uma mesma nacionalidade, as imagens discursivas influenciam as modulações tensivas. Encerrada essa etapa, serão confrontadas as manchetes relativas ao tráfico de drogas, visto que, ao ser a isotopia comum a todas as nações escolhidas, sua comparação permitirá entrever em que medida o local de origem sugestiona a tensividade.

Terminadas as explanações de caráter metodológico, passar-se-á efetivamente à análise das manchetes e subtítulos que trazem estrangeiros latino-americanos como sujeito de destaque.

<sup>48</sup> Quantidade escolhida por ser o mínimo necessário para se estabelecer comparações.

## 5 OS ESTRANGEIROS LATINO-AMERICANOS PELA ÓTICA DO G1

Neste capítulo, serão analisados os 40 textos que compõem o *corpus* desta dissertação. Assim sendo, conforme explicitado na seção de metodologia, serão contrapostos, a princípio, as manchetes e subtítulos referentes a uma mesma nacionalidade, com o fito de verificar a correlação existente entre a tensividade e o papel temático atribuído àquele povo específico. Essa primeira etapa comporá a maior parte do capítulo de análise. Uma vez finalizado esse processo, comparar-se-ão, a título de adendo, somente os textos relativos ao narcotráfico, porquanto seja essa a isotopia comum a todas as nações. Com isso, será possível constatar se, dentro de um mesmo papel temático, o país de origem do estrangeiro tem impacto significativo na dimensão tensiva.

Nesse sentido, para cada texto, constará um quadro com a manchete e o subtítulo, além da data de publicação e o link de acesso. De igual modo, haverá um código de identificação<sup>49</sup>, o qual será útil no momento de contrastar os textos e construir os gráficos tensivos oriundos de tal cotejo.

Sem mais dilações, seguem as análises:

### 5.1 Argentinos

No que tange aos cidadãos da Argentina, as isotopias sobressalentes, em termos quantitativos, foram as de (i) homicídio, (ii) tráfico de drogas, (iii) crime racial e (iv) turismo, que serão analisadas nessa ordem.

#### 5.1.1 Homicídio

<b>Código de identificação</b>	ARG-HOM-1
<b>Manchete</b>	Polícia Civil coleta depoimentos em caso de argentina morta em Búzios e aponta ex como principal suspeito.
<b>Subtítulo</b>	De acordo com a polícia, eles estavam separados há cerca de um ano. Suspeito ainda não foi localizado. Ele também é argentino e pai dos três filhos da vítima, Evangelina Mariel Trotta, assassinada aos 48 anos dentro de casa, no bairro João Fernandes.
<b>Data de publicação</b>	23/04/2022

<sup>49</sup> Esse código estará composto por três partes, unidas por hífen: a abreviação do país, da isotopia e o número (1 ou 2) que identifica sua ordem na análise.

<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2022/04/23/policia-civil-coleta-depoimentos-em-caso-de-argentina-morta-em-buzios-e-aponta-ex-como-principal-suspeito.ghtml">https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2022/04/23/policia-civil-coleta-depoimentos-em-caso-de-argentina-morta-em-buzios-e-aponta-ex-como-principal-suspeito.ghtml</a>
------------------------	---

O primeiro texto analisado, que noticia o assassinato de uma mulher no Rio de Janeiro, remete a um contexto de homicídio, mais especificamente de feminicídio. Nesse sentido, faz-se menção a dois argentinos: a vítima e seu ex-companheiro, indicado como suposto autor do crime. Embora ambos sejam os principais envolvidos no fato, a manchete tende a valorizar, via modo de existência realizado, o percurso do fazer da polícia, que se encontra engajada nas diferentes diligências associadas a uma investigação policial (colher depoimentos, averiguar indícios e apontar suspeitos). Não obstante, o suspeito também se delinea, de maneira atualizada, como um sujeito do fazer, cuja ação acapara o foco narrativo do texto.

Já a nível de realização, os estrangeiros surgem como sujeitos de estado (*é argentino; [é] pai; estavam separados*) e, quando estão associados a ações, eles aparecem como destinatários da atitude de outrem (*[foi] morta; não foi localizado; [foi] assassinada*), tanto que os enunciados são construídos por meio de voz passiva, de modo a enfatizar o alvo do ocorrido, deixando implícitos os destinadores, os agentes. Ao trazer os referidos argentinos em uma condição de paciente, mostra-se que ambos sofreram – ou estão em vias de sofrer – uma sanção pragmática (no caso da mulher, a perda da própria vida, e, no caso do homem, possivelmente a perda da liberdade), o que explicita a sujeição à qual estão submetidos tais actantes. Além disso, essa estruturação passiva tem implicações a nível tensivo, especialmente no que se refere a um fato tão violento quanto um homicídio: reportar que *alguém foi morto* é menos impactante que divulgar que *alguém matou*, o que mantém o enunciado em uma zona mais átona.

Igualmente, há de se frisar que, ao referir, no início do subtítulo, que a fonte das informações mencionadas é a polícia, o enunciador trata de delegar aos agentes de segurança a responsabilidade pela caracterização dos argentinos feita a posteriori. Mediante essa decisão, o portal explora o eixo da extensidade para acentuar sua credibilidade (mostrando que os dados arrolados foram revelados por aqueles que estão investigando diretamente o caso) e, em certa medida, distanciar-se do fato, o que é reforçado também pelas debragens enuncivas empregadas em todo o texto. Nesse sentido, percebe-se que esse fenômeno se aplica ao tempo, ao espaço e aos atores: em nenhum, há indícios de pessoalidade por parte do G1.

À vista disso, chama a atenção o detalhamento feito no que tange ao espaço e aos atores. Quanto àquele, delimita-se a cidade (*Búzios*), o bairro (*João Fernandes*) e o local do crime (*dentro de casa*) – este último, em especial, promove uma tonificação espacial ao

remeter à ideia do privado, acionando, com isso, a isotopia de intimidade familiar –. Já no que se refere aos atores, explicitam-se diversas informações pessoais dos envolvidos, especialmente sobre a mulher (seu nome completo, sua idade, quantos filhos tinha etc.). Esse movimento a humaniza e, de certa maneira, traça uma identidade com a qual a sociedade tende a empatizar (mãe de família, de meia-idade, que estava em sua residência e foi atacada por um homem com quem já não se relacionava). Tanto é assim que o trecho “[...] *três filhos da vítima, Evangelina Mariel Trotta, assassinada aos 48 anos dentro de casa [...]*” tem um viés mais emotivo quando comparado ao resto do texto, emotividade essa corroborada tanto por itens extensivos (ao especificar o número de filhos, por exemplo) quanto por elementos intensivos (os termos ‘vítima’ e ‘assassinada’ têm um caráter mais impactante, sobretudo este último).

Já no que se vincula ao homem, as figuras a ele relacionadas são mais banais, não possuem uma força sensível tão elevada. Porém, é intrigante que o período mais comovente do enunciado comece com o esclarecimento da nacionalidade do provável assassino. No caso da mulher, seu país de origem é explicitado na manchete, que tem um viés mais átono; quando se assume um tom mais pungente, o que se ressalta da vítima são outras características, de sorte que o compadecimento suscitado não se associa ao fato de ela ser argentina. No caso do agressor, não obstante, parte-se do país de onde ele veio e passa-se à atitude execrável que ele supostamente teve. Destarte, as paixões malevolentes que o enunciatário provavelmente nutrirá contra esse sujeito terminam, em algum grau, vinculadas à sua nacionalidade, como a enfatizar que foi um argentino que cometeu o feminicídio. Ademais, é importante frisar o papel assumido pelo termo *também*, o qual afasta o homem de qualquer vinculação com o Brasil (local do crime) e reúne os dois actantes sob a noção de nacionalidade, reforçando-a e criando um efeito de desidentificação e distanciamento do enunciatário com relação aos sujeitos. Com isso, triam-se os estrangeiros e cria-se a ideia de que o ocorrido foi um ‘problema de argentinos’.

Sinteticamente, pode-se afirmar que, de modo geral, o texto ARG-HOM-1 tem uma natureza mais extensiva, ainda que haja trechos nos quais há um leve incremento da intensidade. No que diz respeito aos estrangeiros retratados, ambos costumam aparecer, realizadamente, como sujeitos de estado, a quem se destina a ação de outrem – porém, a nível de atualização, o suspeito emerge como um sujeito do fazer –. No caso do homem, o destinador é a polícia brasileira, que se encontra realizada no enunciado e cumprindo seu dever. Já no caso da mulher, o destinador e antissujeito de seu programa narrativo é o ex-companheiro, porém ele possui modo de existência atualizado, pois não se explicita o agente

da passiva nas ocorrências associadas a mulher ([*foi*] *morta*; [*foi*] *assassinada*). Finalmente, ressalta-se que, no caso da vítima, são dadas várias informações acerca de sua vida, o que singulariza sua identidade e a humaniza. Já no caso do agressor, os dados arrolados tratam de mostrar o que ele e a mulher compartilhavam – um antigo relacionamento, filhos e a nacionalidade, sendo esta última o ponto de partida do período mais sensível do texto, nos quais constam detalhes do crime –. Em vista disso, pela forma como foi construído o texto, é possível que o leitor relacione a perpetração de tão grave delito ao fato de o homem ser argentino, conclusão essa que, conquanto esteja fracamente focalizada, encontra-se apreendida no enunciado, constituindo um estágio de inanidade.

Finalizada a análise do primeiro texto, passar-se-á ao próximo:

<b>Código de identificação</b>	ARG-HOM-2
<b>Manchete</b>	Argentino é preso suspeito de estuprar e matar filha de 4 meses no Oeste de SC.
<b>Subtítulo</b>	De acordo com a Polícia Civil, caso veio à tona após casal se deslocar a uma farmácia na cidade catarinense, que fica na fronteira com Argentina.
<b>Data de publicação</b>	01/05/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/05/01/argentino-e-preso-suspeito-de-estuprar-e-matar-filha-de-4-meses-no-oeste-de-sc.ghtml">https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/05/01/argentino-e-preso-suspeito-de-estuprar-e-matar-filha-de-4-meses-no-oeste-de-sc.ghtml</a>

A segunda notícia envolvendo argentinos em contexto de homicídio traz um caso bem mais brutal, visto que (i) a morte adveio de uma série de estupros e (ii) o crime foi cometido contra uma bebê, filha do suposto agressor – de sorte que, embora não esteja expressa, as tematizações de pedofilia e incesto encontram-se latentes –. À diferença da manchete anterior, que possuía um matiz mais tênue, esta tem um caráter fortemente tônico. Nesse sentido, a dimensão intensiva é reforçada a partir de verbos como *estuprar* e *matar* – que, além de estarem na voz ativa, são figuras que penetram de forma impactante o campo de presença do enunciatário por concentrarem, em sequência, duas ações realizadas por um mesmo sujeito do fazer –. Com isso, a crueldade da ação adquire matizes concessivos, de subcontrário, visto que a violência sexual, em si, já seria atroz; ao adicionar-se o homicídio, a atitude é agravada ainda mais.

Tais elementos, somados à explicitação do grau de parentesco e da idade da criança, recrudescem o caráter hediondo da ação e delineiam um sujeito do fazer cruel<sup>50</sup>, que

<sup>50</sup> Embora a voz passiva e o termo *suspeito* tentem colocar o homem como sujeito de estado, todas essas predicções tônicas o instauram como um sujeito do fazer atualizado.

descumpriu o contrato social relativo à paternidade e que incorreu em atos que, socialmente, são avaliados como enfermiços e amorais. Por tais razões, opera-se uma triagem tônica do estrangeiro e estabelece-se uma exclusão, tendendo aos valores de absoluto. À vista disso, o fato de que a principal figura a identificar o homem seja a sua nacionalidade termina, de certo modo, a vincular o crime ao fato de o agressor ser da Argentina (já que o termo *argentino* é o único que está realizado; os demais, como *pai*, *assassino*, *estuprador* e *pedófilo* se encontram atualizados).

O subtítulo, a seu turno, trata de contrabalancear a intensidade da manchete ao adotar uma postura mais inteligível. Assim como no primeiro texto, menciona-se a fonte como forma de mostrar seriedade jornalística, além de permitir que o veículo se exima, em certo grau, da responsabilidade quanto às informações prestadas, atribuindo-as aos agentes de segurança. Com isso, o conteúdo reveste-se de uma capa de credibilidade ao aparecer como uma mera reportagem do que disseram os policiais, camuflando o fato de que se trata de uma operação discursiva adotada pelo enunciador.

De igual modo, cumpre salientar que, ao noticiar que a situação veio à tona após os pais da bebê atravessarem a fronteira e chegarem em Santa Catarina, mostra-se que, no Brasil, os profissionais são competentes, dotados de um /saber fazer/ que os capacita para identificar e punir delitos. Assim, a partir dos dados contidos no subtítulo, entende-se que, enquanto o pai estava na Argentina, o caso permaneceu encoberto, o que dá margem à suposição de que, no país vizinho, as autoridades são relapsas – conjectura que será dissipada caso o leitor tenha contato com o texto na íntegra, uma vez que se explicita que o casal se deslocou diretamente ao Brasil por medo de ser preso em seu país; no entanto, isso não fica claro se o usuário ler somente os elementos que intitulam a notícia –. De igual maneira, a esclarecimento de que o caso se deu na fronteira leva o fato para a periferia do campo de presença, afastando a grandeza do centro sensível do sujeito e, em certa medida, associando a ocorrência à proximidade com a Argentina.

Em resumo, o texto ARG-HOM-2 traz uma manchete fortemente impactante, que pode vir a anular a competência modal do enunciatário ao deixá-lo chocado com a brutalidade do ato. Por conta disso, ao escolher, como característica destacada do suspeito, o fato de ele ser argentino, o enunciador mobiliza paixões malevolentes no leitor, ensejando sentimentos intolerantes contra nacionais do país vizinho. Já no subtítulo, adota-se uma postura mais comedida e racional, como forma de atenuar o tom alarmante da manchete e assegurar ao G1 uma imagem mais séria. Apesar disso, a inteligibilidade também é utilizada para despertar (dessa vez de modo bastante sutil) certa antipatia contra a Argentina: ao mostrar que só no

Brasil o crime foi identificado, ressalta-se a presteza dos profissionais brasileiros em oposição à desatenção dos argentinos.

### 5.1.2 Tráfico de drogas

<b>Código de identificação</b>	ARG-DRO-1
<b>Manchete</b>	Polícia Federal prende na Praia de Pipa traficante argentino procurado pela Interpol.
<b>Subtítulo</b>	Homem de 48 anos trabalhava como administrador em uma pousada e figurava na difusão vermelha da organização internacional da polícia criminal desde 2020.
<b>Data de publicação</b>	01/06/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/06/01/policia-federal-prende-na-praia-de-pipa-trafficante-argentino-procurado-pela-interpol.ghtml">https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/06/01/policia-federal-prende-na-praia-de-pipa-trafficante-argentino-procurado-pela-interpol.ghtml</a>

O texto acima alude à prisão de um criminoso procurado pela Interpol e apreendido no Rio Grande do Norte. Na manchete, como de praxe, faz-se menção à sanção pragmática operada pela polícia, que obstaculiza o programa narrativo do delinquente ao prendê-lo. Nesse sentido, a ação dos policiais reveste-se de mérito em vista dos atributos relacionados ao infrator, como o fato de ele ser traficante (o que atualiza no discurso uma série de concepções relacionadas a tal figura, tais como ilegalidade, violência e intimidação) e, em especial, sua condição de procurado pela Interpol – o que reforça no leitor a tematização da periculosidade, já que há uma ideia generalizada de que os indivíduos visados pela polícia internacional são deveras ameaçadores –.

Também chama a atenção o fato de que, na manchete, a nacionalidade do homem não aparece como substantivo, mas sim como um adjetivo, um adjunto adnominal que caracteriza o termo *traficante*. Ao recorrer a essa estratégia, mostra-se o local de origem como secundário, algo acessório como a posição sintática que ocupa; a principal particularidade do referido sujeito parece ser sua condição de traficante de drogas, que o coloca também em um regime de programação: ele era alguém que se dedicava a essa função, não um indivíduo que traficou de forma pontual.

Na sequência, as figuras do início do subtítulo trazem um contraponto ao tom alarmista da manchete ao retratar o argentino em um estilo de vida corriqueiro (*homem; 48 anos; trabalhar; administrador; pousada*), o que explora o eixo da extensidade buscado pelos veículos que almejam gerar um efeito de sentido de seriedade. Ademais, esse panorama

resguarda, no nível fundamental, a oposição entre *ser* e *parecer*: no caso, o estrangeiro é traficante, mas não parece sê-lo, já que as características supracitadas não coadunam com a imagem que normalmente se tem daqueles que se dedicam a tal atividade. Com isso, esse sujeito se forja a partir da noção de segredo, a qual suscita isotopias como o sigilo e a artimanha – o que confere ainda mais mérito à polícia, visto que esse indivíduo não se mostrava de forma escancarada e, ainda assim, foi encontrado –. Finalmente, a segunda oração do subtítulo retoma a periculosidade do homem ao dizer que ele figurava na difusão vermelha da Interpol há algum tempo. Aqui, o perigo é sintetizado no termo *vermelha*, cor que se tornou um signo associado à ideia de alerta, como ocorre nos sinais de trânsito, sirenes etc.

Em síntese, o texto ARG-DRO-1 intercala trechos extensivos e intensivos. No caso dos primeiros, eles se mostram mediante mecanismos de espacialização e temporalização (*Praia da Pipa; desde 2020*) – que situam o contexto e trazem um senso de realidade – e a partir da descrição da vida que levava o estrangeiro, sobretudo de sua atual ocupação (*trabalhava como administrador em uma pousada*), marcada pela trivialidade. Já os segundos despontam quando se aborda a “face oculta” do homem, com especial menção ao fato de ele ser procurado pela Interpol. Em vista disso, o jornal adota um tom majoritariamente racional, porém, em alguns momentos, recorre a elementos sensíveis como forma de capturar a atenção do leitor. Por último, no que concerne ao argentino, ele adota uma postura de camaleão, que trata de passar despercebido em meio à sociedade brasileira – o que delineia uma operação de contrariedade entre o Outro que quer se integrar e o Nós que deseja segregá-lo –. Além disso, conquanto sua nacionalidade esteja presente, ela termina eclipsada por outras informações cujo caráter é mais tônico, de modo que assume um caráter fracamente assumido.

A seguir, a próxima notícia pertencente a essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	ARG-DRO-2
<b>Manchete</b>	Argentinos são presos no RS transportando medicamento utilizado no golpe do 'boa noite, Cinderela', diz PRF.
<b>Subtítulo</b>	Abordagem ocorreu na BR-386, em Sarandi. Além da droga, homens carregavam receitas médicas e carimbos falsificados de profissionais da medicina.
<b>Data de publicação</b>	02/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/04/02/argentinos-sao-presos-no-rs-transportando-medicamento-utilizado-no-golpe-do-boia-noite-cinderela-diz-prf.ghtml">https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/04/02/argentinos-sao-presos-no-rs-transportando-medicamento-utilizado-no-golpe-do-boia-noite-cinderela-diz-prf.ghtml</a>

O segundo texto que envolve argentinos em contexto de tráfico de entorpecentes faz referência a uma abordagem realizada pela Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul. Na ocasião, os estrangeiros transportavam medicamentos usados para dopar pessoas e aplicar-lhes golpes, geralmente financeiros ou sexuais – algo que não está explícito, mas é acionado pela práxis enunciativa a partir do termo *boa noite, Cinderela* –.

Na manchete, verifica-se que os criminosos são identificados apenas por sua nacionalidade e, conquanto inicialmente ocupem um papel de sujeito de estado ao mencionar-se sua prisão, também são descritos como sujeitos do fazer em vista da ação de *transportar*. Quanto à polícia, embora esteja pressuposto que foi ela quem prendeu os homens, sua presença desponta mormente enquanto fonte do que noticia o jornal, como parte da já mencionada estratégia de conferir credibilidade ao que se diz. Nessa direção, também colaboram os mecanismos de espacialização do subtítulo (*BR-386; Sarandi*), que situam o ocorrido em um lugar específico e trazem senso de realidade.

Outrossim, o subtítulo traz outras informações que suscitam tematizações referentes à falsificação, a saber, *receitas médicas e carimbos falsificados de profissionais da medicina*. Nesse caso, também se pode fazer alusão, no nível fundamental, à oposição entre *ser* e *parecer*, porém não à dimensão do *ser*, mas *não parecer* que apareceu no texto anterior; aqui, trabalha-se com a perspectiva da mentira, ou seja, do *parecer, mas não ser*. Com isso, agrega-se mais um delito aos argentinos. No entanto, em nenhum momento se arremete superlativamente contra a imagem dos presos, os quais são apresentados, no subtítulo, pelo termo *homens*, o qual promove uma atenuação de marca. Além disso, o texto como um todo possui uma natureza mais átona, que não mobiliza fortes emoções no enunciatário.

Resumidamente, o texto ARG-DRO-2 aduz diferentes isotopias negativas que podem ser atribuídas aos estrangeiros: a de traficantes, que está realizada; a de mentirosos, que se encontra atualizada; e a de possíveis ladrões ou criminosos sexuais, a qual guarda relação com a figura *Boa noite, Cinderela*, porém se acha virtualizada porque é fracamente focalizada e apreendida. Apesar disso, a ausência de sequências e termos mais tônicos reveste a notícia de moderação e inteligibilidade, de sorte que se chega, a partir de uma suposta constatação racional dos fatos, que tais argentinos são malfeitores com múltiplos delitos e, portanto, uma ameaça.

### 5.1.3 Crime racial

<b>Código de identificação</b>	ARG-RAC-1
<b>Manchete</b>	Torcedor do Boca Juniors detido após imitar macaco paga R\$ 3 mil de fiança, é solto e retorna à Argentina.
<b>Subtítulo</b>	Segundo a polícia, ele foi indiciado por injúria racial, que permite pagamento de fiança. Torcedor foi liberado e retornou ao seu país de origem nesta quarta-feira (27).
<b>Data de publicação</b>	27/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/27/torcedor-do-boca-juniors-detido-apos-imitar-macaco-paga-r-3-mil-de-fianca-e-solto-e-retorna-a-argentina.ghtml">https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/27/torcedor-do-boca-juniors-detido-apos-imitar-macaco-paga-r-3-mil-de-fianca-e-solto-e-retorna-a-argentina.ghtml</a>

O primeiro texto a trazer argentinos em contexto de crime racial remonta a um caso de injúria ocorrido no âmbito futebolístico, quando um torcedor do referido país dirigiu gestos racistas à torcida brasileira. No conjunto aqui analisado, noticia-se a liberação do estrangeiro, identificado majoritariamente como *torcedor do Boca Juniors*. Assim, sua nacionalidade não está expressa via gentílico, mas sim implícita mediante a conexão de informações contidas na manchete (*retornou à Argentina*) e no subtítulo (*retornou ao seu país de origem*). Observa-se, com isso, que se optou por enfatizar sua condição de torcedor e seu time – os quais se encontram realizados – em vez de sua nacionalidade.

Posteriormente, faz-se uma descrição da sequência de fatos que envolveram a soltura do homem. Em termos narrativos, verifica-se que ele teve uma atitude racista (*imitar macaco*, termo este que figuratiza a injúria racial), foi sancionado pragmaticamente (*detido*), porém se valeu de um objeto modal (dinheiro) para entrar em conjunção com a liberdade. Discursivamente, porém, isso recupera determinadas tematizações, a exemplo da ideia de injustiça. Ao explicitar o valor da fiança, o enunciador logra mobilizar enunciatários de diferentes condições econômicas e gerar-lhes a sensação de impunidade: para os indivíduos que julgam pouca a quantia, cria-se a percepção de que crimes raciais tem uma punição branda; já para aqueles que consideram três mil reais um valor elevado, cria-se a percepção de que, desde que se tenha recursos financeiros, pode-se delinquir sem ser alvo de penas mais severas – o que aciona a histórica desigualdade no tratamento dado aos pobres e aos ricos –.

No subtítulo, explora-se a dimensão inteligível ao se explicar o porquê de o torcedor ter sido liberado. Para isso, menciona-se a polícia, atribuindo a ela a responsabilidade pela informação acerca do indiciamento e da pena. Em seguida, fala-se da liberação do torcedor e do seu retorno à Argentina – aqui não explicitada como na manchete, mas referida como *país de origem* –. Neste ponto, sublinha-se a presença do possessivo *seu*, que marca o elo entre o criminoso e a Argentina, porém de maneira fracamente focalizada. Finalmente, marca-se

temporalmente o fato ao aludir-se ao dia da semana e do mês, além do uso do demonstrativo *nesta*, os quais situam o ocorrido no presente e trazem um senso de atualidade – o que igualmente se observa na manchete, em que todos os verbos estão no presente –.

Em suma, o texto ARG-RAC-1 recorre sobretudo a termos que tendem à atonicidade e a explicações inteligíveis (como quando explica a razão pela qual foi permitido o pagamento de fiança). Não obstante, a forma como o enunciado é elaborado – especialmente na manchete – abre margem para a indignação do leitor a partir da tematização da impunidade, o que depõe principalmente contra o judiciário brasileiro, cujas penas se mostram leves comparadas ao agravo cometido, sobretudo quando o infrator é abastado.

Abaixo, a próxima notícia:

<b>Código de identificação</b>	ARG-RAC-2
<b>Manchete</b>	Solto após pagar fiança, argentino preso por injúria racial sorri em foto com torcedor do Boca com legenda irônica e emoji de macaco.
<b>Subtítulo</b>	Torcedor argentino foi detido por ter imitado um macaco em jogo do Boca Juniors contra o Corinthians, mas solto após pagar R\$ 3 mil de fiança nesta quarta-feira (27). Brasileiros no Instagram se mobilizaram em campanha para denunciar, pela plataforma, o autor da selfie na rede social.
<b>Data de publicação</b>	27/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/27/solto-apos-pagar-fianca-argentino-presos-por-injuria-racial-sorri-em-foto-com-torcedor-do-boca-com-legenda-ironica-e-emoji-de-macaco.ghtml">https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/27/solto-apos-pagar-fianca-argentino-presos-por-injuria-racial-sorri-em-foto-com-torcedor-do-boca-com-legenda-ironica-e-emoji-de-macaco.ghtml</a>

O texto ARG-RAC-2 trata dos desdobramentos do caso retratado em ARG-RAC-1, com foco no que ocorreu depois que o referido torcedor foi liberado. Assim, noticia-se que o homem, após deixar a detenção, uniu-se a outro e prosseguiu com atitudes racialmente injuriosas, além de desdenhar do ocorrido. Na manchete, isso se encontra figurativizado, respectivamente, a partir da expressão *emoji de macaco* e dos termos *sorri em foto* e *legenda irônica*, o que confere ao estrangeiro uma estilo próprio de dândi. Assumindo, assim, a sociedade brasileira como o grupo modelar e centro do contexto social em questão, o torcedor, ao reincidir no delito e adotar uma postura zombeteira ante a punição outorgada pelas autoridades nacionais, menoscaba o Brasil e mostra certo senso de superioridade. Em vista de tais estratégias, o enunciatário é levado a nutrir sentimentos de raiva contra o estrangeiro, tanto pela suposta falta de ética e de moral por parte do referido ator quanto pela invocação, nos leitores brasileiros, de certo nacionalismo ferido – ilustrando, assim, um situação de complementariedade entre os posicionamentos do Nós e do Outro –. Ademais, aciona-se

novamente a isotopia de impunidade quando se trata de pessoas com boas condições financeiras.

A forma como isso é construído, contudo, conduz a que o descontentamento não se restrinja ao homem aludido, mas, em certa medida, aos argentinos de modo geral. Primeiramente, à diferença do que ocorreu no texto anterior (em que não se empregou o adjetivo pátrio para caracterizar o delinquente, optando-se por focar em sua condição de torcedor e trazendo sua nacionalidade mediante uma associação indireta entre informações dadas na manchete e no subtítulo), aqui o homem é identificado prioritariamente como *argentino*, de modo a marcar, mais que qualquer coisa, seu lugar de origem. Na sequência, o subtítulo reforça o gentílico, dessa vez caracterizando a palavra *torcedor* – ao que se seguem detalhes temporais e espaciais acerca do fato, bem como o detalhamento do que levou o indivíduo a ser detido –. Logo, constata-se que, tanto a manchete (que recorre ao sensível para despertar paixões malevolentes no enunciatário) quanto o subtítulo (que explana com dados inteligíveis o contexto da prisão) trazem a nacionalidade seguida da ação repreensível que o homem teve, dando margem para uma implícita correlação entre elas.

Finalmente, o último período do subtítulo reencena a oposição Nós vs. Eles ao aludir à união de internautas brasileiros em favor de que o estrangeiro receba uma sanção pragmática no âmbito das redes sociais. Sob a égide da intolerância positiva, retoma-se um movimento que tende à exclusão ao mostrar que o homem não tem lugar entre o grupo modelar. Para isso, visa-se suspender-lhe a conta mediante reiteradas denúncias, o que, a partir de uma ética da convicção, retirá-lo-ia do convívio virtual e, via pejoração, criaria uma zona exclusiva em uma plataforma que abriga pessoas de diversas índoles.

Sucintamente, percebe-se que o texto ARG-RAC-2 recorre à oposição entre brasileiros e argentinos para mobilizar o enunciatário e chamar-lhe a atenção para a notícia. Isso é feito tanto por mecanismos sensíveis quanto inteligíveis, porém nunca de forma superlativa: traça-se sutilmente a noção de que, além de cometerem injúrias raciais, os estrangeiros em questão ainda adotam um comportamento debochado e pedante, o que gera no leitor certa animosidade contra o referido grupo.

#### **5.1.4 Turismo**

<b>Código de identificação</b>	ARG-TUR-1
<b>Manchete</b>	Funcionário da CPTM de SP devolve mochila perdida a turista argentino com dinheiro e equipamentos avaliados em R\$ 47 mil.
<b>Subtítulo</b>	Engenheiro argentino esqueceu mochila na Estação da Luz após chegar ao Brasil com a família.
<b>Data de publicação</b>	08/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/08/funcionario-do-metro-de-sp-devolve-mochila-perdida-a-turista-argentino-com-dinheiro-e-equipamentos-avaliados-em-r-47-mil.ghtml">https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/08/funcionario-do-metro-de-sp-devolve-mochila-perdida-a-turista-argentino-com-dinheiro-e-equipamentos-avaliados-em-r-47-mil.ghtml</a>

O primeiro texto em que argentinos aparecem na condição de turistas noticia a devolução de uma mochila esquecida pelo estrangeiro em uma estação de trem paulista – o que imediatamente aponta para uma postura de solidariedade e fidedignidade com o cidadão internacional –. Na manchete, identificam-se, de início, dois actantes principais: o funcionário e o turista. Nesse sentido, o primeiro atua como adjuvante no programa narrativo do segundo, porquanto contribuiu à sua conjunção com seu objeto de valor, a saber, seus bens. Essa ambiência de cordialidade é observada, igualmente, no nível discursivo, em que tanto o funcionário quanto o turista recebem investimentos figurativos positivos. Assim, o ato de restituir a bolsa ao dono – especialmente quando esta continha itens de elevado custo – recupera, dentro do sistema de valores compartilhado pelos leitores, noções como integridade e decência, conferindo tais características ao trabalhador. Além disso, o fato de ele ser funcionário da Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos – um cargo de menor envergadura – recupera a isotopia de simplicidade, o que realça a honestidade do homem.

De igual maneira, o estrangeiro é retratado de forma prevalentemente favorável (embora conste, de modo fracamente assumido, a percepção de que ele é distraído, pois esqueceu seus pertences). Em primeiro lugar, salienta-se que, em nenhum momento, ele se resume à sua nacionalidade ou aparece referido mediante algum termo genérico (como *homem*); nas duas menções ao argentino, o gentílico surge enquanto adjunto adnominal (e, portanto, como uma informação acessória), além de acompanhar vocábulos que, no texto, assumem caráter positivo ao relacionar-se a uma condição financeira confortável. Logo, *turista* e *engenheiro* ajudam a delinear a imagem de alguém abastado, o que é reiterado por figuras como *dinheiro*, *equipamentos* e, sobretudo, por quanto eles custavam (*47 mil reais*). Outrossim, o fato de mencionar-se que o homem veio ao Brasil com a família também é benéfico à reputação de tal ator, já que lhe concede um matiz de cuidado e virtude.

De modo resumido, o texto ARG-TUR-1 delinea um movimento de admissão com elevado grau de afetividade, em que se acolhe o Outro amistosamente. Tanto o funcionário

quanto o turista recebem representações simpáticas: aquele, pela integridade de sua atitude; este, por meio da tematização de riqueza e respeitabilidade. Destarte, constrói-se uma isotopia de afabilidade, que facilita que o enunciatário nutra simpatia pelo estrangeiro. Essa simpatia, não obstante, parece relacionar-se muito mais com a isotopia financeira que propriamente com a nacionalidade do homem, uma vez que o gentílico *argentino* aparece sempre em posição secundária – à diferença dos contextos negativos, quando o país de origem do indivíduo ocupava o posto principal no que diz respeito à sua caracterização –.

Finalmente, a última notícia envolvendo cidadãos da Argentina:

<b>Código de identificação</b>	ARG-TUR-2
<b>Manchete</b>	Argentinos passam pelo litoral de SP em viagem de van até o Alasca: 'apaixonados por Santos e Peruíbe'.
<b>Subtítulo</b>	Família compartilha sua rotina nas redes sociais há pouco mais de um ano. Segundo a 'mãe' do grupo, próximo país na rota de viagem é o Paraguai.
<b>Data de publicação</b>	22/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/04/22/argentinos-passam-pelo-litoral-de-sp-em-viagem-de-van-ate-o-alasca-apaixonados-por-santos-e-peruibe.ghtml">https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/04/22/argentinos-passam-pelo-litoral-de-sp-em-viagem-de-van-ate-o-alasca-apaixonados-por-santos-e-peruibe.ghtml</a>

Por sua vez, o segundo texto a trazer argentinos em contexto de turismo também traz uma atmosfera de afabilidade mútua, tanto pela forma amistosa como os estrangeiros são apresentados quanto pela simpatia que eles demonstram ter pelo Brasil. Assim, observa-se, na manchete, que os turistas são apresentados como sujeitos do fazer que se encontram engajados em uma viagem de carro pelo continente americano. Tal fato, que remete à isotopia de aventura, concede-lhes um caráter interessante e exótico, visto que não é algo que as pessoas costumam fazer. Ademais, recupera certa ideia de coragem e ousadia, uma vez que pressupõe abandonar a monotonia diária para vivenciar experiências insólitas.

De igual modo, contribui com essa simpatia o fato de que os turistas apareçam em condição de esnobe, ou seja, de um Outro que deseja entrar em conjunção com o Nós. Para expressá-lo, o enunciado recorre a uma debreagem de segundo grau, de modo a delegar voz aos próprios estrangeiros. Convertidos em narradores, eles alegam estar apaixonados por algumas localidades paulistas, o que permite entrever uma afeição superlativa, dado que estar apaixonado implica um sentimento mais intenso que simplesmente gostar. Essa estratégia, somada às tematizações subjacentes à caracterização dos turistas, provoca no leitor um movimento de admissão, o qual estabelece uma complementariedade com a postura dos

cidadãos internacionais. Ademais, cabe sublinhar que, uma vez que os estrangeiros são aludidos principalmente como *argentinos*, a manchete viabiliza uma construção identitária positiva acerca de tal nacionalidade.

Subsequentemente, o subtítulo reforça essa visão amena mediante figuras como *família*, que, nesse contexto, remete à ideia de um grupo unido. A menção à *mãe*, igualmente, deixa subentendida a existência de filhos, o que atualiza no discurso todo um imaginário social acerca de comunhão familiar. No entanto, aqui, isso é executado de modo mais extensivo, já que o subtítulo não possui o mesmo tom sensivelmente entusiasmado da manchete. Na verdade, nessa segunda parte do texto, busca-se localizar os atores no tempo e no espaço, de modo a retomar as características precípua à elaboração de uma notícia dita séria.

Concisamente, o texto ARG-TUR-2 apresenta um tom de notória cordialidade com relação aos estrangeiros, os quais despertam essa afinidade mediante figuratizações relativas ao exotismo, à aventura e à família. Cumpre salientar, outrossim, que a postura amigável que eles demonstram ao Brasil – sintetizada a partir de uma debreagem de segundo grau, algo que traz maior respaldo ao objetivo visado pelo enunciador por citar diretamente as palavras do sujeito – ajuda a provocar paixões benevolentes no enunciatário, que termina colocando-se a favor de um Outro que demonstra evidente interesse em entrar em conjunção com a população local. Diante do exposto, verifica-se que este texto vai de encontro ao observado até então, dado que, além de erigir uma imagem positiva dos estrangeiros, associa-a diretamente à nacionalidade argentina, permitindo uma visão favorável do referido coletivo.

### **5.1.5 Síntese da representação de argentinos**

Após examinar os oito textos relativos a cidadãos argentinos no Brasil, conclui-se que, naqueles alusivos a homicídios, a tensividade diferiu a depender do contexto noticiado. Em ARG-HOM-2, prevalecem os valores de absoluto e a elevada tonicidade em virtude na brutalidade do caso, que, além de assassinato, traz assumidas outras tematizações impactantes, como pedofilia e incesto. Ademais, ao mencionar que o caso somente foi descoberto quando o criminoso veio ao Brasil, potencializa-se certa percepção de que, na Argentina, as autoridades são relapsas, contribuindo para a mobilização de paixões malevolentes contra a referida nação – ao que também se soma o fato de o delinquente ser apresentado basicamente por sua nacionalidade –. Quanto a ARG-HOM-1, noticia-se o feminicídio de uma argentina por um argentino. Nesse sentido, o texto tem caráter mais átono, especialmente na manchete.

Também importa destacar que a forma como a mulher é apresentada (mãe de família, de meia-idade, que estava em sua residência e foi atacada por um homem com quem já não se relacionava) enseja sentimentos de empatia no enunciatário – mais pelas características supracitadas que pelo seu país de origem, que não se encontra junto a tais informações –. Já o suposto assassino é descrito principalmente como *argentino*, ao que se segue um detalhamento do mal por ele causado, viabilizando a associação do crime à nacionalidade. Contudo, de modo geral, prevalece a solidariedade com a vítima e a atonia dos enunciados. Já a nível da sintaxe extensiva, o texto ARG-HOM-1 promove certa triagem ao colocar a situação como um ‘problema de argentinos’, porém a tendência à admissão no que diz respeito à vítima contrabalanceia esse caráter excludente.

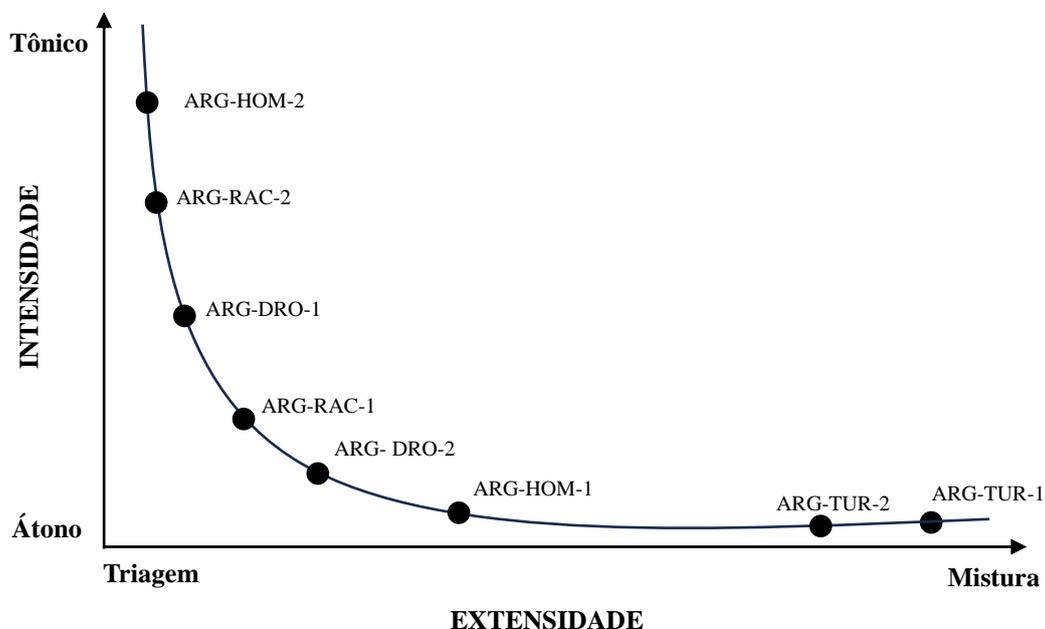
No que concerne ao contexto do narcotráfico, os dois excertos se encontram em zonas segregativas, porém diferem no que diz respeito ao eixo da intensidade. ARG-DRO-1 tem um viés mais impactante em detrimento da condição do estrangeiro: termos como *Interpol* e *difusão vermelha* recuperam a tematização de periculosidade, o que acentua a tonicidade do texto. Nesse sentido, o fato de o homem ser apresentado como *traficante* também colabora com isso, pois pressupõe certa programação no seu fazer, de sorte a marcar que sua prisão não decorreu de um deslize pontual, mas sim que ele se dedicava efetivamente ao tráfico. De igual modo, a falsa identidade que assumiu no Brasil remonta à ideia de segredo, o que tampouco é favorável à sua imagem, visto que disso emerge à perspectiva de alguém em quem não se pode confiar. Por conta de todas essas informações, sua nacionalidade termina eclipsada e acaba fracamente assumida. ARG-DRO-2, por sua vez, não recorre a termos tão tônicos, porém atribui diferentes isotopias negativas aos estrangeiros: a de traficantes, que está realizada; a de mentirosos, que se encontra atualizada; e a de possíveis ladrões ou criminosos sexuais, a qual guarda relação com a figura *Boa noite, Cinderela*, porém se acha virtualizada porque é fracamente focalizada e apreendida. Como os delinquentes são apresentados sobretudo como *argentinos*, essas concepções terminam vinculados a essa nacionalidade.

Já no que tange aos crimes raciais, ARG-RAC-2 opõe a ideia de brasileiros justiceiros a de argentino racista e debochado, o que mobiliza paixões malevolentes no enunciatário contra o estrangeiro e paixões benevolentes a favor de seu próprio grupo. Em ARG-RAC-1, por outro lado, trabalha-se especialmente com a tematização da impunidade em vista da liberação do infrator após pagamento de fiança. Nenhum dos dois textos, contudo, recorre a termos explicitamente superlativos, de modo que, em ambos, a animadversão contra os estrangeiros é construída sobretudo a partir de isotopias assumidas.

Por último, nos textos referentes ao turismo, o enunciador demonstrou uma atitude receptiva aos estrangeiros, com tendência à mistura e à admissão. No caso de ARG-TUR-1, isso se deu especificamente a partir da tematização da riqueza (concretizada em figuras como *engenheiro, dinheiro, equipamentos e 47 mil reais*), bem como da menção à família, o que ajudou a conferir certa virtude ao homem. Essa estratégia também foi empregada em ARG-TUR-2, em que, além da questão familiar, temas como aventura e exotismo ajudaram a construir uma imagem favorável dos estrangeiros – a qual atingiu seu ápice em vista da debreagem de segundo grau perpetrada, pois, ao citar diretamente a paixão que os atores têm pelo Brasil, o G1 lhes conferiu uma identidade simpática –. Outrossim, pode-se afirmar que ARG-TUR-1 tende mais aos valores de universo que ARG-TUR-2, visto que mostra abertamente um movimento de solidariedade e fidedignidade com o turista, ao passo que este último foca muito mais na postura apaixonada que os estrangeiros têm com relação ao Brasil, mas não tanto no que o Nós sente com relação ao Outro. Ainda assim, é notório que, quando vêm ao país como visitantes, a construção identitária feita pelo portal é mais eufórica.

Em vista do exposto, é possível organizar os textos no seguinte gráfico tensivo:

Gráfico 2 – Organização tensiva dos textos referentes a argentinos



Fonte: elaborado pela autora

No gráfico acima, verifica-se que, em contextos nos quais a isotopia prevalecente não tem caráter delitivo (no caso, a de turismo), os estrangeiros são apresentados de maneira

positiva e, por isso, colocados em zonas mais próximas à mistura porquanto sua inclusão à sociedade brasileira representaria um enriquecimento, ou seja, a adição de uma grandeza boa. Já nos casos em que o cidadão internacional está envolto em situações de criminalidade, o movimento operado é de triagem, porém o grau dessa operação dependerá de especificidades relacionadas a cada caso. Em ARG-HOM-2, observa-se essa tendência à exclusão desde o início, ao abrir a manchete com a nacionalidade do homem (como a frisar que foi um *estrangeiro* que cometeu o crime). Posteriormente, ao veicular que o fato ocorreu na fronteira, impõe-se uma distância espacial que se replica também com relação ao ocorrido e seus actantes, afastando-os e triando-os do conjunto. Já em ARG-RAC-2, essa triagem fica evidente a partir da oposição entre brasileiros e argentinos, de modo a sublinhar que estes estão em um grupo antagônico ao daqueles. Quanto aos textos ARG-DRO-1, ARG-RAC-1 e ARG-DRO-2, a segregação se nota a partir da própria delimitação da nacionalidade dos infratores, informação que parece servir para demarcar que os delitos foram cometidos por cidadãos que não pertencem ao conjunto ‘brasileiros’, ou seja, ao Nós. Por último, ARG-HOM-1 apresenta uma menor grau de triagem quando comparado aos demais porque a construção identitária feita sobre a vítima a instaura em uma zona mais admissiva, porém a axiologia disfórica atribuída ao agressor e a ênfase dada ao fato de que ambos eram argentinos anulam qualquer possibilidade de que tais estrangeiros se integrem ao conjunto modelar, de sorte que, no final, os dois também acabam apartados.

## 5.2 Bolivianos

No que diz respeito aos cidadãos da Bolívia, as isotopias que se sobressaíram quantitativamente foram as de (i) tráfico de drogas, (ii) acidente, (iii) homicídio e (iv) trabalho escravo, as quais serão analisadas nessa ordem.

### 5.2.1 Tráfico de drogas

<b>Código de identificação</b>	BOL-DRO-1
<b>Manchete</b>	Dupla é presa com cocaína escondida embaixo de carro abordado em rodovia de Itatinga; vídeo.
<b>Subtítulo</b>	Dois homens, um deles boliviano, estavam no carro com as esposas e uma criança; 16 kg de pasta base da droga estavam em cima do tanque de combustível do carro abordado na Rodovia Castelo Branco.
<b>Data de</b>	31/05/2022

<b>publicação</b>	
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/05/31/dupla-e-presa-com-cocaina-escondida-embaixo-de-carro-abordado-em-rodovia-de-itatinga.ghtml">https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/05/31/dupla-e-presa-com-cocaina-escondida-embaixo-de-carro-abordado-em-rodovia-de-itatinga.ghtml</a>

O primeiro texto referente a bolivianos noticia uma apreensão de cocaína em uma rodovia paulista. De início, salienta-se o caráter átono e extensivo da manchete, na qual são trazidos elementos de actorialização (*dupla*) e espacialização (*rodovia de Itatinga*), além da especificação da droga (*cocaína*) e de sua localização (*embaixo do carro*). Tais detalhes geram um efeito de realidade, o que, por sua vez, concede ao enunciador certo senso de credibilidade – algo que é realçado pela menção a *vídeo*, de modo a salientar que existem gravações que atestam o que se disse –.

Ainda na manchete, percebe-se o uso de um termo mais atenuado para referir-se aos traficantes, de modo que o portal trata simplesmente de explicar que eram duas as pessoas envolvidas, sem especificações quanto a gênero ou local de procedência. Nesse primeiro momento, a única informação acerca da dupla é o fato de que ela foi destinatária de uma sanção pragmática cujo destinador não está realizado (porém se entende, a partir dos saberes compartilhados via práxis enunciativa, que é a polícia) e de que tentou ocultar, sem sucesso, os entorpecentes. Com isso, divisa-se que, conquanto quisessem e pudessem traficar, os criminosos não souberam fazê-lo adequadamente, de modo que sua performance foi malograda. Em suma, eles não tiveram competência suficiente, à diferença da polícia, que cumpriu seu papel.

O subtítulo, a seu turno, oferece outros pormenores do caso, permitindo entrever as inclinações ideológicas do enunciador. De imediato, chama a atenção a triagem executada no que concerne ao país de origem dos homens, visto que apenas a do estrangeiro se encontra realizada; a outra, embora assumida, não está concretizada, de maneira que somente a nacionalidade boliviana fica manifestamente associada ao delito, ao passo que a brasileira é apagada. Cabe mencionar, no entanto, que essa triagem ocorre de forma átona, ensejando uma segregação do boliviano em questão.

Posteriormente, comenta-se que os homens estavam acompanhados de suas esposas e de um menor de idade. Mediante esse dado, confere-se certa falta de escrúpulos aos dois, pois, além de incorrerem em um crime, eles ainda envolveram suas companheiras e uma criança na situação. Assim, inspira-se, no enunciatário, um sutil repúdio aos detidos, já que não só traficaram, mas também adotaram uma atitude sórdida contra seus entes queridos, delineando um comportamento duplamente amoral. Finalmente, o subtítulo amplia as informações anunciadas na manchete ao especificar a quantidade de droga apreendida (*16 kg*), sua

localização exata dentro do automóvel (*em cima do tanque de combustível do carro*) e o nome da rodovia onde foi feita a operação (*Rodovia Castelo Branco*). A partir disso, reitera-se o senso de realidade, de modo que o enunciador se estabeleça como crível. Ao mesmo tempo, esse excessivo revestimento figurativo também desacelera o discurso, reiterando a dimensão inteligível.

Resumidamente, o texto BOL-DRO-1 adota um tom mais átono e extenso para retratar o fato, tanto pela ausência de termos mais impactantes quanto pela aclaração de diferentes elementos relacionados ao espaço e aos atores. Não obstante, isso não impede que se construa um juízo de valor negativo contra o estrangeiro: ao sublinhar sua nacionalidade por meio de uma triagem, o G1 a vincula ao delito e encobre o envolvimento de brasileiros, de modo que se opere uma modalização existencial de plenitude com o cidadão internacional e de vacuidade com o nacional. Outrossim, o fato de que o termo *boliviano* preceda a divulgação da presença das esposas e da criança contribui para o rechaço aos cidadãos desse país, pois os associam também à ausência de senso moral ao envolver pessoas supostamente inocentes em suas malfetorias.

Finalizada a análise do primeiro texto, passar-se-á ao próximo:

<b>Código de identificação</b>	BOL-DRO-2
<b>Manchete</b>	Casal de bolivianos é flagrado com pasta base de cocaína em ônibus e acaba preso pela Polícia Rodoviária.
<b>Subtítulo</b>	Envolvidos estavam em um coletivo que foi abordado na SP-270, em Álvares Machado (SP), e levavam uma criança de 2 anos. Cerca de 4 quilos da droga foram apreendidos.
<b>Data de publicação</b>	08/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/02/08/casal-de-bolivianos-e-flagrado-com-pasta-base-de-cocaina-em-onibus-e-acaba-presos-pela-policia-rodoviaria.ghtml">https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/02/08/casal-de-bolivianos-e-flagrado-com-pasta-base-de-cocaina-em-onibus-e-acaba-presos-pela-policia-rodoviaria.ghtml</a>

A segunda notícia envolvendo bolivianos em contexto de narcotráfico reporta um caso similar, porém, aqui, ambos os traficantes são bolivianos, o que motiva operações discursivas diferentes daquelas do texto anterior. Primeiramente, ressalta-se que, de imediato, a manchete especifica a nacionalidade dos envolvidos, a qual consiste no principal elemento a identificá-los. Ao optar pelo termo *casal*, dá-se a entender que havia algum vínculo amoroso entre os dois, o que, somado à informação de que levavam uma criança, contribui com uma certa tematização de negligência e falta de escrúpulos. Isso ocorre porque essa imagem de *casal acompanhado de criança* geralmente remonta à forma de vida *família*, visto que ainda é essa

a concepção predominante na semiosfera da sociedade brasileira. Destarte, conquanto não se especifique que o menor era filho dos dois, esse dado pode ser cogitado pelo enunciatório. Nesse cenário, abre-se margem para concebê-los não apenas como traficantes, mas também como pais relapsos, que não demonstram reserva em submeter uma criança a tal situação.

De igual maneira, frisa-se que a manchete explicita, via agente da passiva, o sancionador do fazer dos estrangeiros (*Polícia Rodoviária*), de modo a marcar a presteza dos agentes brasileiros. Os bolivianos, por sua vez, são mostrados como sujeitos cuja performance foi falha. Nesse sentido, expõe-se que ambos foram *flagrados* – ou seja, foram surpreendidos pelo revista policial – e terminaram presos. Logo, depreende-se que a ação dos agentes de segurança adquiriu matizes de acontecimento, aturdindo os criminosos e deixando-os sem saída. Mais uma vez, marca-se sutilmente a competência da polícia e a falta de competência dos estrangeiros.

Já o subtítulo trata de trazer mais detalhes sobre o caso, sobretudo no que se refere à espacialização. Como na manchete só se dizia que os detidos estavam em um ônibus, aqui se comenta a rodovia onde ocorreu a apreensão (*SP-270*) e a localidade (*Álvares Machado, São Paulo*), em um movimento de abertura que incrementa o senso de realidade mediante uma abordagem extensiva do espaço. Outrossim, há de se apontar um movimento curioso que também ocorre no subtítulo: de início, faz-se referência aos bolivianos como *envolvidos*, o qual é um termo mais atenuado e extensivo, pois alude simplesmente ao fato de que eles estiveram implicados no ocorrido, mas sem fazer quaisquer juízos de valor (como ocorreria caso empregassem *criminosos* ou palavras afins). Contudo, quando (i) revelam a presença de uma criança (acionando a supracitada isotopia familiar e, dado o contexto, também a de irresponsabilidade), (ii) assinalam sua pouca idade e (iii) expõem a quantidade de droga que levava o casal, tece-se uma perspectiva negativa que ultrapassa o mero tráfico de drogas e recupera outras tematizações desfavoráveis – enquanto passa a impressão de aportar detalhes para respaldar a seriedade do periódico –.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o texto BOL-DRO-2 adjudica uma identidade disfórica aos bolivianos, não só pelas tematizações que efetivamente estão descritas (como a do narcotráfico), mas também pelo que pode ser assumido pese a não estar expresso (como a questão familiar). Assim, o ato de que os dois implicassem uma criança pequena no delito revela certa falta de moral, que corrobora uma rejeição passional contra os estrangeiros. Em última instância, o fato de serem identificados basicamente por seu adjetivo pátrio acaba, em alguma medida, atribuindo tal conduta ao local de origem dos indivíduos.

### 5.2.2 *Acidente*

<b>Código de identificação</b>	BOL-ACI-1
<b>Manchete</b>	Controladora boliviana investigada por desastre aéreo da Chapecoense é solta: 'Vou voltar para Bolívia'.
<b>Subtítulo</b>	Ela estava presa desde setembro de 2021, em Corumbá (MS). Liberdade foi concedida nessa terça-feira (29), pelo STF.
<b>Data de publicação</b>	30/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/03/30/controladora-boliviana-investigada-por-desastre-aereo-da-chapecoense-e-solta-vou-voltar-para-bolivia.ghtml">https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/03/30/controladora-boliviana-investigada-por-desastre-aereo-da-chapecoense-e-solta-vou-voltar-para-bolivia.ghtml</a>

A primeira notícia a trazer bolivianos em contexto de acidente alude à liberação da controladora que, em 2016, analisou e aprovou o plano de voo da aeronave que levava jogadores e dirigentes do time de futebol Chapecoense – avião esse que mais tarde caiu, provocando dezenas de mortes –. Nesse sentido, observa-se, em primeiro lugar, que o enunciador se refere à personagem principalmente por sua profissão. Essa estratégia parece se dar pela papel fundamental que sua ocupação profissional adquiriu na tragédia (uma vez que, caso a mulher tivesse executado a análise com rigor, talvez o acidente tivesse sido evitado). Logo, ao caracterizá-la majoritariamente por seu cargo, marca-se sutilmente o incumprimento de suas funções e, conseqüentemente, sua negligência – algo salientado pelo termo *desastre*, de caráter mais impactante que *acidente* –.

A seu turno, a nacionalidade aparece, de início, como mero adjunto adnominal, o que pressuporia um papel mais secundário; no entanto, como ela é reiterada em seguida via citação direta, fixa-se no enunciatário a associação entre a Bolívia e o desastre aéreo. Também há de se frisar o conteúdo veiculado a partir dessa debragem de segundo grau: ao optar por destacar na manchete, entre tudo o que a mulher disse, a informação de que ela voltará a seu país de origem, o jornal logra dois movimentos. Em primeiro lugar, ele instaura certa percepção de impunidade, como se a estrangeira não tivesse recebido uma pena à altura do agravo cometido. Em segundo lugar, o G1 trata, em alguma medida, de ‘tranquilizar’ seus leitores ao anunciar a saída de um elemento ‘ruim’ do território nacional (haja vista a tragédia derivada da ação da controladora). Em outras palavras, alude-se a um processo de eliminação, em que a triagem se conjuga à pejoração e retira, do campo de presença, grandezas tidas como desagradáveis. No entanto, a exclusão, aqui, não apresenta o forte caráter passional típico desse movimento, já que o enunciado é construído de modo que pareça que a própria estrangeira informa seu regresso à Bolívia – como se fosse uma espécie de autoexclusão,

omitindo, assim, as irregularidades processuais às quais a justiça brasileira a submeteu e que a levaram a querer ir embora (o que só é explicitado no corpo do texto) –.

Ademais, ao simular a voz da mulher, o enunciador confere veracidade e respaldo à informação, o que também é visado a partir dos mecanismos de espacialização (*Corumbá, Mato Grosso do Sul*) e temporalização (*nessa terça-feira, 29*) presentes no subtítulo. Por fim, destaca-se a concessão de liberdade pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que fornece uma imagem benevolente ao órgão brasileiro. Não obstante, ao longo do texto, esclarece-se que foi o próprio STF quem ordenou a prisão da estrangeira, em que pese o governo boliviano não ter solicitado sua extradição. Logo, o G1 suprime, nos elementos titulares, o equívoco cometido pelo judiciário nacional, enfatizando somente seu viés cortês.

Em suma, o texto BOL-ACI-1 promove uma triagem da boliviana, porém o faz de maneira encoberta e majoritariamente átona. Para isso recorre sobretudo à debreagem de segundo grau, de sorte a atribuir a saída da mulher a uma decisão própria, encobrindo os detalhes que a levaram a isso e eximindo o enunciador e demais atores brasileiros de serem atrelados a condutas excludentes.

A seguir, a próxima notícia pertencente a essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	BOL-ACI-2
<b>Manchete</b>	Ônibus com bolivianos é atingido por carreta e deixa 4 mortos e um ferido na MS-040.
<b>Subtítulo</b>	Ônibus vinha da Bolívia e tinha como destino São Paulo. Carreta chegou a tombar na pista e cair em vegetação; o motorista morreu preso nas ferragens.
<b>Data de publicação</b>	07/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/02/07/carreta-bate-em-onibus-parado-em-rodovia-e-deixa-4-mortos-e-feridos-na-ms-040.ghtml">https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/02/07/carreta-bate-em-onibus-parado-em-rodovia-e-deixa-4-mortos-e-feridos-na-ms-040.ghtml</a>

O segundo texto que envolve bolivianos em contexto de acidente faz referência à colisão entre um ônibus e uma carreta – o primeiro, com passageiros bolivianos, e a segunda, dirigida por um brasileiro –. De início, chama a atenção o fato de que os viajantes são caracterizados basicamente por seu gentílico, ao passo que a nacionalidade do caminhoneiro é ocultada, preferindo-se representá-lo por sua profissão. Conforme se explica no corpo da notícia, o ônibus parou nas margens da rodovia para realizar um reparo mecânico e sinalizou adequadamente o local, cumprindo as normas exigidas – à diferença do motorista da carreta, que trafegava em velocidade acima da permitida –. Diante disso, percebe-se que o brasileiro

se portou de forma indevida e provocou o acidente. No entanto, para não atribuir a culpa a um compatriota, o enunciador oculta o adjetivo pátrio do homem e o retrata a partir de sua ocupação, de modo a sutilmente pontuar que era um trabalhador no exercício de sua função – o que ameniza sua imagem –. Já no que tange aos estrangeiros, seu único traço distintivo é ser da Bolívia; não há menção a termos como *passageiros*, *imigrantes* ou algo que lhes conceda outro papel temático, como ocorre com o motorista.

Também há de se salientar que o G1 busca elidir a responsabilidade do brasileiro ao focar nos automóveis. Inclusive, embora se explicita na manchete que a carreta atingiu o ônibus, isso é feito via voz passiva, o que atenua a autoria. Ademais, o verbo *deixa*, que está na voz ativa e introduz os resultados trágicos do incidente, tem como sujeito o termo *ônibus*, que, por sua vez, está ligado aos bolivianos, já que os trazia. Logo, pela forma como o enunciado é construído, potencializa-se uma relação causante entre os viajantes e o acidente, quando, na verdade, eles são as vítimas.

O subtítulo, por sua vez, menciona a origem do ônibus e seu destino. A partir desse dado, o enunciador aciona representações contidas na práxis enunciativa nacional acerca de bolivianos migrando para São Paulo – entre as quais as mais costumeiras são “a pobreza, o sofrimento e a semiescavidão” (SIMAI; BAENINGER, 2012, p. 198), que tendem a colocá-los em posição de subalternidade –. Obviamente, todas essas isotopias estão virtualizadas, de modo que o enunciatário precisaria fazer uma extrapolação a partir do saber compartilhado pela sociedade brasileira. Contudo, é possível notar certo demérito aos estrangeiros pelo fato de o jornal, em vez de detalhar o que houve com os passageiros, preferir frisar o que ocorreu com a carreta, além de trazer o motorista junto ao verbo *morrer* na voz ativa – que tem um caráter mais impactante e gera maior empatia –.

Em síntese, o texto BOL-ACI-2 trata principalmente de amenizar a responsabilidade que o brasileiro teve pelo acidente. Para isso, omite sua nacionalidade e o apresenta por sua profissão, além de especificar seu trágico desfecho, apaziguando sua culpa. Já os bolivianos são caracterizados apenas por seu gentílico e recebem pouca atenção, a começar pelo fato de serem sintetizados pela figura do *ônibus*, o que lhes subtrai a dimensão humana e os coloca em um lugar de inferioridade. Ademais, três das vítimas fatais eram estrangeiras, porém não há quaisquer detalhes sobre elas nos elementos titulares, apagamento esse que denota a pouca relevância dada aos referidos cidadãos internacionais.

### 5.2.3 *Homicídio*

<b>Código de identificação</b>	BOL-HOM-1
<b>Manchete</b>	Dupla é presa suspeita de participação na morte de boliviano em Brasileira, interior do Acre.
<b>Subtítulo</b>	PM-AC apreendeu armas, drogas e dinheiro após crime em Brasileira. Denúncia anônima ajudou as equipes policiais ( <i>sic</i> ) a chegar ( <i>sic</i> ) até os suspeitos.
<b>Data de publicação</b>	14/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/04/14/dupla-e-presa-suspeita-de-participacao-na-morte-de-boliviano-em-brasileia-interior-do-acre.ghtml">https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/04/14/dupla-e-presa-suspeita-de-participacao-na-morte-de-boliviano-em-brasileia-interior-do-acre.ghtml</a>

O primeiro texto referente a homicídios traz um boliviano na condição de vítima. Nesse sentido, embora ocupe um papel fundamental no ocorrido, o estrangeiro é relegado a uma posição periférica, visto que o interesse recai sobre a ação da polícia para resolver o caso. Assim, a manchete começa mencionando a prisão dos supostos criminosos, os quais são identificados pelo termo *dupla*. De caráter mais atenuado, a palavra evita maiores detalhes sobre os envolvidos, como que eram dois brasileiros. Isso, somado à construção *participação na morte de boliviano*, confere uma aura mais átona ao caso, mitigando a gravidade do fato e a responsabilidade dos homens ao omitir que, em tese, eles assassinaram o estrangeiro. Este, por sua vez, é caracterizado apenas por sua nacionalidade e é fracamente focalizado no fragmento.

O subtítulo, a seu turno, mantém a abordagem da manchete ao dar protagonismo aos agentes de segurança – que, à diferença do boliviano, aparecem como sujeito do fazer –. A menção a *armas, drogas e dinheiro* recupera a isotopia de facção criminosa, o que outorga maior mérito à polícia ao mostrá-la antagonizando com organizações delitivas e com alto grau de periculosidade. Em seguida, cita-se uma denúncia anônima que, enquanto objeto modal, ajudou as equipes policiais a encontrarem os suspeitos e lhes impor sanções pragmáticas.

Dessarte, observa-se que, no texto BOL-HOM-1, o estrangeiro até se encontra presente, porém é fracamente assumido, dado que não ocupa nenhum papel de notória relevância no enredo: o sujeito do fazer é a polícia, os antissujeitos são os criminosos e a denúncia desponta como objeto modal. Também há de se salientar a atonia que permeia o fragmento, a qual se opõe à descrição feita no corpo da notícia: enquanto neste a descrição do crime delinea a tematização de uma execução, na manchete e no subtítulo isso é atenuado e apresentado apenas como *morte*. Considerando a omissão da nacionalidade dos delinquentes e o abrandamento da natureza do delito, dá-se a impressão de que o G1 não quis atribuir explicitamente a autoria de uma infração tão grave a cidadãos brasileiros. Ademais, ao mesmo

tempo em que busca suavizar a ação dos supostos homicidas, destaca a presteza da polícia brasileira, que, além de encontrar os criminosos, ainda apreendeu materiais ilegais. Logo, vê-se que, quando se trata de compatriotas, o portal realça as atitudes positivas e ameniza as negativas.

A seguir, a próxima notícia:

<b>Código de identificação</b>	BOL-HOM-2
<b>Manchete</b>	Menor de 17 anos é apreendido suspeito de matar boliviano em cidade da fronteira no AC.
<b>Subtítulo</b>	Polícia diz que arma usada no crime estava com o menor. Morte foi no dia 13 deste mês em Brasileia.
<b>Data de publicação</b>	30/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/04/30/menor-de-17-anos-e-apreendido-suspeito-de-matar-boliviano-em-cidade-da-fronteira-no-ac.ghtml">https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/04/30/menor-de-17-anos-e-apreendido-suspeito-de-matar-boliviano-em-cidade-da-fronteira-no-ac.ghtml</a>

O texto BOL-HOM-2 traz um desdobramento do caso noticiado anteriormente. Assim como ocorreu em BOL-HOM-1, o boliviano aparece expresso, porém fracamente assumido. Por conseguinte, vislumbra-se que, conquanto detenha papel relevante no fato, sua presença é um mero detalhe, já que o enunciador optou por se concentrar noutros aspectos do crime. Nesse sentido, três elementos despontam por seu incremento na afetividade: o fato de o suposto delinquente ser menor de idade, o verbo *matar* e o local da ocorrência do homicídio.

Em primeiro lugar, salienta-se que o esclarecimento de que o provável assassino é menor recupera, na práxis enunciativa, os dilemas acerca da maioridade penal, tema sensível que costuma mobilizar afetos intensos na sociedade. Nesse perspectiva, até a menção à idade do suspeito dialoga com essa cadeia de discursos precedentes, visto que um dos alvos preferidos dos defensores da redução da maioridade penal são justamente adolescentes de 17 anos, que recebem penas mais brandas ainda que lhes falte pouco para cumprir 18 anos. De igual modo, embora se omita a nacionalidade brasileira do jovem, aqui não há a tentativa de abrandar sua imagem como ocorrido no texto anterior, uma vez que o rapaz não aparece somente como destinatário da sanção pragmática da polícia, mas também como sujeito do fazer cuja ação foi *matar*. Nesse caso, o G1 não tenta suavizar o delito, a exemplo de *participação em morte*; ao contrário, o portal é direto e recorre a um termo mais tônico que aqueles empregados na outra manchete. Finalmente, os mecanismos de espacialização – e, em especial, o sintagma *cidade da fronteira* – ajudam a ampliar a afetividade do fragmento. Nesse sentido, sabe-se que cidades fronteiriças são zonas de transição, nas quais já se nota a

influência do país vizinho. Com isso, verifica-se que, em que pese estar no Brasil, o fato de ser na fronteira adiciona certo componente de mistura ao lugar. Portanto, virtualmente se justificaria a existência dos desvios explicitados na manchete, haja vista a proximidade com a nação boliviana. Além disso, afasta-se o ocorrido do centro sensível do discurso, lançando-o à periferia do campo de presença.

Finalmente, no que tange ao subtítulo, trata-se de amenizar o componente sensível sutilmente explorado na manchete. Como observado em outras ocasiões, aqui o G1 tenta contrabalancear a intensidade de um trecho com a extensidade do outro, de modo que o conjunto pareça equilibrado e crível. Dessa maneira, além de localizar o ocorrido no tempo (*dia 13 deste mês*) e especificar o espaço (*Brasileia*), também atribui à polícia as informações, redimindo-se da responsabilidade pelo dito e ampliando sua credibilidade ao ter como fonte o referido órgão estatal.

Em suma, comparando-se os dois textos dessa isotropia, vê-se que o G1 adotou trato semelhante no que concerne ao estrangeiro (trazendo-o em condição acessória), porém diferiu quanto aos brasileiros. Apesar de não ter evidenciado sua nacionalidade em nenhum dos fragmentos, em BOL-HOM-1 se tentava amenizar o ato cometido pelos criminosos e glorificar a polícia. BOL-HOM-2, por sua vez, expõe sem delongas o que ocorreu, valendo-se, para isso, de termos mais tônicos. No entanto, ainda trata de pontuar que o cenário de tudo isso é a fronteira, de modo a conceder uma explicação virtual à delinquência descrita: não é o Brasil puro, mas sim um Brasil que já se mescla com a Bolívia, logo, um Brasil profanado.

#### 5.2.4 Trabalho escravo

<b>Código de identificação</b>	BOL-ESC-1
<b>Manchete</b>	Oito imigrantes bolivianos são libertados durante operação contra trabalho análogo à escravidão em SP.
<b>Subtítulo</b>	Ação foi realizada pela Secretaria de Justiça e Cidadania. Vítimas trabalhavam até 14 horas por dia e ficavam 24 horas no mesmo local. Dois homens foram presos por tráfico de pessoas e organização criminosa.
<b>Data de publicação</b>	18/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/18/oito-imigrantes-bolivianos-sao-libertados-durante-operacao-contra-trabalho-analogo-a-escravidao-em-sp.ghtml">https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/18/oito-imigrantes-bolivianos-sao-libertados-durante-operacao-contra-trabalho-analogo-a-escravidao-em-sp.ghtml</a>

O primeiro texto a trazer bolivianos em situação de trabalho escravo descreve um resgate realizado pela Secretaria de Justiça e Cidadania de São Paulo. Nesse contexto, chama

a atenção a maneira como os estrangeiros são intitulados: diferentemente do que vinha sendo observado, aqui não é sua nacionalidade que detém o protagonismo, mas sim sua condição de *imigrante*. Inclusive, esse detalhe se mostra interessante em virtude de sua raridade, já que, nas demais isotopias, nunca se falava do boliviano enquanto imigrante (ainda que ele o fosse). Além disso, BOL-ESC-1 evidencia expressamente o papel temático de *vítima*, algo que se encontrava fracamente apreendido nos outros textos. Por conta disso, constrói-se um movimento de empatia com esses cidadãos, de modo que os afetos do enunciatário são positivamente mobilizados – no sentido de gerar piedade e acolhimento –.

De igual modo, há outros termos que viabilizam uma atitude mais simpática em relação aos estrangeiros. Nesse sentido, ressalta-se o termo *libertado*, que resguarda, no nível fundamental, uma oposição à ideia de aprisionamento. Isso, somado à palavra *trabalho*, aciona uma valoração eufórica dos estrangeiros ao enfatizar seu sofrimento e sublinhar seu papel temático profissional. Por essa razão, ainda que o G1 se valha de uma postura majoritariamente enunciativa para caracterizar a exploração ilegal dos obreiros (haja vista o uso de lugares comuns como *análogo à escravidão*), mobiliza-se certa compaixão pelos bolivianos.

O subtítulo, por sua vez, também colabora com tal movimento. Para isso, recorre-se a dados extensivos (a quantidade de horas) para acentuar a dimensão sensível. Ao mencionar que os imigrantes tinham jornadas de 14 horas diárias e eram impedidos de deixar o ambiente de trabalho (algo expresso, porém, de forma menos contundente pela construção *ficavam 24 horas no mesmo local*), quantifica-se, de certo modo, seu suplício, corroborando sua gravidade sem recorrer a juízos de valor explícitos, como adjetivos. Por último, embora se omita a nacionalidade brasileira daqueles que escravizaram os bolivianos, não se almeja amenizar sua imagem, já que se mencionam abertamente os crimes cometidos – o que inclusive intensifica o calvário sofrido pelos estrangeiros, pois agrega ao trabalho escravo a isotopia de tráfico humano, a qual é igualmente grave –.

De modo geral, o texto BOL-ESC-1 traça uma atitude mais propensa à mistura e à admissão que a uma triagem de caráter excludente. Isso se dá, a seu turno, pela condição de enorme vulnerabilidade social em que se achavam os estrangeiros. Em vista disso, o enunciador recorre a estratégias discursivas que buscam evidenciar o sofrimento dos bolivianos, com o intuito de que os leitores se compadeçam e construam um movimento de tolerância. Isso, porém, não é feito de forma superlativa, mas sim mediante sutilezas: a condição de *vítima* e *imigrante* constrói a imagem de um sujeito do qual vale a pena apiedar-se; a quantidade de horas trabalhadas e o tempo que ficavam no local de trabalho permitem

entrever, de forma mais átona e extensiva, suas jornadas exaustivas e sua privação de liberdade; e a presença de termos como *escravidão* e *tráfico de pessoas* atualiza no discurso conhecimentos culturais sobre tais crimes e os danos por ele causados, mas sem trazê-los explicitamente, o que conferiria um viés mais impactante e apelativo.

Finalmente, segue abaixo a última notícia envolvendo cidadãos da Bolívia:

<b>Código de identificação</b>	BOL-ESC-2
<b>Manchete</b>	Bolivianos são encontrados em situação análoga à escravidão em oficina de costura em Indaiatuba.
<b>Subtítulo</b>	Operação encontrou 25 trabalhadores e filhos deles em condições degradantes de trabalho e alojamento. Empregador assinou um TAC, onde se comprometeu em reparar as irregularidades.
<b>Data de publicação</b>	29/06/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/06/29/bolivianos-sao-encontrados-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-oficina-de-costura-em-indaiatuba.ghtml">https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/06/29/bolivianos-sao-encontrados-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-oficina-de-costura-em-indaiatuba.ghtml</a>

O texto BOL-ESC-2 também traz bolivianos enquanto vítimas de trabalho escravo, porém o faz de maneira menos enfática. Vê-se que, em termos de actorialização, os estrangeiros são, em um primeiro momento, tratados apenas por sua nacionalidade, o que não enseja tanta empatia quanto no texto anterior, no qual o gentílico era apenas um adjunto adnominal, e não o núcleo do sujeito. Entretanto, no subtítulo, consta o termo *trabalhadores*, que sim confere aos bolivianos um papel temático para além de sua origem nacional e que pode, à primeira vista, conceder-lhes uma valoração positiva ao relacioná-los à noção de esforço. Contudo, ao associá-los genericamente ao ato de trabalhar – sem especificar sua profissão –, o enunciador circunscreve os estrangeiros a um regime de programação, ou seja, a uma narrativa rotineira e sem especialização.

Além dos fatores apresentados, há outros que respaldam a maior atonia deste texto em comparação ao anterior. Primeiramente, cabe pontuar que dizer que os estrangeiros *foram encontrados* não tem o mesmo impacto que anunciar que *foram libertados*. Enquanto a primeira tem um caráter mais banal e apenas informa em que estado os sujeitos estavam quando as autoridades os acharam, a segunda tem uma maior carga afetiva, pois delinea uma condição anterior de cárcere, de privação de liberdade. Inclusive por isso, no texto anterior, menciona-se o órgão responsável pela ação, ao passo que aqui se faz uso de um termo genérico (*operação*). Como a primeira tinha uma natureza “salvadora”, tratou-se de realçar o sujeito que a executou para, implicitamente, destacar sua competência; neste texto, por outro

lado, essa ideia de resgate não está realizada, o que dá ao fato um ar de trivialidade. De igual modo, falar *situação análoga à escravidão* não é tão efetivo quanto *trabalho análogo à escravidão*. Embora ambos tragam explicitamente a palavra *escravidão* (a qual pode evocar um conjunto de conhecimentos históricos e sociais no enunciatário), o vocábulo *trabalho* atualiza no texto a ideia de que os estrangeiros eram obreiros, que estavam executando uma atividade laboral, enquanto *situação* tem um caráter mais vago e inespecífico.

Outrossim, neste texto, as vítimas ocupam principalmente os papéis de sujeitos de estado e de destinatários da ação de *encontrar*. O anterior, por sua vez, trazia os bolivianos também como sujeitos do fazer ao mencionar que eles *trabalhavam* (o que, novamente, reitera o universo do trabalho, que, socialmente, costuma receber uma axiologia positiva, em oposição à preguiça e à vadiagem). Nesse sentido, apesar de essa ideia aparecer no subtítulo de BOL-ESC-2 via *trabalhadores* e *trabalho*, ela não é tão reforçada quanto no exemplo 1 desta subseção. Frisa-se, igualmente, que, apesar de a quantidade de pessoas exploradas e a presença também de seus filhos encerrarem um caráter mais tônico, o efeito de sentido geral é átono, até pelo uso de expressões cristalizadas como *condições degradantes de trabalho* – as quais, segundo Bueno (2020), têm um viés mais impessoal e demonstram pouco engajamento social, caracterizando um enunciador indiferente à situação –.

Por último, comenta-se o fragmento *empregador assinou um termo e se comprometeu a reparar irregularidades*. Ao sintetizar o crime a partir da noção de *irregularidade*, o enunciador suaviza a dimensão delitiva da prática, o que não ocorreu no primeiro texto. À vista disso, observa-se que, a nível contextual, a diferença entre o caso anterior e este é que aqui o empregador também é boliviano, enquanto no outro os algozes eram brasileiros. Por essa razão, percebe-se que aos trabalhadores lhes é negada a condição de vítimas plenas, pois aquele que os enganou foi um compatriota. Logo, como o conjunto "bolivianos" teria um elemento ruim, o enunciador não executa uma seleção para diferenciar os bons dos maus, tomando todos como uma coisa só, em uma dinâmica de universalidade. Assim, nem os explorados são tratados com comoção, nem o explorador com indignação.

Em suma, vê-se que o texto BOL-ESC-2 está inclinado à mistura, mas não tanto quanto o seu predecessor. Embora haja alguns fragmentos que levem o enunciatário a solidarizar-se com os bolivianos (como *25 trabalhadores e filhos deles*), o tom geral é de certa inércia e apatia, o que, ao parecer, ocorre pelo fato de o empregador também ser boliviano: como a nacionalidade é o principal qualificativo empregado pelo G1 ao referir-se a estrangeiros, ela atua como um elemento de agregação e unificação entre eles; assim, considerando que são todos bolivianos, a existência de um mau exemplo degrada o grupo por

completo, de maneira que as trabalhadoras não podem gozar plenamente da condição de vítimas por virem de um conjunto corrompido.

### 5.2.5 *Síntese da representação de bolivianos*

Finda a análise de todos os textos relativos a bolivianos, é possível chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, no que corresponde ao tráfico de drogas, percebe-se que ambos os textos trazem outras tematizações em posição secundária, o que se dá sobretudo pela presença de menores de idade no ocorrido. Ao mencionar que os criminosos estavam em companhia de crianças enquanto cometiam o delito, atualiza-se no discurso certa falta de escrúpulos. No entanto, isso é feito de forma diferente, a depender de quem estava executando a ação de traficar. Em BOL-DRO-1, um brasileiro e um boliviano estavam envolvidos, ao passo que em BOL-DRO-2 eram apenas bolivianos. Por conta disso, o primeiro texto tematiza a atitude amoral de modo mais átono e tende a relegar à responsabilidade ao estrangeiro ao triar sua nacionalidade e ocultar a do brasileiro, além de não especificar quantos anos tinha o pequeno que os acompanhava. Já o segundo texto explicita de imediato o local de origem dos infratores e, ademais, cita a pouquíssima idade da criança – o que, somado ao fato de que era um casal, abre margem para a concepção de que era uma família, algo que torna a situação ainda mais grave –. Em síntese, embora nenhum dos dois exemplos sejam superlativamente impactantes, constata-se que BOL-DRO-2 tem um grau de tonicidade mais acentuado que o primeiro.

Já no que concerne à isotopia de acidente, visualiza-se, em BOL-ACI-2, uma leve tentativa de atribuir à culpa aos bolivianos, ainda que eles sejam as vítimas. Isso ocorre quando a responsabilidade pelas mortes é atrelada a *ônibus com bolivianos*, e não à *carreta* dirigida por um brasileiro. Além disso, faz-se uma sutil triagem ao trazer, de modo realizado, detalhes sobre o que ocorreu com o caminhoneiro, ao passo que a sorte dos estrangeiros é relegada à inaniidade. Já no caso de BOL-ACI-1, percebe-se um esforço para acentuar a culpa da boliviana ao associá-la à noção de desastre, além de também triá-la, porém de uma forma mais efetiva ao anunciar seu retorno à Bolívia. Não obstante, para amenizar o caráter excludente desse movimento de pejoração, o G1 noticia essa informação por meio de uma debreagem de segundo grau, o que suaviza o afeto ao apresentar a decisão como uma autoexclusão, além de promover o distanciamento do enunciador quanto ao conteúdo, haja vista este ser apresentado como uma citação da acusada. Em vista do exposto, é possível afirmar que ambos os textos estão cimentados em operações de triagem, porém o primeiro o

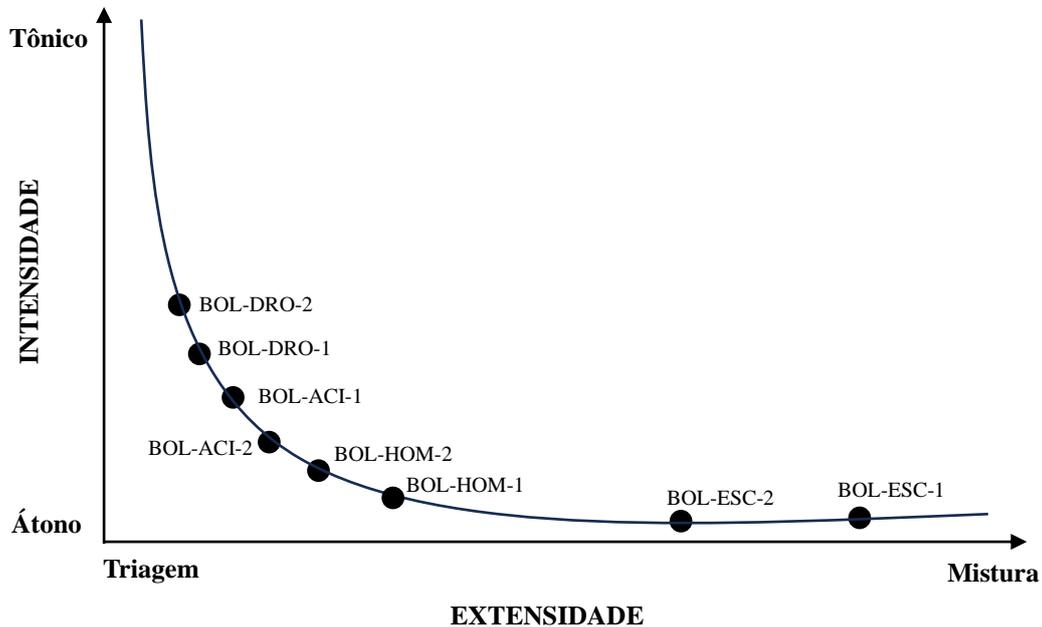
faz de modo mais átono que o segundo. Ainda assim, destaca-se que nenhum é especialmente superlativo.

A isotopia de homicídio, a seu turno, traz duas manchetes referentes ao mesmo caso: o assassinato de um boliviano no Acre. Nos dois textos, o estrangeiro até se encontra presente, porém é fracamente assumido, de modo que ocupa uma posição potencial. Em contrapartida, os brasileiros angariam a atenção: em BOL-HOM-1, suaviza-se a responsabilidade dos homicidas mediante termos átonos como *participação em morte*, mas se ressalta a competência da polícia, já que ela não somente deu com os criminosos, mas também apreendeu materiais ilegais; já em BOL-HOM-2, o foco é no suposto assassino, que é delineado de maneira mais tônica (vide o fato de ser menor de idade e aparecer como sujeito do fazer associado à ação de *matar*). O boliviano, porém, desempenha um papel tão acessório (conquanto seja a vítima do delito) que parece segregado da cena descrita e relegado à periferia do campo de presença.

Por fim, no que tange ao trabalho escravo, constrói-se um movimento de empatia com os bolivianos, o que traça uma atitude mais propensa à mistura e à admissão. BOL-ESC-1, porém, tende mais aos valores de universo que BOL-ESC-2, conforme se observa no detalhamento do ato de resgate (*foram libertados vs. foram achados*), nos papéis temáticos atribuídos aos estrangeiros (*imigrantes, bolivianos e vítimas vs. bolivianos e trabalhadores*), na descrição das condições em que eles se encontravam (*trabalhavam até 14 horas por dia e ficavam 24 horas no mesmo local vs. condições degradantes de trabalho e alojamento*) e pela maneira como se apresenta o entorno criminoso (*dois homens foram presos por tráfico de pessoas e organização criminosa vs. empregador se comprometeu em reparar as irregularidades*).

Em vista do exposto, é possível organizar os textos no seguinte gráfico tensivo:

Gráfico 3 – Organização tensiva dos textos referentes a bolivianos



Fonte: elaborado pela autora

O gráfico acima assinala que, em contextos relativos a trabalho escravo, os bolivianos são inseridos em zonas de mistura, o que se verifica sobretudo pelos papéis temáticos concedidos aos estrangeiros. Ao apresentá-los como *imigrantes*, *vítimas* e *trabalhadores*, o G1 os humaniza e os instaura como grandezas positivas, operando sob uma ética da responsabilidade e fomentando uma tolerância branda. Por outro lado, nas demais isotopias, a tendência é que os bolivianos sejam segregados, o que já se evidencia pela própria especificação da nacionalidade do indivíduo. Em alguns casos, como BOL-DRO-1, isso fica mais evidente, já que se ressalta a presença do cidadão internacional ao mesmo tempo em que se oculta a do brasileiro; em outras situações, no entanto, o movimento de triagem resulta da representação disfórica feita do boliviano, o que o coloca como uma grandeza que deve ser repelida, como ocorre em BOL-DRO-2. Essa estratégia também é adotada em BOL-ACI-1, que opera sob uma visão positiva da triagem e ilustra explicitamente um programa de eliminação (retirada de uma grandeza negativa). Por fim, em BOL-ACI-2, BOL-HOM-2 e BOL-HOM-1, conquanto sejam vítimas, os estrangeiros são segregados, seja por serem indiretamente responsabilizados pelo que lhes ocorreu (BOL-ACI-2), seja pelo pouco crédito dado à sua presença (BOL-HOM-2 e BOL-HOM-1). Neste último caso, ao serem fracamente focalizados, eles são lançados à periferia do campo posicional, em uma construção identitária que os instaura como seres praticamente irrelevantes, indignos de receberem a atenção do Nós.

### 5.3 Colombianos

No que diz respeito aos cidadãos da Colômbia, as isotopias que se sobressaíram quantitativamente foram as de (i) homicídio, (ii) tráfico de drogas, (iii) extorsão e (iv) furto, as quais serão analisadas nessa ordem.

#### 5.3.1 Homicídio

<b>Código de identificação</b>	COL-HOM-1
<b>Manchete</b>	Colombiano que matou motociclista no trânsito paga fiança de R\$20 mil e é solto com tornozeleira eletrônica.
<b>Subtítulo</b>	Antes, a fiança havia sido estipulada em R\$50 mil. O jovem Matheus Frota da Rocha morreu com 27 anos e a namorada ficou gravemente ferida.
<b>Data de publicação</b>	28/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/03/28/colombiano-que-matou-motociclista-no-transito-paga-fianca-de-r-20-mil-e-e-solto-com-tornozeleira-eletronica.ghtml">https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/03/28/colombiano-que-matou-motociclista-no-transito-paga-fianca-de-r-20-mil-e-e-solto-com-tornozeleira-eletronica.ghtml</a>

O primeiro texto referente a colombianos remonta a um acidente de trânsito no qual o estrangeiro colidiu contra um casal de motociclistas brasileiros e foi embora sem prestar socorro. De modo geral, vislumbra-se que o principal papel temático associado ao infrator é seu local de origem, de modo a ressaltar que foi uma pessoa da Colômbia que cometeu o delito. De igual maneira, ele também é apresentado como um sujeito do fazer cujas ações são de ordem mais tônica, a exemplo do verbo *matou*, que demarca sem delongas seu caráter homicida, e do ato de *pagar fiança*. Neste último caso, o pagamento da fiança e a posterior soltura do homem acionam no leitor certa isotopia de injustiça, em especial pelo fato de se aclarar que antes a fiança tinha um valor bem mais elevado.

Cabe mencionar, outrossim, que a divulgação da quantia reforça uma imagem negativa do colombiano, haja vista atualizar no discurso a perspectiva socialmente difundida de que indivíduos abastados podem esquivar-se de punições mais severas. Importa pontuar, ainda, que se mostra curiosa a omissão da identidade do sujeito do fazer que concedeu uma sanção pragmática positiva ao colombiano (tanto no que concerne à redução da fiança quanto à liberdade). Ao longo do texto, esclarece-se que a decisão foi ordenada pela Justiça do Mato Grosso do Sul, porém, na manchete, esconde-se esse dado a partir de uma construção passiva sem explicitação do agente, de modo a resguardar a instituição brasileira de qualquer

reprimenda por parte do enunciatório e, assim, transformar o caso em uma situação de brasileiros contra colombianos, um Nós vs. Eles.

Nesse sentido, é perceptível que, na mesma medida em que o estrangeiro é retratado mediante termos que visam mobilizar negativamente os afetos do leitor, os brasileiros são descritos a partir de características que levam o enunciatório a sentir-se comovido. A título de exemplo, percebe-se, inicialmente, o uso do adjetivo *jovem* para qualificar a vítima, o que encerra a percepção de que sua vida foi ceifada muito cedo – inclusive, divulga-se sua idade, de forma que um dado extensivo realça a dimensão afetiva ao respaldar numericamente sua jovialidade –. Também há de se sublinhar a veiculação do nome completo do brasileiro, o que cria um efeito de sentido de individualização, triando-o da multidão e enfocando sua identidade – à diferença do que ocorre com o colombiano, que, ao ser tratado apenas por seu gentílico, surge como “um cidadão qualquer da Colômbia” –. Logo, a menção ao nome completo concede um caráter especial ao brasileiro e o aproxima do centro do campo de presença, despertando, nesse processo, paixões benevolentes. Por oposição, a individualidade do estrangeiro se perde e é lançada para as fronteiras do campo, algo que, somado às atitudes que ele teve, enseja sentimentos de antipatia e raiva. Finalmente, cumpre sinalizar que a mesma empatia é observada com relação à namorada do falecido – embora em menor grau, já que ela ocupa um papel temático relacional: não se frisa sua identidade, mas sim o que ela era do rapaz; por conseguinte, sua presença não se encontra em uma dimensão tão realizada quanto a do companheiro –. Não obstante, esse sentimento de solidariedade emerge a partir do advérbio *gravemente*, que intensifica sua condição de ferida e gera piedade.

Em vista do exposto, é possível afirmar que o texto COL-HOM-1 arrola algumas isotopias tanto aos brasileiros quanto ao colombiano. No caso das vítimas, elas são tratadas com maior empatia ao terem sua individualidade reconhecida e sua condição de saúde ressaltada. Além disso, por meio de termos que ensejam juízos de valor (como o adjetivo *jovem* e o advérbio *gravemente*), o enunciador rompe com a suposta imparcialidade jornalística e se insere no discurso, permitindo entrever certa postura enunciativa em detrimento do caráter enuncivo que prevalece no resto do texto. Já no caso do estrangeiro, busca-se incutir-lhe não somente a figura de assassino; ao afirmar que ele se livrou da punição a partir do pagamento de fiança, aciona-se, via práxis enunciativa, toda uma construção social acerca da impunidade, de como pessoas abastadas conseguem se desvencilhar de punições mais graves em virtude de sua condição socioeconômica – o que mobiliza paixões malevolentes no enunciatório e o leva a um movimento de intolerância com o colombiano, que é visto como uma ameaça à segurança dos cidadãos brasileiros –.

Finalizada a análise do primeiro texto, passar-se-á ao próximo:

<b>Código de identificação</b>	COL-HOM-2
<b>Manchete</b>	Colombiano atingido com um tiro na garganta morre no hospital em Roraima.
<b>Subtítulo</b>	Caso ocorreu na noite do domingo (29), no bairro 13 de Setembro. Vítima foi identificada como Diego Leon Hernandez.
<b>Data de publicação</b>	31/05/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/05/31/colombiano-atingido-com-um-tiro-na-garganta-morre-no-hospital-em-roraima.ghtml">https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/05/31/colombiano-atingido-com-um-tiro-na-garganta-morre-no-hospital-em-roraima.ghtml</a>

A segunda notícia envolvendo colombianos em contexto de homicídio traz o estrangeiro na condição de vítima. Nesse sentido, conquanto a primeira aparição dele faça alusão ao papel temático concernente a seu local de origem, visualizam-se, no subtítulo, outras atribuições ao homem, como *vítima* e seu nome completo. Tais elementos servem para humanizá-lo e conceder-lhe uma identidade individualizada – embora isso não seja feito no mesmo grau de mistura prestado à vítima (brasileira) do texto anterior –. Isso ocorre, entre outros aspectos, pelo fato de que, em COL-HOM-1, a descrição do falecido continha elementos de ordem enunciativa, mediante os quais o enunciador se projetava pessoalmente no enunciado por meio de adjetivos e advérbios de modo; aqui, pelo contrário, a debragem actorial é enunciativa, de sorte que a identificação do estrangeiro é feita de uma forma mais distante. Em vista disso, percebe-se que o enunciado até conduz o enunciatário a solidarizar-se com o colombiano (já que há um movimento de individualizá-lo e humanizá-lo), porém de forma mais átona em virtude do afastamento que o enunciador impõe entre si e o morto.

Por outro lado, há de se destacar a atenuação do homicídio do qual ele foi vítima, algo que, no primeiro texto, era fortemente focalizado e apreendido. Aqui, por outro lado, utiliza-se a construção *atingido com um tiro* em vez de utilizar um verbo que expusesse efetivamente o fato de que ele foi assassinado. Também há de se frisar que, ainda que a expressão *tiro na garganta* possua um teor mais figurativo e impactante – gerando um efeito de sentido mais tônico –, o texto, de forma geral, tem um caráter mais átono em decorrência do apagamento do teor do crime. Inclusive, ressalta-se a utilização do termo *caso* para referir-se ao ocorrido, o que também atenua o caráter delitivo associado à ocorrência. Finalmente, salienta-se a omissão do sujeito do fazer que atuou como antissujeito do programa narrativo do colombiano ao tirar-lhe a vida. Enquanto no primeiro texto (em que o estrangeiro era o assassino) a presença do infrator estava realizada, aqui se esconde a identidade de quem



um delito, mas também enganou a companheira e maculou um momento que, na semiosfera compartilhada pela sociedade ocidental, costuma ser de celebração do compromisso recém firmado.

Outrossim, cabe destacar que, em ambos os fragmentos, os colombianos aparecem ligados mormente a construções passivas (*é preso, foi detido, foi contida*), conferindo-lhes um caráter majoritariamente de sujeito de estado e destinatário de sanções pragmáticas. No caso do homem, enfatiza-se o delito mediante dados bastante extensivos, como a quantidade de drogas apreendidas (*6,5 quilos de droga*), o esconderijo dos entorpecentes (*em fundo falso de bagagens*) e o local da ocorrência (*Aeroporto do Recife*) – iconizações que ajudam a desacelerar o discurso e incrementar a extensidade –. Já no caso da mulher, foca-se muito mais na reação que ela teve, o que, em certa medida, confere uma aura um pouco mais sensacionalista aos trechos porque, além da questão do tráfico de drogas, também acaba acionando certa tematização de embate matrimonial. Já à polícia é concedida uma posição de sujeito do fazer – que, além de prestar informações à mídia, também atua impondo a sanção pragmática ao criminoso –. Ademais, a presença da polícia serve para que o enunciador se distancie da situação ao atribuir os dados às autoridades. Com isso, ele atenua sua própria responsabilidade quanto ao conteúdo asseverado e ao caráter sensacionalista que a notícia adquire, resguardando, dessa maneira, a imagem de seriedade e profissionalidade.

Em suma, percebe-se que o que mais corrobora uma imagem negativa do colombiano não é tanto a tematização que se encontra realizada, mas sim a que está atualizada. Embora não esteja necessariamente expressa, a percepção de ausência de honradez é fortemente assumida, já que o homem não só incorreu no crime de tráfico internacional de entorpecentes, como também enganou a própria esposa e a envolveu nesse plano durante a lua de mel do casal – falta de moralidade essa que, por sua vez, induz uma intolerância branda contra o estrangeiro –. Também cabe assinalar que o principal sujeito do fazer da notícia em questão é a polícia, ao passo que os detidos ocupam majoritariamente o lugar de sujeito de estado. Por último, ressalta-se que prevalece um tom mais inteligível, o que só é rompido pela menção à revolta da esposa, a qual adiciona um componente dramático ao fato e, com isso, ajuda a despertar a atenção do leitor.

A seguir, a próxima notícia pertencente a essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	COL-DRO-2
<b>Manchete</b>	Colombiano é preso no Aeroporto do Recife com um quilo de cocaína na bagagem de mão; droga seria entregue na França.



desdobramento da notícia, mostra-se de pouca relevância, o enunciador evidencia que lhe é prioritário apontar que a droga foi adquirida na Colômbia e que cidadãos colombianos e venezuelanos estavam envolvidos no esquema – recrudescendo, assim, a imagem das nações vizinhas –.

Em resumo, o texto COL-DRO-2 explora mormente a dimensão extensiva, tanto pelos variados detalhes veiculados quanto pela ausência de termos mais impactantes. Ainda assim, ao referir-se à entrada da droga no Brasil, figurativiza-se a entrada de uma grandeza no campo de presença nacional, o que conduz a um leve incremento da afetividade. Já a saída da droga – que pressuporia um afastamento do centro sensível – não chegou a ocorrer (vide o emprego do futuro do pretérito), de modo que a grandeza negativa permanece maculando o campo. Dessa maneira, cria-se a percepção de que a entrada dos estrangeiros promoveu uma profanação do campo de presença, porquanto trouxe objetos disfóricos ao território nacional.

### 5.3.3 Extorsão

<b>Código de identificação</b>	COL-EXT-1
<b>Manchete</b>	Mulher é suspeita de contratar colombianos para extorquir R\$ 30 mil de ex-sócia em Goiânia.
<b>Subtítulo</b>	Vídeo mostra quando os estrangeiros visitam o local de trabalho da empresária. A investigação descobriu que os colombianos usaram ameaças para fazer a cobrança.
<b>Data de publicação</b>	06/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/04/06/ex-socia-e-suspeita-de-contratar-colombianos-para-extorquir-r-30-mil-de-comerciante-em-goiania.ghtml">https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/04/06/ex-socia-e-suspeita-de-contratar-colombianos-para-extorquir-r-30-mil-de-comerciante-em-goiania.ghtml</a>

Neste primeiro texto que associa colombianos ao crime de extorsão, é possível entrever a formação ideológica do enunciador a partir de algumas escolhas textuais. Inicialmente, faz-se mister contextualizar o ocorrido: uma brasileira contratou um brasileiro para cobrar uma dívida por desavenças comerciais. Ele, por sua vez, delegou a função a dois colombianos, que procederam com a extorsão. Partindo disso, vê-se que os elementos titulares não retratam fidedignamente o fato, já que o homem que atuou como intermediário foi suprimido da manchete. De igual maneira, o adjetivo pátrio da mandante foi apagado, de sorte que ela é referida apenas como *mulher*, promovendo uma atenuação de marca.

Os estrangeiros, a seu turno, são evocados basicamente por sua nacionalidade e aparecem como sujeitos do fazer relacionados a ações que aludem diretamente ao delito,

como *extorquir, usar ameaças, fazer a cobrança* etc. Embora em alguns momentos se busque abrandar essa associação (como o emprego de *visitar*, verbo que traz um matiz de cortesia que não condiz com o que os homens foram fazer), predomina a visão de que eles eram os únicos responsáveis. Considerando, portanto, que o vínculo dos colombianos com o crime é reiterado ao longo do texto, e que o elo entre os dois brasileiros e a extorsão é atenuado, o enunciador conduz o enunciatário a atrelar a conduta delituosa apenas aos cidadãos internacionais.

Em oposição aos colombianos, desponta a imagem da vítima, a qual aparece relacionada majoritariamente ao papel temático profissional. Figuras como *empresária, ex-sócia e local de trabalho* constroem o retrato de alguém que se dedicava a uma atividade produtiva, algo que, quando cotejado com o fazer dos estrangeiros, recebe uma valoração eufórica. Isso, somado ao fato de que ela foi destinatária da manipulação por intimidação perpetrada pelos criminosos e de que tentaram lhe usurpar uma quantia robusta (*R\$ 30 mil*), promove um movimento de solidarização com a mulher e, conseqüentemente, de animosidade contra os colombianos – em outras palavras, mobilizam-se paixões benevolentes pelos iguais e malevolentes contra os diferentes –.

Em vista do exposto, percebe-se uma tentativa de apagar a participação de brasileiros no crime, de modo a culpabilizar apenas os estrangeiros. Isso é percebido, entre outros elementos, pela virtualização de um dos brasileiros na manchete e pela branda identificação feita da mandante do delito. Já os dois colombianos são constantemente relacionados a figuras que aludem à isotopia de extorsão, mormente na condição de sujeitos de fazer que executaram ações repreensíveis. Por fim, frisa-se que a vítima – brasileira – é caracterizada a partir de figuras que não só remontam ao universo do trabalho, mas que também retomam certa tematização de riqueza (o termo *empresária*, por exemplo, atualiza no discurso esse ideal de abastança) – duas características que recebem investimentos semânticos eufóricos –. Com isso, delineia-se uma oposição entre *brasileiros trabalhadores vs. colombianos infratores*, o que enseja raiva contra os estrangeiros. Em síntese, ao instituir somente o Outro como uma ameaça, propugna-se um movimento de intolerância contra o dessemelhante, que desponta como alguém que atenta contra o bem-estar do grupo modelar – no caso, os cidadãos do Brasil –.

A seguir, o próximo texto referente a essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	COL-EXT-2
<b>Manchete</b>	PM prende suspeito de extorquir colombianos no DF.
<b>Subtítulo</b>	Segundo Polícia Militar, homem faz parte de uma quadrilha que cobrava

	R\$ 200 por semana, de cada vítima, para que estrangeiros pudessem trabalhar. Eles eram entregadores de comida na região de Sobradinho.
<b>Data de publicação</b>	04/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/04/pm-prende-suspeito-de-extorquir-colombianos-no-df.ghtml">https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/04/pm-prende-suspeito-de-extorquir-colombianos-no-df.ghtml</a>

Neste segundo texto, os colombianos aparecem na condição de destinatários do fazer delitivo. Nesse sentido, percebe-se um trato diferente do observado em COL-EXT-1, a começar pelo fato de que os estrangeiros – embora sejam identificados na manchete apenas por seu gentílico – despontam no subtítulo vinculados a termos que marcam sua condição de vítima, além de outros que reiteram o papel temático do trabalho. Com isso, a imagem dos cidadãos internacionais se reveste de um caráter eufórico, o qual, em última instância, enseja um movimento de admissão dessa alteridade. Cabe mencionar, igualmente, que essa empatia se sustenta, sobretudo, na compaixão, já que a menção à atividade à qual se dedicavam as vítimas (*entregadores de comida*) atualiza no discurso a figura de um profissional pouco remunerado. Assim, ao expor a quantia cobrada, o G1 não somente quantifica a extorsão, dando-lhe contornos mais concretos, mas também aciona a percepção de que os entregadores eram submetidos a uma cobrança que provavelmente comprometia grande parte de sua renda – algo que intensifica seu estado de vítima –.

Em que pese esse trato mais cordial com as vítimas estrangeiras, vislumbra-se que o criminoso ainda é tratado de forma mais suave, especialmente no que tange aos substantivos que o identificam. Ainda que o infrator apareça como sujeito do fazer de verbos que remontam ao delito (*extorquir, faz parte de uma quadrilha, cobrava*), os termos que o nomeiam têm uma marcação mais atenuada (como *suspeito e homem*). Além disso, sua nacionalidade é ocultada, de modo a encobrir a participação de um brasileiro no crime. Em vez disso, realça-se o papel das autoridades policiais do país, ao trazer a Polícia Militar enquanto sancionador da ação do acusado e enquanto fonte das informações noticiadas, o que permite que o enunciador se distancie da ocorrência ao mesmo tempo que a recobre de credibilidade, haja vista os dados provirem de órgãos oficiais.

Sinteticamente, pode-se dizer que, em COL-EXT-2, estabelece-se um regime de admissão com os colombianos, o que se dá não tanto por serem estrangeiros, mas sim por seu lugar de vítima e, em especial, por sua caracterização como trabalhadores. Além disso, o fato de eles serem extorquidos quando possuem uma ocupação profissional marcada pela insegurança e por ganhos reduzidos recrudescer seu sofrimento, conduzindo, assim, a um movimento de empatia com tais sujeitos. Vislumbra-se, por conseguinte, que no que tange à

isotopia de extorsão, o G1 buscou retratar as vítimas de forma positiva, independentemente de serem brasileiros ou estrangeiros. Para isso, empregou estratégias semelhantes, mormente no que diz respeito à alusão ao universo do trabalho e à condição financeira dos ameaçados. Contudo, constatam-se diferenças no trato dado aos criminosos. Embora, em ambos os casos, os verbos delatassem um fazer delitivo, os substantivos utilizados para caracterizar os infratores permitem entrever que os brasileiros são mencionados majoritariamente mediante termos mais atenuados, como *homem* e *mulher*, ao passo que, no caso dos estrangeiros, faz-se questão de trazer o papel temático relativo ao país de origem como elemento identificativo prioritário, de sorte a marcar a conexão entre o crime e sua nacionalidade.

#### 5.3.4 Furto

<b>Código de identificação</b>	COL-FUR-1
<b>Manchete</b>	Trio de colombianos é preso por furto a farmácia em São José.
<b>Subtítulo</b>	Os três entravam nos estabelecimentos e, enquanto um deles distraía os funcionários, outros dois colocavam cosméticos em uma bolsa.
<b>Data de publicação</b>	18/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/03/10/trio-de-colombianos-e-preso-por-furto-a-farmacia-em-sao-jose.ghtml">https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/03/10/trio-de-colombianos-e-preso-por-furto-a-farmacia-em-sao-jose.ghtml</a>

O texto COL-FUR-1 apresenta um nível de impessoalidade bastante notório, não só pelas debreagens enuncivas executadas, mas também pela atonia que perpassa o enunciado. Nesse sentido, observa-se que os estrangeiros – como de costume – são apresentados prioritariamente por sua nacionalidade e ora despontam como sujeitos de estado que foram destinatários de uma sanção pragmática (como ocorre na manchete em *é preso*), ora aparecem como sujeitos do fazer atrelados a ações que remontam ao delito (como se vê no subtítulo, em que constam *entram*, *distraía* e *colocavam*). Ainda assim, nenhum desses termos apresenta um grau de impacto muito elevado, tanto que – com exceção do termo *furto* – a isotopia do referido crime não está realizada em nenhum dos verbos cujo sujeito é o trio de colombianos. Na verdade, a caracterização do delito se constrói a partir da concatenação das ações executadas pelos sujeitos, já que o verbo que alude propriamente à infração é *colocar*, o qual, a priori, não ilustra explicitamente um delito, como ocorre com *roubar* ou *furtar*.

De igual maneira, ressalta-se a ausência de maiores detalhes sobre a situação, em especial no que concerne a mecanismos de temporalização e actorialização. No que diz respeito à primeira, não há nenhum elemento que insira o fato em uma data específica; quanto

à segunda, além dos estrangeiros, são mencionados os funcionários da farmácia, porém estes não ocupam um papel de relevância, servindo apenas para ilustrar o *modus operandi* dos infratores. Essa postura difere do que se observou em outras manchetes analisadas, nas quais o G1 buscava situar o ocorrido e suas fontes – com a finalidade de gerar um efeito de sentido de realidade e, dessa forma, tornar-se mais crível –. Diante disso, acredita-se que o distanciamento imposto com relação ao conteúdo e a falta de pormenores se deve à frivolidade do caso, já que, além do crime ter pouca periculosidade, o objeto de valor visado pelos colombianos é ínfimo (*cosméticos*).

Em suma, percebe-se que o texto COL-FUR-1 constrói a tematização delituosa de maneira majoritariamente sutil. Além do termo *furto* (que o faz de modo explícito), a concatenação das ações realizadas pelos colombianos também aponta nessa direção (porém de maneira pouco focalizada). Ademais, o uso de verbos no pretérito imperfeito sugere certa programação no fazer dos estrangeiros, haja vista indicar que não foi uma atitude pontual, mas sim que eles se dedicavam àquilo com certa frequência. Ainda assim, essa caracterização é fracamente visada e assumida, o que, somada à frivolidade do caso, não mobiliza paixões marcadamente acentuadas contra os infratores.

Finalmente, segue abaixo a última notícia envolvendo cidadãos da Colômbia:

<b>Código de identificação</b>	COL-FUR-2
<b>Manchete</b>	Colombianos e chileno são detidos em BH suspeitos de furtos de produtos dermocosméticos.
<b>Subtítulo</b>	Segundo a polícia, produtos de pele estavam dentro de carro sem nota fiscal.
<b>Data de publicação</b>	03/06/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/06/03/colombianos-e-chilenos-sao-detidos-em-bh-suspeitos-de-furtos-de-produtos-dermocosmeticos.ghtml">https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/06/03/colombianos-e-chilenos-sao-detidos-em-bh-suspeitos-de-furtos-de-produtos-dermocosmeticos.ghtml</a>

O segundo texto a trazer colombianos cometendo furto noticia um caso semelhante ao anterior, com a diferença de que aqui também havia um chileno envolvido. Nesse sentido, observa-se que o enunciador diferencia as nacionalidades e as explicita, diferentemente do que costuma ocorrer quando um dos supostos delinquentes é brasileiro. Apesar disso, pode-se afirmar que o trato concedido aos infratores é prioritariamente átono, uma vez que eles aparecem como sujeitos de estado, destinatários da sanção pragmática da polícia e referidos como *suspeitos*. Ademais, eles não aparecem vinculados a nenhuma ação que aponte abertamente para o crime em questão.

Faz-se mister reiterar, outrossim, que a isotopia delituosa se realiza basicamente a partir do termo *furtos*, dado que a descrição do ato perpetrado pelos estrangeiros não é tão ilustrativa quanto a do texto COL-FUR-1. A ausência de nota fiscal, em si, apreende e focaliza fracamente a noção de furto. De igual modo, aquilo que sugere certa programação no fazer dos suspeitos é o fato de a palavra *furtos* estar no plural, permitindo entrever que a prática não se deu apenas uma vez. Contudo, esse elemento – que também é fracamente visado e expresso – é ainda mais sutil que aquele que trazia essa noção no texto anterior (verbos no pretérito imperfeito). Para contrabalancear essa intangibilidade, o enunciador expõe a fonte como forma de conferir senso de realidade ao ocorrido e credibilidade à informação – embora isso não ocorra de forma tão proeminente, visto que o termo *polícia* surge de modo genérico, sem especificar qual foi a instituição policial responsável pelos dados –.

De modo geral, constata-se que o texto COL-FUR-2 compartilha com o seu antecessor a forma átona como a isotopia delitiva é focalizada e apreendida. Inclusive, a ausência de impacto se faz ainda mais notória aqui, já que os infratores não aparecem vinculados a nenhum fazer inerentemente relacionado a furto. Também cabe ressaltar que a sua caracterização como sujeitos programados, que se dedicam a esse delito, é bastante sutil. Tudo isso, somado à insignificância do objeto de valor (*produtos de pele*) e ao local onde se deu o ocorrido (*Belo Horizonte*, uma das maiores cidade do país) suscita a indagação de por que noticiar tal fato, já que a natureza do delito é ínfima quando comparada a outros que se dão em grandes capitais. Além disso, o estranhamento se torna ainda mais latente quando se considera o alcance do G1. Frente a isso, acredita-se que o fato só foi veiculado em um portal de cobertura nacional porque os infratores são estrangeiros, tanto que a única característica que se ressalta deles é sua origem; não há termos que indiquem um elevado grau de periculosidade ou mesmo que apontem escancaradamente a uma conduta reiterada.

### **5.3.5 Síntese da representação de colombianos**

Após a análise dos textos sobre colombianos, alguns pontos se sobressaíram. Em primeiro lugar, no que se refere aos dois exemplares relativos a homicídio, nota-se que o G1 busca humanizar e individualizar as vítimas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras. Em ambos os casos, constam seus nomes completos, além de construções que delineiam explicitamente seu sofrimento, posicionando-as em uma zona mais participativa, de admissão. No entanto, em COL-HOM-1, a descrição do falecido (brasileiro) continha elementos de ordem enunciativa, mediante os quais o enunciador se projetava pessoalmente no enunciado por

meio de adjetivos e advérbios de modo. Já em COL-HOM-2, a debreagem actorial é enunciativa, de sorte que a identificação do colombiano assassinado é feita de uma forma mais distante, o que conduz a uma solidarização mais tênue em virtude do afastamento que o enunciador impõe entre si e o morto. Ademais, nesse segundo texto, percebe-se a suavização do crime do qual o estrangeiro foi vítima, já que se emprega a construção *atingido com um tiro*, que outorga certa aleatoriedade ao ocorrido e disfarça o fato de que ele foi executado. Finalmente, cumpre destacar o modo como os homicidas são retratados. No texto 2, não há menção a quem atirou contra o colombiano. Em contrapartida, no texto 1, o assassino (colombiano) é apresentado como um sujeito do fazer cujas ações são de ordem mais tônica e que demarcam sem delongas seu caráter homicida. Outrossim, a menção à soltura do homem após o pagamento de fiança (a qual, a propósito, teve seu valor reduzido a menos da metade) acionam a isotopia de injustiça – o que mobiliza paixões malevolentes no enunciatário e o leva a um movimento de segregação tônica do estrangeiro, que é visto como uma ameaça à segurança dos cidadãos brasileiros –.

Já no que diz respeito aos textos sobre narcotráfico, ambos inserem os estrangeiros em uma zona mais exclusiva, porém COL-DRO-1 o faz de modo mais tônico que COL-DRO-2. Isso ocorre não tanto pelo crime de tráfico em si – já que, nas duas ocasiões, os colombianos foram apreendidos no aeroporto de Recife com cocaína na bagagem –, mas sim pela isotopia de falta de escrúpulos que se encontra atualizada no texto 1. Embora não esteja necessariamente expressa, a percepção de ausência de honradez é fortemente assumida, já que o homem não só incorreu no crime de tráfico internacional de entorpecentes, como também enganou a própria esposa e a envolveu nesse plano durante a lua de mel do casal. Já no segundo texto, embora a ideia de narcotráfico esteja realizada, o que desponta é o caráter odisseico que o fato adquiriu, já que o sujeito passou por inúmeras cidades até ser descoberto. Também chama a atenção a relevância dada, nos elementos titulares, ao adjuvante venezuelano (algo que, no texto em si, surge como um detalhe de menor importância). Com isso, o enunciador evidencia que lhe é prioritário apontar que cidadãos da Colômbia e da Venezuela estavam envolvidos no esquema – recrudescendo, assim, a imagem das nações vizinhas –.

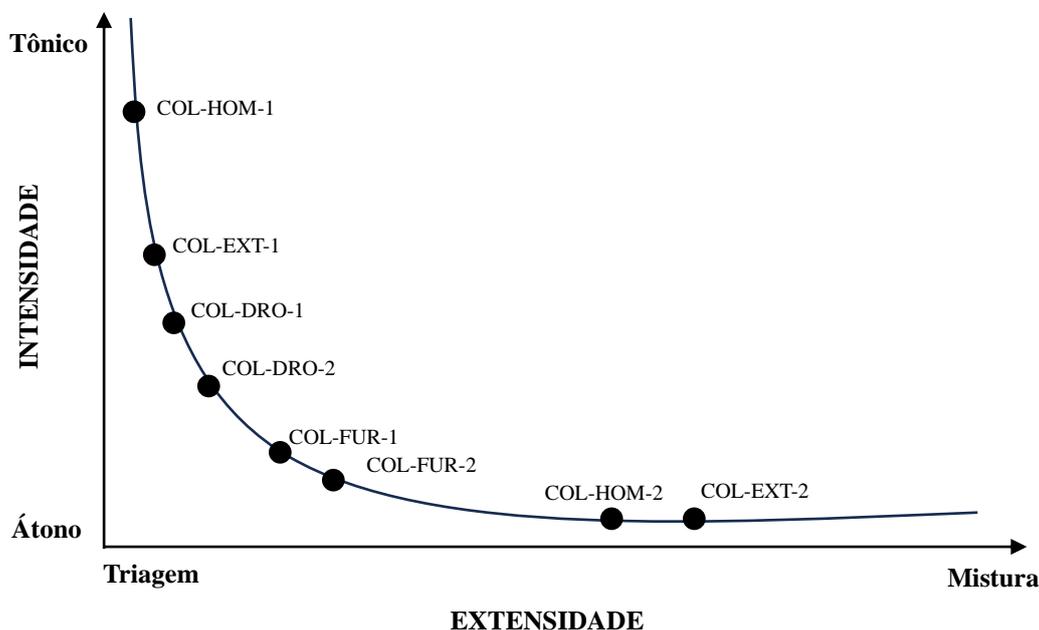
Por sua vez, a isotopia de extorsão revelou um trato simpático e participativo com as vítimas e adverso e excludente com os criminosos. Porém, a depender da nacionalidade do indivíduo, isso ocorria de modo mais atenuado ou acentuado. Em COL-EXT-1, havia brasileiros entre os suspeitos, porém seu elo com a extorsão foi amenizado (seja pela supressão de sua presença na manchete, seja por sua nomeação a partir de termos banais,

como *mulher*). Por outro lado, os colombianos são triados e seu vínculo com o crime é reiterado ao longo do texto, uma vez que aparecem sobretudo enquanto sujeitos do fazer que executaram ações típicas do delito em questão. Com isso, o enunciador conduz o enunciatário a vincular a conduta delituosa apenas aos cidadãos internacionais. Já a vítima (brasileira) é caracterizada a partir de figuras que aludem ao universo do trabalho e que também retomam certa tematização de riqueza – duas características que recebem investimentos semânticos eufóricos –. Em COL-EXT-2, as vítimas (colombianas) também aparecem associadas ao papel temático profissional e têm sua condição financeira revelada via atualização. Contudo, aqui é o fato de elas serem financeiramente fragilizadas o que gera empatia e conduz a um regime de admissão. Já o infrator (brasileiro) até aparece como sujeito do fazer de verbos que remontam ao delito, porém os termos que o nomeiam têm uma natureza mais atenuada (como *suspeito* e *homem*). Além disso, sua nacionalidade é ocultada, de modo a encobrir a participação de um compatriota no crime – o que, no caso dos estrangeiros, não é feito; ao contrário, faz-se questão de trazer o papel temático relativo ao país de origem como elemento identificativo prioritário, de sorte a marcar a conexão entre o crime e sua nacionalidade –.

Por fim, no que tange a furto, em nenhum dos textos são mobilizadas paixões marcadamente acentuadas contra os infratores, já que a isotopia delitiva é focalizada e apreendida de forma prioritariamente átona. Em COL-FUR-1, a caracterização do delito se constrói a partir da concatenação das ações executadas pelos sujeitos e, de forma mais explícita, a partir da palavra *furto*. Em COL-FUR-2, é basicamente a menção à infração que traz à tona a isotopia, pois os colombianos sequer surgem como sujeitos do fazer. Outrossim, é deveras sutil a sugestão de que os estrangeiros estavam submetidos a um regime de programação e se dedicavam reiteradamente ao crime (uso do pretérito imperfeito no texto 1 e emprego de *furtos*, no plural, no texto 2). Essa caracterização delituosa fracamente visada e assumida, somada à frivolidade dos casos e à insignificância dos objetos furtados (*cosméticos*), reveste os dois textos de atonia – embora o primeiro, ao detalhar o modus operandi dos suspeitos, levemente conduza a uma maior animosidade contra os estrangeiros –.

Em vista do exposto, é possível organizar os textos no seguinte gráfico tensivo:

Gráfico 4 – Organização tensiva dos textos referentes a colombianos



Fonte: elaborado pela autora

O gráfico acima expõe que, de modo geral, os colombianos são inseridos em zonas de triagem. Somente dois textos se encontram mais próximos à mistura, e isso ocorre pelo fato de, nesses casos, o estrangeiro despontar como o destinatário de fazeres malevolentes, ou seja, como a vítima. Quando, ao contrário, o colombiano se instaura como o sujeito que incorreu no delito, a situação se inverte e é promovido um movimento excludente, que pode ser mais ou menos acentuado segundo as isotopias que se encontram atualizadas no discurso. No caso de COL-HOM-1, a tematização da impunidade é fortemente focalizada, o que acentua o caráter disfórico associado ao homicídio e coloca o estrangeiro como uma grandeza que precisa ser retirada do conjunto. Já em COL-EXT-1, a triagem fica evidenciada pelo ato de imputar toda a responsabilidade pelo crime aos cidadãos internacionais e apagar o envolvimento dos brasileiros, de sorte que, dentro do conjunto de criminosos, somente os colombianos fiquem associados à extorsão. Finalmente, quanto aos textos relativos a narcotráfico e a furto, a própria aclaração acerca da nacionalidade do actante já funciona, em certa medida, como um elemento de triagem, a qual se dá de modo mais enfático a depender da presença de outras isotopias disfóricas, como a de amoralidade, presente em COL-DRO-1.

#### 5.4 Paraguaios

No que diz respeito aos cidadãos do Paraguai, as isotopias que se sobressaíram

quantitativamente foram as de (i) acidente, (ii) trabalho escravo, (iii) tráfico de drogas e (iv) tráfico de armas, as quais serão analisadas nessa ordem.

#### 5.4.1 *Acidente*

<b>Código de identificação</b>	PAR-ACI-1
<b>Manchete</b>	Caminhoneiro paraguaio fica gravemente ferido após caminhão tombar na BR-373, em Imbituva.
<b>Subtítulo</b>	Carga de soja derramou sobre a pista após o acidente, e a rodovia chegou a ficar parcialmente interditada para o atendimento.
<b>Data de publicação</b>	29/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2022/03/29/caminhoneiro-paraguaio-fica-gravemente-ferido-apos-caminhao-tombar-na-br-373-em-imituva.ghtml">https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2022/03/29/caminhoneiro-paraguaio-fica-gravemente-ferido-apos-caminhao-tombar-na-br-373-em-imituva.ghtml</a>

Este primeiro texto referente a cidadãos paraguaios em contexto de acidente permite entrever, em primeiro lugar, que o estrangeiro não é caracterizado apenas por seu papel temático nacional. Na verdade, esse atributo aparece em segundo plano, pois o que de fato se sobressai é a isotopia profissional. Também há de se mencionar que, na manchete, esse sujeito de estado tem sua situação de saúde realçada a partir do advérbio de modo *gravemente*, que enfatiza seu sofrimento. Ademais, o fato de se atribuir a causa do acidente a uma ação do caminhão (e não a algo que o motorista fez, visto que ele conduzia o veículo), atualiza no enunciado o caráter de vítima do paraguaio. Toda essa construção, por sua vez, instaura o caminhoneiro em uma zona participativa ao acionar uma isotopia de solidariedade, não só pelo que lhe ocorreu, mas também por isso ter se dado quando o homem exercia sua labor profissional. Outrossim, direciona o foco narrativo ao referido actante, conferindo-lhe protagonismo.

Não obstante, essa condição de protagonista é totalmente desconstruída no subtítulo. Conquanto se afirme que o estado de saúde do motorista é grave, não há qualquer menção, nos elementos titulares, ao que aconteceu com ele posteriormente (algo que sim é explicitado no corpo da notícia). Na verdade, o portal preferiu enfatizar o que ocorreu com a carga e o transtorno que o acidente pressupôs ao funcionamento da rodovia. Inclusive, percebe-se que elementos que, em tese, deveriam constar como objetos assumem a condição de sujeitos, como é o caso de *carga de soja* e *rodovia* (respectivamente, sujeito do fazer e sujeito de estado). Por fim, o enunciado sutilmente vincula o homem à interdição da estrada ao empregar o termo *atendimento*. A partir disso, assume-se fracamente a ideia de que o bloqueio

se deu em virtude dos serviços de saúde que assistiram o paraguaio, e não pelo derramamento de soja na pista. Logo, mais que o tombamento do caminhão, o que realmente causou o fechamento da estrada foi a presença do paraguaio e a necessidade de socorrê-lo – o que muito sutilmente lhe atribui a culpa pelo transtorno –. De igual modo, ao selecionar as consequências do acidente em vez dos desdobramentos relativos ao estado de saúde do caminhoneiro, o enunciador expõe o que julga mais importante de constar no título.

Em suma, percebe-se que, embora em um primeiro momento o G1 adote uma postura de maior humanização com o estrangeiro – colocando-o em papéis temáticos que costumam receber avaliações axiológicas eufóricas, como o de vítima e o de profissional –, esse movimento de humanização é apenas superficial. Quando se passa ao subtítulo (cujas função é trazer mais detalhes sobre o caso), o enunciador opta por explicar o que aconteceu com a carga, não fornecer novidades sobre a saúde do motorista. Com isso, visualiza-se que o texto PAR-ACI-1 fica em um meio termo: se cria na manchete um regime participativo, que tende à admissão ao gerar paixões benevolentes a favor do indivíduo; contudo, ao apagar sua existência no subtítulo e retirá-lo do campo de presença, termina-se outorgando ao sujeito um papel de irrelevância e até de estorvo ao sugerir que o fechamento da rodovia se deu porque estavam socorrendo-o.

Finalizada a análise do primeiro texto, passar-se-á ao próximo:

<b>Código de identificação</b>	PAR-ACI-2
<b>Manchete</b>	Passageira de moto morre e piloto fica ferido após serem atingidos por carro de motorista paraguaio, diz Guarda Municipal de Curitiba.
<b>Subtítulo</b>	Acidente aconteceu na esquina entre a Avenida Sete de Setembro e a Rua João Negrão; segundo a guarda, motorista do carro disse que se confundiu e acabou fazendo uma conversão proibida.
<b>Data de publicação</b>	13/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/04/13/passageira-de-moto-morre-e-piloto-fica-ferido-apos-serem-atingidos-por-carro-de-motorista-paraguaio-diz-guarda-municipal-de-curitiba.ghtml">https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/04/13/passageira-de-moto-morre-e-piloto-fica-ferido-apos-serem-atingidos-por-carro-de-motorista-paraguaio-diz-guarda-municipal-de-curitiba.ghtml</a>

Já o segundo texto traz o estrangeiro na posição de causador do acidente, o que obviamente modifica a maneira como ele é retratado. Em primeiro lugar, visualiza-se que as vítimas brasileiras, à semelhança da vítima do texto anterior, ocupam a função de sujeito de estado e têm seu estado de saúde explicitado de imediato, o que induz o compadecimento do enunciatário. Subsequentemente, o fragmento *após serem atingidos por carro de motorista paraguaio* desponta por sua construção sintática pouco comum, pois, uma vez explicitado que

os ocupantes da moto foram atingidos por um carro, não haveria – em tese – a necessidade de especificar que este pertencia a um motorista porque se entende que os veículos são conduzidos por alguém. À vista disso, constata-se que esse sintagma (*carro de motorista paraguaio*) tem como principal objetivo pontuar a nacionalidade do motorista, tanto que o adjetivo pátrio, embora sintaticamente ocupe um lugar acessório ao ser um adjunto adnominal, termina sendo o elemento mais fortemente focalizado do trecho, aquilo que de fato se almeja ressaltar.

Posteriormente, percebe-se que o G1 tenta não somente se distanciar do ocorrido, mas também revesti-lo de certo grau de realidade. Para isso, o enunciador atribui as informações à Guarda Municipal, eximindo-se da responsabilidade, e fornece dados detalhados no que concerne à espacialização, em um mecanismo de iconização que reitera a inteligibilidade. De igual modo, no final do subtítulo, o portal impõe uma distância ainda mais expressiva entre si e o fato ao fazer uma debreagem de terceiro grau, reportando uma fala que o acusado supostamente disse à polícia. Com esse movimento, reduz-se a focalização do conteúdo, afastando-o do centro do discurso e lançando-o à periferia do campo de presença, o que o dissocia daquilo que está expresso no enunciado. Assim, a ideia de que o homem se confundiu não é realmente assumida, e sim tomada como uma desculpa dada pelo motorista – o que tampouco ajuda a sua imagem, já que recupera a tematização de alguém que não admite a própria responsabilidade –.

Diante do exposto, vê-se que o texto PAR-ACI-2 trata de imputar uma identidade negativa ao estrangeiro, não somente pela negligência que este teve no trânsito, mas também pelo caráter pouco focalizado de suas justificativas. Além disso, percebe-se que sua nacionalidade, embora ocupe uma posição sintática secundária, é fortemente focalizada (inclusive mais que *motorista*, o qual, a priori, é o núcleo do sintagma). Com isso, sugere-se que o fato de o homem ser paraguaio facilitou o acidente, de sorte que se termina assignando, de modo tácito, uma isotopia de displicência aos cidadãos do país vizinho.

#### 5.4.2 Trabalho escravo

<b>Código de identificação</b>	PAR-ESC-1
<b>Manchete</b>	Operação resgata 13 trabalhadores paraguaios de condições análogas à escravidão em Pirapozinho.
<b>Subtítulo</b>	Auditores localizaram os estrangeiros vivendo em “condições degradantes”, incluindo um adolescente. Vítimas serão indenizadas e devem retornar ao país vizinho.

<b>Data de publicação</b>	14/04/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/04/14/operacao-resgata-13-trabalhadores-paraguaios-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-pirapozinho.ghtml">https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2022/04/14/operacao-resgata-13-trabalhadores-paraguaios-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-pirapozinho.ghtml</a>

O primeiro texto referente à isotopia de trabalho escravo insere os cidadãos internacionais em uma zona participativa em decorrência da maneira amistosa como sua identidade é construída. Nesse sentido, chamam a atenção os papéis temáticos empregados para identificar os paraguaios: além de sua nacionalidade, constam também sua condição de *trabalhadores*, de *estrangeiros* e de *vítimas*, com foco na tematização profissional. Tais elementos, a seu turno, contribuem à mobilização de paixões benevolentes no enunciário, já que essa sequência de atributos – somada ao fato de esses sujeitos de estado terem sido destinatários de uma ação de resgate que objetivava retirá-los de um regime análogo à escravidão – delinea a isotopia de vulnerabilidade social.

Em que pese esse movimento de admissão inicial, quando se analisam os fragmentos detidamente, constata-se que o enunciador não se engaja de maneira acentuada com a situação dos estrangeiros, visto que aborda o caso majoritariamente a partir de lugares comuns e debreagens enuncivas. O único momento em que se vislumbra sutilmente uma postura de ordem enunciativa é quando se faz referência ao Paraguai como *país vizinho*. Diferentemente do que se observou em ARG-RAC-1 e BOL-ACI-1, textos que também anunciavam que o estrangeiro voltaria a seu país, aqui se empregou um adjetivo que designa a nação estrangeira a partir de sua proximidade geográfica com o Brasil (e não algo mais impessoal, como *retornar ao país de origem* ou *retornar ao Paraguai*). Com isso, o G1 se insere minimamente no enunciado e aproxima os paraguaios do centro sensível do campo de presença – embora o faça de maneira fracamente focalizada e apreendida, instaurando um valor de vacuidade –.

Além desse pequeno detalhe, outro termo que contribui para incrementar a dimensão da intensidade (ainda que de modo ínfimo) é a menção a *adolescente*. Ao triá-lo do conjunto de trabalhadores e trazê-lo à parte, o enunciador atualiza no discurso a isotopia de trabalho infantil, o que recrudescer a caracterização do empregador (brasileiro). No entanto, não há alusão a este nos fragmentos titulares; os únicos brasileiros enfatizados são os auditores do trabalho, que ocupam o papel de sujeito do fazer e que atuam como adjuvantes no programa narrativo dos paraguaios, ajudando-os a entrar em conjunção com a liberdade. Ademais, ao atribuir aos fiscais, via debreagem de segundo grau, a caracterização das condições em que se achavam os trabalhadores, o G1 se exime da responsabilidade do conteúdo ao mesmo tempo em que angaria credibilidade para si.

De modo geral, percebe-se que, assim como se deu no caso dos bolivianos, aqui a isotopia de trabalho escravo também inseriu as vítimas em regimes mais participativos e induziu o compadecimento dos enunciatários a partir da isotopia de vulnerabilidade social. Isso se percebe mormente pelo fato de que os estrangeiros são identificados não somente por sua identidade nacional, mas também por seu papel temático profissional – além de terem sua condição de vítima exposta –. Cabe ressaltar, porém, que o enunciador busca erigir uma identidade mais favorável aos trabalhadores, mas sem se engajar ativamente, preferindo distanciar-se do conteúdo manifestado e inclusive atribuí-lo a outrem. Além disso, chama a atenção a omissão da identidade do brasileiro que escravizou os paraguaios, o que permite entrever uma tentativa de salvaguardar a reputação nacional ao suprimir a existência de um compatriota em condição de antissujeito, optando, ao invés disso, por ressaltar apenas o trabalho dos auditores, os quais, por terem ajudado os trabalhadores, recebem uma valoração eufórica.

A seguir, o próximo texto relativo a essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	PAR-ESC-2
<b>Manchete</b>	À base de água de poço e animais de caça: grupo de trabalhadores é resgatado em situação análoga à escravidão na fronteira com Paraguai.
<b>Subtítulo</b>	Sete trabalhadores, todos paraguaios, ficaram por oito meses trabalhando em situação degradante. O resgate foi feito em operação comandada pelo Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS).
<b>Data de publicação</b>	22/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/03/22/a-base-de-agua-de-poco-e-animais-de-caca-grupo-de-trabalhadores-e-resgatado-em-situacao-analoga-a-escravidao-na-fronteira-com-paraguai.ghtml">https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/03/22/a-base-de-agua-de-poco-e-animais-de-caca-grupo-de-trabalhadores-e-resgatado-em-situacao-analoga-a-escravidao-na-fronteira-com-paraguai.ghtml</a>

O segundo texto se diferencia do anterior por explorar, de início, o eixo da intensidade. Para caracterizar a situação dos estrangeiros, o enunciador emprega, no começo da manchete, figuras impactantes que atualizam no discurso a percepção de que as vítimas eram tratadas de forma animalesca. Nesse sentido, essa sequência de imagens (*à base de água de poço e animais de caça*) recrudescer a tonicidade do fato, fazendo-o adentrar com mais força o campo de presença do enunciatário e aproximando o ocorrido do centro sensível. Em decorrência disso, os paraguaios se veem, de imediato, inseridos em uma zona participativa dada a solidariedade que seu estado desperta. Ao longo do texto, esse movimento de admissão se acentua a partir das figuras que identificam o grupo, com ênfase no papel temático profissional – o qual é realizado frequentemente ao longo do texto –. Ademais, importa frisar

que, à diferença do que se observou em PAR-ESC-1 e em outros textos que traziam o estrangeiro como proletário, aqui, essa condição não aparece particularizada pelo gentílico (o qual, nos demais exemplos, ocupava a posição de adjunto adnominal); neste caso, menciona-se que eram paraguaios, porém essa informação vem na forma de aposto explicativo. Essa mudança sintática sugere um processo de mistura, já que não se busca triar os sujeitos a partir de seu lugar de origem, singularizando-os dentro do conjunto dos trabalhadores. Ao contrário, sua nacionalidade é apenas um adendo, um detalhe, não algo que especifica e restringe sua identidade.

Apesar de, a priori, haver essa manipulação sensível e a instauração de uma zona participativa, verifica-se que o enunciador também evita se colocar enunciativamente ante o ocorrido. Para isso, emprega lugares comuns para fazer referência ao trabalho escravo, além de valer-se de debreagens actoriais e espaciais enuncivas. Inclusive, acerca destas últimas, frisa-se o esclarecimento de que o fato se deu na fronteira com o Paraguai, o que conduz a grandeza às extremidades do campo posicional e a afasta do centro sensível, ampliando seu grau de inteligibilidade.

Em seguida, no começo do subtítulo, são trazidas informações de ordem extensiva, como a especificação de quantos trabalhadores eram e quanto tempo eles viveram em condições degradantes. Depois, o enunciador segue com o viés racional ao mencionar o sujeito do fazer que resgatou os estrangeiros, o que repete a abordagem vista em outras ocasiões: congratulam-se as autoridades ao passo que se omite a identidade dos brasileiros que escravizaram os trabalhadores internacionais, o que serve para conferir credibilidade ao jornal, incrementar o senso de realidade da notícia e salvaguardar a imagem dos brasileiros ao trazê-los como adjuvantes do programa narrativo das vítimas, não como antissujeitos.

Em suma, o texto PAR-ESC-2 se vale de movimentos de aproximação e afastamento do centro sensível. A princípio, opera-se uma abordagem mais impactante do trabalho escravo ao se valer da reiteração de figuras tônicas. Posteriormente, apazígua-se essa tonicidade a partir de expressões cristalizadas e impessoais acerca do trabalho escravo, além da aclaração de que o ocorrido se deu na fronteira (logo, em uma zona de transição, em um Brasil que já se mescla com o Paraguai). Já no subtítulo, segue-se com a tendência extensiva mediante a mensuração do tempo e das pessoas (o que dá um aspecto mais concreto ao sofrimento deles), e da menção às autoridades responsáveis pelo resgate. Com tais variações, o enunciador logra chamar a atenção do público ao mesmo tempo em que mantém uma imagem de seriedade. Finalmente, este texto, assim como o anterior, estabelece com os estrangeiros um regime de tolerância moderada. Porém, ainda que de natureza mais tônica que o predecessor, PAR-ESC-

2 não chega à tolerância ativa, que opera sob a égide da universalidade, porque o enunciador trata de manter uma postura enunciativa quanto ao ocorrido, impedindo uma conjunção mais acentuada e engajada com os paraguaios.

#### 5.4.3 Tráfico de drogas

<b>Código de identificação</b>	PAR-DRO-1
<b>Manchete</b>	Paraguaio abordado por não usar cinto de segurança é preso com mais de 2 toneladas de maconha em carreta.
<b>Subtítulo</b>	Droga foi achada em um fundo falso da carroceria durante abordagem na SP-333, em Marília (SP). Tabletes estavam envoltos em graxa para evitar serem farejados por cães. Motorista era acompanhado da mãe e uma sobrinha de 3 anos.
<b>Data de publicação</b>	25/05/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/05/25/paraguaio-e-preso-com-mais-de-2-toneladas-de-maconha-em-caminhao-ao-ser-abordado-sem-cinto-de-seguranca.ghtml">https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/05/25/paraguaio-e-preso-com-mais-de-2-toneladas-de-maconha-em-caminhao-ao-ser-abordado-sem-cinto-de-seguranca.ghtml</a>

Neste primeiro texto relativo a tráfico de drogas, o estrangeiro aparece (no que diz respeito ao modo de existência realizado) basicamente como um sujeito de estado cujos papéis temáticos relevantes concernem à sua nacionalidade e profissão. No entanto, a nível de atualização, ele se mostra como um sujeito do fazer atrelado a três ações moralmente repreensíveis segundo a percepção social. Além da isotopia de narcotráfico, há a tematização de irresponsabilidade no trânsito (*não usar cinto de segurança*) e de falta de escrúpulos (*era acompanhado da mãe e uma sobrinha de 3 anos*), em que a primeira e a terceira são as que mais colaboram para a construção de uma imagem disfórica do sujeito.

Nesse sentido, quanto ao narcotráfico em si, os detalhes arrolados com o intuito de conferir senso de realidade à notícia terminam incrementando a afetividade, já que permitem entrever um fazer especializado e possivelmente programado, não somente em decorrência da quantidade exacerbada de droga transportada (*mais de 2 toneladas de maconha*), mas também pelas táticas utilizadas com o fito de ocultar o crime e inseri-lo na dimensão do segredo (*fundo falso da carroceria e tabletes envoltos em graxa para evitar serem farejados por cães*). Por conta disso, o paraguaio assume o papel de alguém que se dedica à prática e que conhece os procedimentos necessários para delinquir sem ser descoberto.

Já que no que corresponde à falta de escrúpulos, percebe-se aqui o mesmo que aconteceu nas manchetes em que bolivianos transportavam droga: o ato de cometer o crime

em companhia de pessoas inocentes parece incrementar o rechaço ao estrangeiro. Neste caso em específico, ambas as acompanhantes têm características que recrudescem a gravidade do ato: em primeiro lugar, a mãe, o que cria uma percepção negativa acerca do homem ao mostrar que nem sua progenitora foi poupada (quando a figura materna é uma forma de vida que costuma estar envolta em uma aura de respeito e deferência); em segundo lugar, a sobrinha, cuja pouca idade chama a atenção e revela que o motorista não se acanhou em cometer o delito na presença de uma criança pequena.

De modo geral, vê-se que, no texto PAR-DRO-1, há uma série de fatores que contribuem para a emergência de uma imagem negativa acerca do estrangeiro, a maior parte a nível de deficiência, ou seja, fracamente apreendido, porém fortemente focalizado. Nesse rol, constam a isotopia de narcotráfico (que expõe a periculosidade do estrangeiro a partir da quantidade de drogas que ele transportava e do caráter aparentemente programado de seu fazer), a de irresponsabilidade no trânsito (que, ademais, indica certa torpeza por parte do actante, já que se informa que esse foi, a princípio, o motivo da abordagem) e a de falta de honradez (por envolver a própria mãe e uma criança pequena no crime). Em vista do exposto, o fato de o homem ser identificado majoritariamente por sua nacionalidade termina, em certo grau, vinculando-a às irregularidades cometidas.

Abaixo, o próximo texto a trazer paraguaios em situação de narcotráfico:

<b>Código de identificação</b>	PAR-DRO-2
<b>Manchete</b>	Paraguaia é presa por suspeita de tráfico internacional de drogas no aeroporto de Foz do Iguaçu, diz PF.
<b>Subtítulo</b>	Mulher estava com 3 kg de cocaína escondidos em fundo falso de mala. Ela disse que levaria droga para a Espanha. Esta é a segunda prisão com as mesmas características em menos de uma semana.
<b>Data de publicação</b>	21/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/02/21/paraguaia-e-presa-por-suspeita-de-trafico-internacional-de-drogas-no-aeroporto-de-foz-do-iguacu-diz-pf.ghtml">https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/02/21/paraguaia-e-presa-por-suspeita-de-trafico-internacional-de-drogas-no-aeroporto-de-foz-do-iguacu-diz-pf.ghtml</a>

Neste segundo texto, também se observa que, embora a mulher surja como um sujeito de estado a nível realizado, em termos de atualização ela desponta como sujeito do fazer, visto que todos os detalhes apontam para o fato de ela cometeu tráfico internacional de drogas (em que pese o jornal a trazer como *suspeita*). No entanto, isso é feito de forma pouco impactante e com um notório distanciamento por parte do enunciador – que, além de valer-se de debreagens enuncivas, também atribui as informações a outrem –. Ao se referir à Polícia

Federal, o verbo *dicendi* se encontra no presente do indicativo, o que reveste a informação de atualidade e, ao mesmo tempo, confere credibilidade ao G1, uma vez que as informações por ele prestadas adviriam de fontes oficiais. Já no que tange à mulher, o fato de o verbo *dizer* estar no pretérito perfeito lança a ação à periferia do campo, de sorte que ela se torna menos assumida que a anterior (contudo, ainda tem importância por revelar que a própria mulher admite, em tese, o crime de tráfico internacional de entorpecentes, vaticinando, assim, sua culpa).

Já no último período do subtítulo, consta a informação de, naquela semana, houvera outra prisão com as mesmas características. Com isso, o enunciador erige uma imagem negativa não somente daquele actante em si, mas de todos que possuem os mesmos atributos da personagem em questão. Nesse sentido, como a protagonista é referida basicamente por seu gentílico, infere-se que outra pessoa oriunda do Paraguai também tentou embarcar no aeroporto de Foz do Iguaçu com drogas na bagagem. A partir disso, insere-se o ocorrido em um regime de programação que não afeta somente o indivíduo retratado, mas toda a sua gente. Destarte, leva-se o enunciatário a acreditar que, entre os paraguaios, a prática do narcotráfico é relativamente comum, o que enseja uma imagem negativa desse grupo de estrangeiros.

Dessarte, percebe-se que, no que diz respeito ao texto PAR-DRO-2, o G1 se vale de um tom menos impactante que o anterior, porquanto a mulher se conecta mormente com a isotopia de tráfico de drogas. Porém, ao inserir a prática dos paraguaios em um regime de programação, o enunciador termina, de alguma maneira, acionando a perspectiva de que essa nacionalidade está reiteradamente envolvida com o tráfico de drogas.

#### 5.4.4 Tráfico de armas

<b>Código de identificação</b>	PAR-ARM-1
<b>Manchete</b>	Justiça Federal condena paraguaio a seis anos de prisão por tráfico internacional de arma de fogo.
<b>Subtítulo</b>	Em 2019, armamento vendido por Pedro César Prieto Galeano foi interceptado pela Polícia Rodoviária Federal quando estava a caminho da cidade de Macaé, de onde partiria para Ciudad Del Este, no Paraguai.
<b>Data de publicação</b>	06/05/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2022/05/06/justica-federal-condena-paraguaio-a-seis-anos-de-prisao-por-trafico-internacional-de-arma-de-fogo.ghtml">https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2022/05/06/justica-federal-condena-paraguaio-a-seis-anos-de-prisao-por-trafico-internacional-de-arma-de-fogo.ghtml</a>

O primeiro texto referente à isotopia de tráfico de armas se vale de uma estratégia que,

até o momento, não surgira no *corpus*: a de expor o nome do estrangeiro em que pese sua condição de criminoso, uma vez que, até então, essa individualização só ocorria quando o cidadão internacional havia sido vítima de algum delito. Nos casos anteriores, isso geralmente se dava com o intuito de humanizar o indivíduo, mobilizando paixões benevolentes a seu favor e inserindo-o em regimes de participação. Aqui, no, entanto, a estratégia parece ser outra: delinear que não se tratava de um traficante qualquer, mas sim de alguém cujo grau de periculosidade era maior – ideia que se atualiza no discurso tanto pela figura que remete ao caráter internacional do crime cometido quanto pelos sancionadores da ação do referido actante (já que socialmente há a percepção de que as instâncias federais se ocupam de casos de maior gravidade) –. Com isso, insere-se o paraguaio em um regime segregativo, o que é recrudescido pelos mecanismos de espacialização e temporalização, bem como pela emergência da isotopia de impunidade.

Assim sendo, a nível de espaço, vê-se que as armas estavam no Brasil (dentro do campo de presença, pois) e iam em direção ao Paraguai (ou seja, fariam um movimento de saída do campo). No entanto, em vista da ação policial, essa movimentação não ocorreu. Logo, o território brasileiro é o que possui existência realizada (e, portanto, se aproxima do centro sensível do enunciatário), ao passo que a menção ao país vizinho serve para reiterar o local de origem do homem, reforçando, no final do enunciado, uma informação dada no início. Já com relação ao tempo, expõe-se que o crime fora descoberto em 2019, porém a condenação só veio três anos depois (haja vista a notícia PAR-ARM-1 ter sido publicada em 2022). Com isso, a isotopia de lentidão judicial é assumida (ainda que fracamente), algo que, somado à exposição da pena conferida ao réu (*seis anos*), ajuda a atualizar no discurso a isotopia de impunidade: dá-se a impressão de que a justiça demora a condenar infratores estrangeiros e ainda impõe penas que não parecem fazer jus à gravidade dos delitos.

Em síntese, constata-se que o texto analisado insere o estrangeiro em um regime de segregação, valendo-se, para isso, do modo de existência atualizado. A nível de realização, os conteúdos expressos são de ordem mais banal, extensiva e imparcial – vide as debreagens enuncivas executadas no que concerne à actorialização, à espacialização e à temporalização –. Porém, quando se passa da asserção à assunção, observa-se que se constrói a percepção de que o referido paraguaio é perigoso e que não foi adequadamente punido pelo Judiciário brasileiro. Para isso, coloca-se o tempo e o espaço em perspectiva, explorando o grau de profundidade com o fito de fazer emergir a isotopia de impunidade – a qual mobiliza o eixo da intensidade e instiga paixões malevolentes no enunciatário ao sugerir uma tratamento diferenciado (e mais brando) com cidadãos estrangeiros –.

A seguir, a próxima notícia alusiva ao tráfico de armas:

<b>Código de identificação</b>	PAR-ARM-2
<b>Manchete</b>	Paraguaio é preso com três fuzis em ônibus de viagem abordado em rodovia do Paraná, diz PRF.
<b>Subtítulo</b>	Armamento foi apreendido durante abordagem na BR-277, em Guarapuava.
<b>Data de publicação</b>	24/06/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/01/18/homem-conhecido-como-senhor-das-armas-e-extraditado-para-o-brasil-apos-ser-preso-no-paraguai.ghtml">https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/01/18/homem-conhecido-como-senhor-das-armas-e-extraditado-para-o-brasil-apos-ser-preso-no-paraguai.ghtml</a>

Diante deste segundo texto, faz-se evidente a diferença do tratamento conferido ao estrangeiro quando este não é dotado de um notório grau de periculosidade. À diferença do sujeito da notícia anterior – que era o maior traficante de armas da América do Sul –, o personagem de PAR-ARM-2 era só um transportador. Por isso, não tem sua identidade esmiuçada, sendo referido apenas por seu gentílico. Ademais, nota-se que, conquanto seja o protagonista do ocorrido, o enunciador não faz constantes menções ao homem. Na verdade, esse actante só desponta no começo da manchete; posteriormente, o G1 prefere focar no ônibus de viagem e no armamento.

Em vista disso, percebe-se que, embora expresso, o paraguaio em questão não é fortemente assumido. Igualmente, ao ser distanciado do próprio enredo, o estrangeiro adquire um matiz de irrelevância. Nesse sentido, o que parece efetivamente interessar são as armas, tanto que, acerca delas, constam informações sobre a quantidade e o tipo (as quais, inclusive, perfazem o trecho em que há um mínimo aumento da intensidade, já que fuzis tem alto poder de letalidade. Logo, o fato de que uma só pessoa porte três denota um perigo mais acentuado). No mais, priorizam-se dados espaciais (como forma de conferir senso de realidade) e se explicita a fonte (para delegar a outrem a responsabilidade pelo dito, afastando ainda mais o enunciador do conteúdo asseverado).

Em resumo, este texto evidencia um palpável distanciamento ante o fato de modo geral e, mais especificamente, ante o estrangeiro que o protagoniza. O foco parece recair sobre as armas, que são aquelas sobre as quais há maior detalhamento. Por conta disso, a presença do paraguaio é fracamente assumida, de sorte que o armamento se instaura quase como o real sujeito da narrativa. Apesar do caráter de insignificância que reveste o homem, pode-se afirmar que este se insere em uma zona segregativa, o que se dá majoritariamente pela isotopia delitiva e disfórica que guia o texto.

#### 5.4.5 *Síntese da representação de paraguaios*

Analisados os textos atinentes à representação dos paraguaios, chegou-se a algumas conclusões. Primeiramente, quanto à isotopia de acidente, PAR-ACI-1 trouxe, na manchete, o estrangeiro na condição de vítima, o que erigia uma imagem mais empática acerca dele, induzindo o compadecimento do enunciatário e inserindo o Outro em uma zona participativa. No entanto, ao optar, no subtítulo, por conceder protagonismo à carga que o caminhoneiro transportava, o enunciador apaga sua existência e o retira do campo de presença, outorgando-lhe um papel de irrelevância – o que culmina em uma admissão pouco engajada e acentuada –. Já em PAR-ACI-2, o tratamento conferido ao estrangeiro tem caráter segregativo, haja vista ele ter provocado a morte de dois brasileiros. Ademais, enquanto no texto anterior a nacionalidade do homem não se mostrava crucialmente relevante, aqui seu lugar de origem é fortemente focalizado, o que conduz à percepção de que o fato de o motorista ser paraguaio facilitou o acidente. Assim, termina-se assignando, de modo tácito, uma isotopia de displicência aos cidadãos do país vizinho, o que enseja uma animosidade mais tônica contra eles.

Por sua vez, as manchetes de trabalho escravo mostraram uma admissão mais enfática dos cidadãos internacionais, o que foi propulsado não somente por sua condição de vítima, mas também pela explicitação do papel temático profissional. Nesse sentido, o texto PAR-ESC-1 o faz com um grau de afetividade menor quando comparado a PAR-ESC-2, visto que o segundo faz uso de uma sequência de figuras impactantes que atualizam no discurso a percepção de que os estrangeiros eram tratados de forma animalesca. Com isso, recrudescer-se a tonicidade do fato, fazendo-o adentrar com mais força o campo de presença do enunciatário e aproximando o ocorrido do centro sensível. Ademais, também se percebe que o grau de mistura é mais tônico no texto 2 a partir da posição sintática ocupada pelo adjetivo pátrio dos obreiros: enquanto, no exemplar 1, *paraguaios* é um adjunto adnominal, algo que especifica e restringe sua identidade, em 2 o termo se coloca como aposto explicativo. Vê-se, com isso, que não se almeja triar os sujeitos a partir de seu lugar de origem, singularizando-os dentro do conjunto dos trabalhadores; ao contrário, sua nacionalidade é apenas um adendo. Apesar disso, nenhum dos textos chega efetivamente à assimilação, uma vez que não se tratam os estrangeiros como iguais. Tanto é assim que, em que pese a solidarização com o estado das vítimas, o G1 omite, em ambas as situações, a nacionalidade brasileira de seus algozes (preferindo ressaltar somente os órgãos públicos que as resgataram). Dessarte, trata de mobilizar paixões benevolentes a favor do Outro e evitar paixões malevolentes contra o Nós,

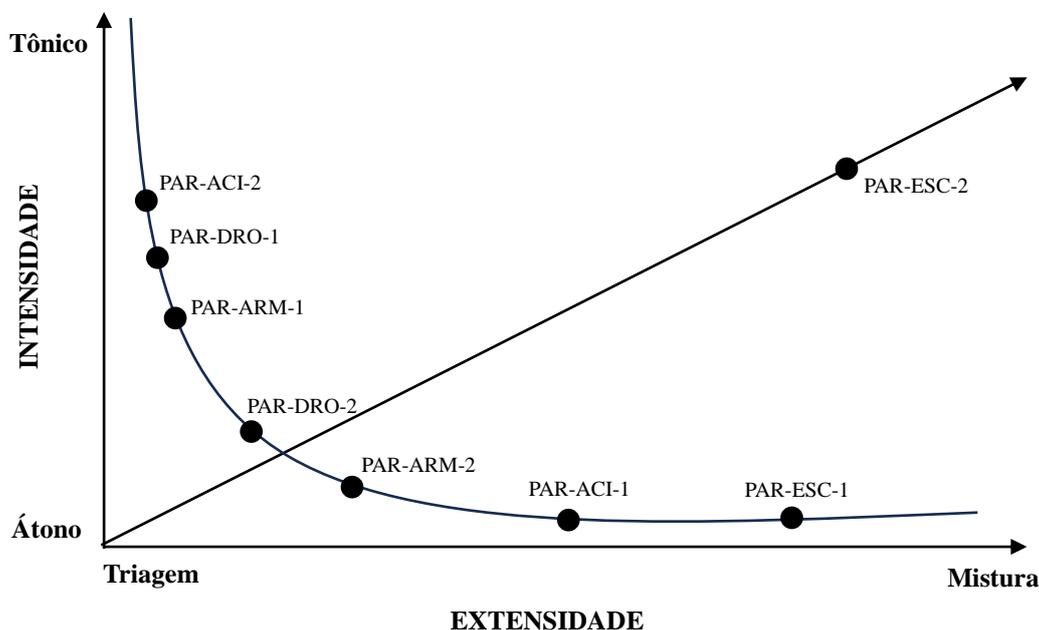
mostrando que, por serem de uma nação diferente, os indivíduos ainda são concebidos como uma alteridade.

Em relação ao narcotráfico, os estrangeiros se encontram em zonas de triagem em ambos os textos, porém em PAR-DRO-1 essa segregação ocorre de modo mais intenso em decorrência da convergência de diferentes isotopias: além da que se refere ao tráfico de entorpecentes, constam também a de irresponsabilidade no trânsito e a de falta de escrúpulos. Além disso, as figuras que proporcionam detalhes sobre o crime (como a quantidade de drogas levada e as precauções tomadas para eludir a polícia) sugerem um fazer especializado e programado, caracterizando o sujeito como alguém que se dedicava reiteradamente à prática do delito. Já PAR-DRO-2 tem como isotopia predominante apenas a de narcotráfico, abordando-a de modo pouco impactante e com um notório distanciamento por parte do enunciador. Por outro lado, a maneira como se insere a ação no regime de programação abre margem para uma maior hostilidade não contra o actante retratado, mas contra o povo paraguaio em si, haja vista sugerir que são frequentes os casos de cidadãos desse país portando drogas durante viagens de avião. No entanto, como isso é feito de modo fracamente focalizado e apreendido, a animadversão é arrefecida – diferentemente do primeiro texto, em que as isotopias disfóricas são fortemente assumidas e, portanto, conduzem a uma antipatia mais acentuada –.

Por último, no que concerne à isotopia de tráfico de armas, o texto PAR-ARM-1 insere-se o paraguaio em uma zona segregativa, o que é recrudescido pelos mecanismos de espacialização e temporalização e, em especial, pela emergência da isotopia de impunidade, a qual ocorre via modo de existência atualizado. Com isso, subentende-se que o estrangeiro é perigoso e que não recebeu uma punição à altura do agravo cometido – algo que mobiliza o eixo da intensidade e instiga paixões malevolentes no enunciatário ao sugerir uma tratamento diferenciado (e mais brando) com cidadãos de outros países –. Já em PAR-ARM-2, o paraguaio é fracamente assumido e distanciado do próprio enredo, adquirindo um matiz de irrelevância. Em vez dele, priorizam-se os detalhes acerca das armas apreendidas, que efetivamente terminam protagonizando o ocorrido. Por conta desse tratamento, esse segundo texto acaba tendo um caráter mais átono, porém ainda promove um regime de segregação (mormente pela isotopia de tráfico de armas, a qual recebe um investimento semântico disfórico).

Em vista do exposto, é possível organizar os textos no seguinte gráfico tensivo:

Gráfico 5 – Organização tensiva dos textos referentes a paraguaios



Fonte: elaborado pela autora

O gráfico acima permite vislumbrar que, tal como ocorrido com os bolivianos, os textos relativos a trabalho escravo também inseriram os paraguaios em zonas de mistura, inclusive de uma maneira mais intensa. Interessante constatar que, em PAR-ESC-2, foi usado uma estratégia típica de discursos intolerantes (no caso, a animalização do Outro) com o intuito de gerar o movimento oposto, ou seja, despertar a empatia pela situação à qual os paraguaios estavam submetidos. Em PAR-ESC-1, são especialmente os papéis temáticos atribuídos aos estrangeiros (*vítimas, trabalhadores*) o que os insere nessa área mais participativa, visto que lhes concede uma caracterização eufórica. Já no que concerne a PAR-ACI-1, nota-se que o cidadão internacional fica em um meio termo entre a triagem e a mistura porque, em que pese o papel temático laboral e a condição de vítima o colocarem como uma grandeza positiva, o fato de que se dê mais atenção ao transtorno provocado pelo acidente reveste sua presença de certa irrelevância, distanciando-o do centro sensível. Nos demais textos, predomina o movimento de triagem, o qual é mais exacerbado em PAR-ACI-2 pelas isotopias de negligência e displicência que permeiam a construção identitária do paraguaio, além da alusão (pouco focalizada, porém apreendida) a homicídio, dado que a ação do estrangeiro causou a morte de um brasileiro. Ademais, o foco tônico direcionado à nacionalidade do sujeito explicita a tentativa de demarcar que ele não pertencia ao mesmo grupo da vítima, ou seja, que não fazia parte do Nós. PAR-DRO-1, a seu turno, também

utiliza a nacionalidade como marca de triagem, a qual se vê intensificada pela isotopia de amoralidade que perpassa a imagem do paraguaio. Estratégia semelhante é observada em PAR-ARM-1, porém aqui, em vez da falta de ética, é a noção de impunidade o que incrementa a triagem. Finalmente, em PAR-DRO-2 e PAR-ARM-2, o estrangeiro se instaura como uma grandeza negativa em virtude dos delitos cometidos, porém sua existência é tão fracamente assumida que permanece relegada à periferia do campo de presença. Assim, o único elemento que justifica o maior grau de triagem em PAR-DRO-2 é o delineamento de um regime de programação, que sugere uma prática reiterada; com exceção disso, o paraguaio se mostra pouco relevante em ambas as ocorrências.

## 5.5 Venezuelanos

No que diz respeito aos cidadãos da Venezuela, as isotopias que se sobressaíram quantitativamente foram as de (i) refúgio, (ii) homicídio, (iii) acidente e (iv) tráfico de drogas, as quais serão analisadas nessa ordem.

### 5.5.1 Refúgio

<b>Código de identificação</b>	VEN-REF-1
<b>Manchete</b>	Venezuelanos indígenas acusam Operação Acolhida e Acnur de ameaçar cortar comida caso não troquem de abrigo: 'humilhante'.
<b>Subtítulo</b>	Indígenas relatam que, entre as intimidações, cordas e redes usadas para dormir foram cortadas pelos militares. O Acnur alegou que o processo de remanejamento foi feito de forma consultiva.
<b>Data de publicação</b>	17/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/03/17/venezuelanos-indigenas-acusam-operacao-acolhida-e-acnur-de-ameacar-cortar-comida-caso-nao-troquem-de-abrigo-humilhante.ghtml">https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/03/17/venezuelanos-indigenas-acusam-operacao-acolhida-e-acnur-de-ameacar-cortar-comida-caso-nao-troquem-de-abrigo-humilhante.ghtml</a>

O primeiro texto referente à isotopia de refúgio expõe um contexto de tensão entre os refugiados venezuelanos e as autoridades que supostamente deveriam acolhê-los. Nesse cenário, cabe assinalar, primeiramente, os papéis temáticos associados aos estrangeiros. Observa-se que, além da nacionalidade, consta a sua representação como *indígenas*, a qual é, inclusive, a que se mostra mais fortemente focalizada. Ainda quando surge como adjunto adnominal (como ocorre na manchete), vê-se que esse é o termo sobre o qual recai a atenção, de sorte que o gentílico acaba se dirigindo à periferia do campo de presença, ao passo que o

fato de ser indígena se aproxima do centro sensível e é assumido com maior intensidade. Em vista disso, recrudescem-se a percepção de vulnerabilidade social, uma vez que é de conhecimento geral que, neste continente, os povos originários são oprimidos há séculos. Essa situação, somada ao fato de serem *refugiados* (isotopia que se encontra atualizada no discurso e que também delinea a imagem de alguém em contexto de fragilidade socioeconômica) e *venezuelanos* (algo que recupera, via práxis enunciativa, as dificuldades vivenciadas por esse povo, especialmente no que concerne à recente crise migratória) termina concedendo, aos referidos actantes, uma identidade oprimida e vulnerável.

Partindo dessa representação identitária, o enunciador reforça a ideia de exclusão social ao detalhar as ameaças que os venezuelanos sofreram pelas entidades de acolhimento migratório. Para isso, o foco narrativo é conduzido a partir do ponto de vista dos indígenas. Nota-se, por exemplo, que se marca o papel de antissujeito das autoridades – inclusive explicitando-as enquanto agente nas orações passivas –. Outrossim, verifica-se o uso de figuras de forte impacto, como *ameaçar*, *intimidações*, *cortar comida* e *cordas e redes usadas para dormir foram cortadas*, as quais concretizam o constrangimento sofrido pelas vítimas e sugerem uma punição extrema ao figurativizar a tentativa de impossibilitar a alimentação e o sono dos imigrantes. Além disso, ao delegar a voz aos estrangeiros mediante uma debreagem de segundo grau, o portal incute a percepção de que eles estão submetidos a um trato humilhante. Entretanto, o G1 o faz sem acolher abertamente essa postura, já que, em tese, isso é atribuído aos venezuelanos (algo que, inclusive, torna a informação mais crível, haja vista ela ser reportada por quem vivencia a situação).

De igual modo, cabe destacar que, em que pese o fazer das autoridades se apresentar como atualizado (uma vez que se trata de acusações dos indígenas, não algo que foi efetivamente confirmado), a maneira como o enunciado é construído leva o enunciatário a assumir fortemente o conteúdo das queixas, de maneira que se mobilizam paixões malevolentes contra os membros da Operação Acolhida e do ACNUR. Por essa mesma razão, a justificativa veiculada pelas autoridades (*o processo de remanejamento foi feito de forma consultiva*), embora expressa, é fracamente assumida e, portanto, desacreditada. Por conseguinte, cumpre apontar que, à diferença do que se observou em inúmeras manchetes, aqui o G1 não trata de criar uma imagem positiva das autoridades nacionais. No entanto, também vale frisar que, naquelas ocasiões, as autoridades mencionadas eram amplamente conhecidas (a exemplo dos diferentes órgãos policiais), ao passo que a Operação Acolhida e o ACNUR não o são. A primeira sequer é uma entidade (e sim uma operação comandada pelas Forças Armadas brasileiras), e o segundo pertence às Nações Unidas. À vista disso, o fato de

que se atribua a este o argumento inverosímil presente no final do subtítulo mostra, em alguma escala, uma tentativa de não macular, no título, a imagem do país, pois, conquanto o corpo da notícia também traga o posicionamento – igualmente pouco assumido – do Exército brasileiro, o enunciador selecionou somente a escusa dada pelo órgão internacional, além de valer-se de uma metonímia para camuflar o envolvimento direto do órgão brasileiro.

Em resumo, visualiza-se que VEN-REF-1 descreve um regime de intolerância moderada com os imigrantes e, a partir disso, leva o enunciatário a colocá-los em uma zona participativa, o que se dá mediante isotopias como as de opressão e vulnerabilidade social. Ao atribuir aos referidos actantes um conjunto de identidades marcadas pela fragilidade socioeconômica, o G1 mobiliza paixões benevolentes a favor dos venezuelanos, em especial a solidariedade. Outrossim, ao expor o trato desumano por eles recebido, instaura-se a isotopia de injustiça, a qual reforça uma imagem positiva dos estrangeiros e contribui com uma percepção disfórica das autoridades. Por último, os fragmentos apresentados possuem uma tonicidade mais elevada, sobretudo pela escolha de figuras impactantes e bastante ilustrativas, que apontam para uma conduta impiedosa por parte daqueles que deveriam zelar pelo bem-estar dos refugiados.

Abaixo, o próximo texto referente à isotopia de refúgio:

<b>Código de identificação</b>	VEN-REF-2
<b>Manchete</b>	Venezuelanos imploram por ajuda em SP após fecharem restaurante no país de origem: 'no Brasil são acolhedores'.
<b>Subtítulo</b>	Foto de homem com cartaz pedindo ajuda em Santos (SP) circulou nas redes sociais e em grupos de aplicativos de mensagem.
<b>Data de publicação</b>	12/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/02/12/venezuelanos-imploram-por-ajuda-em-sp-apos-fecharem-restaurante-no-pais-de-origem-no-brasil-sao-acolhedores.ghtml">https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/02/12/venezuelanos-imploram-por-ajuda-em-sp-apos-fecharem-restaurante-no-pais-de-origem-no-brasil-sao-acolhedores.ghtml</a>

Nesta segunda notícia, vê-se que os estrangeiros também são apresentados como pessoas em situação de vulnerabilidade social, sobretudo em vista das ações a eles associadas. De início, os actantes despontam como sujeitos do fazer associados ao verbo *implorar*, o qual possui um viés mais tônico. Somado ao termo *ajuda*, recrudescem-se o sofrimento dos venezuelanos, de modo a mobilizar paixões benevolentes a seu favor. Em seguida, o enunciador busca atualizar no discurso a percepção de que os referidos atores são trabalhadores e que tinham condições financeiras favoráveis quando viviam na Venezuela, já que, ao atribuir a eles o ato de fechar um restaurante, subentende-se que eram os donos,

porquanto um simples funcionário não teria a competência necessária para fazê-lo (uma vez que seria desprovido do /poder-fazer/). Essa caracterização também ajuda a inseri-los em uma zona participativa, pois insinua que os imigrantes nem sempre estiveram nessa situação de desvalimento.

À vista do exposto – e com o auxílio dos outros discursos sobre a Venezuela presentes na práxis enunciativa – o enunciatário reconstrói o percurso narrativo dos personagens, sobretudo no que tange à performance: em um primeiro momento, eles estavam em conjunção com seu objeto de valor (dinheiro, qualidade de vida, condições de subsistência etc.); depois, por conta da crise econômica que assola seu país, entraram em disjunção e, agora, tentam retornar ao estado inicial de conjunção. Nesse sentido, o fato de que os estrangeiros trabalhavam e tinham posses indica que a precariedade na qual eles se encontram irrompeu em seu campo de presença como um acontecimento e, portanto, em um regime de acidente, o que conduz à solidarização do enunciatário ao sinalizar – ainda que de modo fracamente apreendido – que os venezuelanos não estavam acostumados a viver dessa maneira e, por conseguinte, que a etapa de ajustamento pressupõe uma aflição.

Subsequentemente, a manchete procede com uma debreagem de segundo grau para simular a voz do imigrante. Diferentemente do que se observou no texto anterior, em que a citação direta instaurava o Outro na condição de urso, aqui, a postura adotada parece ser de esnobe, dado o elogio feito ao povo brasileiro. Da mesma maneira como ocorreu na isotopia de turismo vinculada à Argentina (ARG-TUR-2), a representação do estrangeiro como alguém que aprecia o Brasil induz uma postura amistosa por parte do Nós, ensejando um regime de admissão e pressupondo a complementariedade entre o posicionamento dos cidadãos nacionais e internacionais. Finalmente, no subtítulo, o G1 tenta contrabalançar o caráter mais intensivo observado na manchete. Para isso, utiliza termos mais atenuados (*pedir* em vez de *implorar*), além de especificar o espaço e dar mais detalhes sobre o caso com o fito de conceder certo senso de realidade ao texto.

Em suma, VEN-REF-2 também insere os venezuelanos em uma zona participativa, embora o faça de modo menos impactante que em VEN-REF-1. Isso se dá mediante a existência atualizada da isotopia de trabalho, do percurso narrativo dos actantes e do regime de interação ao qual eles estão submetidos. Percebe-se, nesse cenário, que tanto o regime de programação quanto o de acidente são passíveis de sensibilizar o leitor para a situação dos refugiados. No caso de VEN-REF-1, o uso de papéis temáticos que recuperavam uma histórica condição de vulnerabilidade social gerava solidariedade exatamente pela percepção de que aqueles indivíduos há muito tinham seus direitos vilipendiados (regime de

programação). Já em VEN-REF-2, o fato de a precariedade ter despontado na vida dos actantes de modo inesperado, excluindo qualquer possibilidade de antecipação (regime de acidente), também conduz à solidarização do enunciatário ao atualizar no discurso o sofrimento sentido durante o ajustamento.

### 5.5.2 *Homicídio*

<b>Código de identificação</b>	VEN-HOM-1
<b>Manchete</b>	'Justiça para nosso filho', pedem pais de venezuelano assassinado em SP por dívida de R\$100.
<b>Subtítulo</b>	'Era um filho exemplar, que se dedicava a trabalhar para manter sua família', afirma a família em vídeo. Suspeito do crime foi preso. Dono do terreno onde Marcelo Caraballo morava disparou tiros contra o rapaz durante uma briga por conta do pagamento de aluguel. Crime ocorreu na última quinta, em Mauá.
<b>Data de publicação</b>	10/02/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/10/justica-para-nosso-filho-pedem-pais-de-venezuelano-apos-jovem-ser-assassinado-em-sp-por-conta-de-divida-de-r-100.ghtml">https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/10/justica-para-nosso-filho-pedem-pais-de-venezuelano-apos-jovem-ser-assassinado-em-sp-por-conta-de-divida-de-r-100.ghtml</a>

Em VEN-HOM-1, fica evidente que o estrangeiro é inserido em um regime que tende à assimilação, movimento esse que possui matizes mais tônicos – o que pode ser atestado por diferentes fatores, a exemplo dos papéis temáticos atribuídos ao venezuelano e das isotopias atualizadas no enunciado –. Nesse sentido, abre-se a manchete com uma debreagem de segundo grau que simula a voz dos pais do jovem. A partir dessa citação, recupera-se as tematizações de família (ao referenciá-lo como *filho*) e de injustiça (visto que os narradores se mostram em disjunção com o objeto de valor *justiça*), as quais contribuem à criação de uma imagem eufórica do rapaz. Em seguida, ele surge como destinatário de uma forte sanção pragmática, sintetizada pela palavra *assassinado*. Além de ter um viés mais impactante, esse termo também confere ao imigrante o papel temático de *vítima*, o qual é intensificado pela exposição daquilo que levou ao crime: ao divulgar que o homicídio se deu *por dívida de R\$100*, o enunciador focaliza fortemente a ideia de que a morte ocorreu por um motivo torpe, espalhando para todo o texto a isotopia de disparate, de sandice, o que recrudescer os temas supracitados.

O subtítulo, por sua vez, também inicia com uma debreagem de segundo grau. Nessa nova citação direta, exacerba-se a tematização familiar pela reiteração de figuras que aludem a esse universo. Outrossim, ao afirmar que ele se dedicava a trabalhar para manter a família,

sugere-se um fazer programado e vincula-se o homem a distintos papéis temáticos positivos (trabalhador, zeloso, esforçado etc.). Posteriormente, fala-se do sancionador e antissujeito do percurso narrativo do estrangeiro. A princípio, a nível realizado, faz-se referência a ele enquanto sujeito de estado (haja vista ser apresentado como *suspeito* e ocupar sintaticamente a posição de paciente). No entanto, a descrição feita depois o instaura como um sujeito do fazer cuja ação recebe contornos disfóricos, uma vez que é explicitamente referida como crime, possui uma justificativa esdrúxula (pagamento do aluguel) e teve como alvo um actante benquisto. Inclusive, nessa parte do subtítulo, o venezuelano é mencionado por seu nome (o que individualiza sua identidade, humanizando-o) e aludido como *rapaz* (o que focaliza sua juventude), elementos estes que reforçam a construção eufórica do imigrante. Ainda assim, faz-se mister sublinhar que o destinador é mencionado basicamente como *dono do terreno*; não se divulga que ele era brasileiro nem tampouco que ele teve motivações xenofóbicas, conforme explicitado no corpo da notícia. Dessarte, vê-se que o G1 só trata de construir explicitamente um embate de Nós vs. Eles quando o Outro é o algoz; quando brasileiros prejudicam estrangeiros, o jornal trata de amenizar a ação de seus compatriotas e ocultar o fato de que eram cidadãos do Brasil.

Sinteticamente, ao ilustrar uma situação de eliminação do venezuelano, o texto VEN-HOM-1 o instaura em uma zona de admissão tônica. Isso ocorre porque, em sua caracterização, há uma convergência de papéis temáticos positivos (família, trabalho, jovialidade etc.), além de tematizações disfóricas no que se refere ao crime (injustiça, disparate). A partir disso, são mobilizadas paixões benevolentes a favor do imigrante, que é representado como um jovem trabalhador cuja vida foi ceifada por uma banalidade. Cabe destacar, igualmente, que o ato de frequentemente dar voz à família do rapaz mostra uma valorização do Outro, em um movimento que tende à assimilação.

Abaixo, o próximo texto referente à isotopia de homicídio:

<b>Código de identificação</b>	VEN-HOM-2
<b>Manchete</b>	Polícia procura por servidor público suspeito de homicídio contra venezuelano em MT.
<b>Subtítulo</b>	O missionário venezuelano Yomil Geomar Aguilera levou um tiro no peito e foi encaminhado ao Hospital Regional de Sinop.
<b>Data de publicação</b>	06/06/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/06/06/policia-procura-por-servidor-publico-suspeito-de-homicidio-contra-venezuelano-em-mt.ghtml">https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/06/06/policia-procura-por-servidor-publico-suspeito-de-homicidio-contra-venezuelano-em-mt.ghtml</a>

O texto VEN-HOM-2, assim como seu antecessor, também insere o estrangeiro em uma zona participativa, o que se embasa sobretudo na identidade eufórica que se constrói em decorrência dos papéis temáticos a ele atribuídos. Dessa forma, em que pese ser reconhecido majoritariamente por sua nacionalidade, vê-se que, já na manchete, desponta a caracterização como vítima, a qual não se encontra expressa, mas é fortemente assumida haja vista o actante ser apresentado como o destinatário do homicídio. O subtítulo, a seu turno, incrementa essa imagem positiva do venezuelano ao descrevê-lo como *missionário*, o que aciona as isotopias de religião e (em um grau de assunção mais fraco) de benevolência, já que as missões costumam ocorrer junto a populações em estado de vulnerabilidade. De igual modo, ao citar seu nome, o G1 o individualiza, de modo que o homem deixa de ser um estrangeiro qualquer e passa a ter uma identidade própria. Por último, a menção à parte do corpo atingida eleva a intensidade do enunciado, visto que se trata de uma região que resguarda órgãos vitais, como coração e pulmão. Com isso, reforça-se o sofrimento do actante, recrudescendo seu papel de vítima.

Já no que diz respeito aos demais atores do enunciado, mostra-se a polícia como sujeito do fazer explícito, realizado, e o atirador como um sujeito do fazer atualizado. No caso deste último, ele é associado basicamente ao papel temático profissional. Em outros textos, isso costumava conduzir a uma valoração positiva do actante, fosse por mostrá-lo como um trabalhador, fosse por retratá-lo como um indivíduo abastado (nos casos em que ele se dedicava a atividades bem-remuneradas). Aqui, no entanto, o efeito de sentido é oposto: em vez de melhorar a representação do antissujeito, a profissão a piora, pois, ao ser um servidor público, espera-se que o homem zele pelo bem-estar coletivo, já que sua remuneração advém dos impostos pagos pelos cidadãos. Isso, somado ao fato de ele ter vitimado um destinatário cuja caracterização é eufórica, coloca-o no polo disfórico. Cabe ressaltar, ainda assim, que novamente não se explicita que o atirador era brasileiro, embora, neste caso, a profissão permita chegar a essa dedução, já que normalmente quem trabalha para o Estado são os cidadãos nacionais.

Em linhas gerais, o texto analisado instaura um regime de admissão com o venezuelano, não tanto por sua nacionalidade, mas sim pelos demais papéis temáticos a ele conferidos, como o de vítima e o de religioso. O enunciador também demonstra deferência com o estrangeiro ao divulgar seu nome completo, em um movimento que o humaniza e o individualiza. Apesar disso, é possível afirmar que, quando comparada a VEN-HOM-1, a admissão de VEN-HOM-2 se dá com um menor nível de tonicidade, já que não há a incidência de figuras notadamente impactantes.

### 5.5.3 *Acidente*

<b>Código de identificação</b>	VEN-ACI-1
<b>Manchete</b>	Oito venezuelanos ficam feridos em acidente no Oeste de SC; vítimas viajavam no mesmo carro.
<b>Subtítulo</b>	Veículo tinha capacidade para cinco pessoas e caiu em uma ribanceira em Nova Itaberaba.
<b>Data de publicação</b>	29/06/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/29/oito-venezuelanos-ficam-feridos-em-acidente-no-oeste-de-sc-vitimas-viajavam-no-mesmo-carro.ghtml">https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/29/oito-venezuelanos-ficam-feridos-em-acidente-no-oeste-de-sc-vitimas-viajavam-no-mesmo-carro.ghtml</a>

No primeiro texto referente à isotopia de acidente, percebe-se um conflito entre a representação que desponta no enunciado de forma realizada e aquela que se encontra atualizada no discurso. No caso da primeira, o enunciador constrói toda uma tematização de acidente, a qual se executa a partir de figuras como *acidente* e *cair em uma ribanceira*. Nesse mesmo rumo, consta a caracterização dos actantes como *vítimas*, o que, a priori, mobilizaria afetos como o compadecimento e instauraria os venezuelanos em uma zona participativa. Não obstante, esse movimento não se executa em decorrência da isotopia de irresponsabilidade, a qual não está expressa, mas é fortemente focalizada.

Nesse sentido, percebe-se que o G1 constrói essa percepção de imprudência de forma gradual. No começo da manchete, cita-se a quantidade de feridos e, ao final, divulga-se que eles viajavam no mesmo veículo. Aqui, constata-se que o termo *mesmo* recebe um foco tônico, de sorte que, a partir daí, a perspectiva de que os estrangeiros foram inconsequentes começa a adentrar o campo de presença, visto que, de modo geral, os carros não comportam o contingente apresentado. Tais informações, no entanto, ainda não são suficientes para trazer a isotopia de irresponsabilidade para o centro sensível do campo, já que o enunciatário poderia cogitar que se tratava de um modelo de automóvel mais amplo, com uma maior capacidade de passageiros. Contudo, ao atestar, no começo do subtítulo, que o veículo só tinha capacidade para cinco pessoas, efetivamente se concretiza a ideia de que havia mais gente do que o permitido. Dessa maneira, qualquer movimento de sensibilização a favor dos venezuelanos termina anulado pela percepção de que eles sofreram o acidente porque foram imprudentes.

Resumidamente, o texto VEN-ACI-1 estabelece um regime segregativo com os estrangeiros ao associá-los à isotopia de irresponsabilidade, a qual não está expressa, mas é assumida a partir das informações acerca do excesso de passageiros. No entanto, essa segregação não se dá de maneira superlativa porque as figuras que se encontram realizadas

colocam os venezuelanos como vítimas e sublinham o fato de que foi um acidente. Com isso, a rejeição se vê parcialmente neutralizada.

A seguir, a outra notícia referente a essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	VEN-ACI-2
<b>Manchete</b>	Dois venezuelanos morrem ao ter moto atingida por caminhonete no interior de MS; vídeo mostra o acidente.
<b>Subtítulo</b>	Acidente ocorreu na manhã desta terça-feira (24), na principal avenida de Dourados. Uma das vítimas morreu no local da colisão. A outra chegou a ser socorrida e levada para um hospital, mas não resistiu.
<b>Data de publicação</b>	24/05/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/05/24/dois-venezuelanos-morrem-ao-ter-moto-atingida-por-caminhonete-no-interior-de-ms-video-mostra-o-acidente.ghtml">https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/05/24/dois-venezuelanos-morrem-ao-ter-moto-atingida-por-caminhonete-no-interior-de-ms-video-mostra-o-acidente.ghtml</a>

Neste segundo texto referente a acidente, os estrangeiros são referenciados primeiramente por seu gentílico e, no subtítulo, pelo papel temático de *vítima*. Essa caracterização, somada ao fato de os actantes despontarem como sujeitos de estado associados ao verbo *morrer* e como destinatários de ações como *socorrer* e *levar para hospital*, culmina em uma representação eufórica dos venezuelanos a partir da mobilização de paixões como a solidariedade e o pesar.

Além disso, conquanto não haja a identificação dos estrangeiros, nota-se que o enunciador tratou minimamente de individualizá-los ao especificar o que ocorreu com cada um. Essa estratégia, por sua vez, revela que o enunciador não os trata como uma coisa só, de modo que, embora os agrupe pela nacionalidade, o G1 ainda discerne a identidade de cada indivíduo. Já no que corresponde ao destinador da ação, o sujeito do fazer que atingiu os venezuelanos, nota-se que o portal divulga apenas o veículo, mas não recorre a detalhamentos acerca do motorista (como em PAR-ACI-2, em que se explicava que o automóvel era conduzido por um paraguaio). Neste caso, em que um brasileiro dirigia a caminhonete, omite-se a informação, de sorte que não se atribua a morte dos estrangeiros a um cidadão nacional.

Em suma, o texto VEN-ACI-2 instaura os estrangeiros em uma zona participativa, porém não o faz de modo acentuado, especialmente pela natureza pouco impactante dos verbos a eles associados e do enunciado como um todo, o qual é permeado de inteligibilidade e de ancoragens espaço-temporais que visam incrementar o senso de realidade da notícia. Outrossim, há a presença de eufemismos (como em *não resistiu* para se referir à morte), o que apazigua a intensidade do enunciado. Cabe frisar, igualmente, que a opção por ocultar a

identidade do motorista reitera uma estratégia frequentemente utilizada pelo G1: a de evitar associar brasileiros ao papel de antissujeitos cujo fazer malevolente se destina a alguém de outro país. Em contrapartida, quando um estrangeiro assume essa posição e prejudica um cidadão nacional, o enunciador não hesita em divulgar tal informação.

#### 5.5.4 Tráfico de drogas

<b>Código de identificação</b>	VEN-DRO-1
<b>Manchete</b>	Venezuelano e comparsa são presos por tráfico de drogas em Rurópolis durante ronda da PM.
<b>Subtítulo</b>	Polícia Civil solicitou à Justiça a conversão do flagrante da dupla em prisão preventiva.
<b>Data de publicação</b>	03/03/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/03/03/venezuelano-e-comparsa-sao-presos-por-trafico-de-drogas-em-ruropolis-durante-ronda-da-pm.ghtml">https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/03/03/venezuelano-e-comparsa-sao-presos-por-trafico-de-drogas-em-ruropolis-durante-ronda-da-pm.ghtml</a>

Neste primeiro texto sobre tráfico de drogas, chama a atenção a triagem realizada no processo de identificação dos envolvidos. Quando se lê toda a notícia, nota-se que um dos envolvidos era venezuelano e o outro era brasileiro, porém, na manchete, somente o estrangeiro é representado pelo papel temático nacional. Já o gentílico do cidadão do Brasil é ocultado e, em vez disso, o homem é aludido como *comparsa* do primeiro. Segundo o Dicionário Aurélio, o referido termo tem como definição “ator secundário; cúmplice em ação desonesta” (FERREIRA, 2005, p. 249). Não obstante, os detalhes fornecidos na íntegra do texto não coadunam com o conceito antes exposto, visto que era o brasileiro quem portava os entorpecentes, além de alguns objetos aparentemente roubados. Ademais, ele é mencionado com mais frequência que seu parceiro venezuelano, de modo que acaba se sobressaindo e assumindo um lugar de protagonista.

Diante disso, percebe-se que a alcunha de *comparsa* ao brasileiro não é fortuita, haja vista ocultar sua origem ao mesmo tempo em que reduz sua responsabilidade ante o delito. Com isso, ele é caracterizado apenas como um adjuvante, ao passo que, por oposição, o estrangeiro se instaura como o ator principal, o líder. Assim, a carga socialmente disfórica associada ao tráfico de drogas termina sendo vinculada majoritariamente ao cidadão internacional, o que não corresponde com a realidade descrita na notícia como um todo.

Igualmente, visualiza-se neste texto um movimento já percebido em outras ocasiões: a ênfase no fazer das autoridades brasileiras enquanto sancionadoras da ação dos delinquentes.

Aqui, são citadas duas corporações policiais, as quais se veem positivamente valoradas por terem apreendido os criminosos e demandado sua prisão preventiva. Inclusive, cabe apontar que o caráter infrator da dupla não é suavizado a partir de estratégias que concedem uma existência atualizada à ação, a exemplo das ocasiões em que se diz que o actante é suspeito de cometer determinado delito. Aqui, ao contrário, tem-se por certo que os homens são culpados, o que realça a competência da polícia brasileira.

De modo geral, nota-se que VEN-DRO-1 mobiliza paixões malevolentes contra o venezuelano ao mencioná-lo explicitamente e trazê-lo, a nível atualizado, como protagonista do crime (uma vez que, ao estar em posição contrária ao ator secundário, ele se instaura como ator principal da ação). De igual forma, percebe-se que o enunciador teve o cuidado de não incitar dissabores contra brasileiros, preferindo ocultar a nacionalidade do outro infrator e ressaltar somente a ação das autoridades policiais. Com isso, é a Venezuela que fica associada ao narcotráfico, ao passo que o Brasil se conecta ao cumprimento da lei. À vista disso, percebe-se que, embora não possua uma natureza notadamente impactante, a triagem executada tem caráter intolerante, já que busca erigir uma visão negativa do Outro e uma positiva do Nós – recorrendo, para isso, à omissão de fatos e à distorção da realidade –.

Abaixo, o seguinte texto referente à essa isotopia:

<b>Código de identificação</b>	VEN-DRO-2
<b>Manchete</b>	Venezuelanos são presos com mais de 4kg de cocaína líquida dentro de pacotes de óleo de coco no AC.
<b>Subtítulo</b>	Droga foi achada em bagagens dentro de ônibus que tinha saído da fronteira com destino à capital acreana, Rio Branco. Flagrante ocorreu nesta quarta-feira (25) na BR-317, em Senador Guiomard.
<b>Data de publicação</b>	25/05/2022
<b>Link da notícia</b>	<a href="https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/05/25/venezuelanos-sao-presos-com-mais-de-4kg-de-cocaina-liquida-dentro-de-pacotes-de-oleo-de-coco-no-ac.ghtml">https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/05/25/venezuelanos-sao-presos-com-mais-de-4kg-de-cocaina-liquida-dentro-de-pacotes-de-oleo-de-coco-no-ac.ghtml</a>

No último texto do *corpus*, percebe-se que, no que corresponde à actorialização, os estrangeiros são referidos apenas por sua nacionalidade e, ainda que não apareçam explicitamente citados como narcotraficantes, a descrição feita a posteriori aponta para esse papel temático. Inclusive, cumpre destacar que as informações prestadas sobre as drogas – as quais, à primeira vista, parecem simplesmente minuciar o ocorrido para incrementar o senso de realidade do texto – ajudam a consolidar uma imagem disfórica dos venezuelanos, não somente pela quantidade de entorpecentes que portavam, mas também pela artimanha

utilizada para esconder a cocaína.

Já no que concerne ao tempo e ao espaço, identifica-se que, no caso do primeiro, promove-se uma debreagem enunciativa, já que se situa a notícia no mesmo dia do fato, algo que confere atualidade ao texto. Quanto à espacialização, observa-se que há uma sequência de abertura do espaço: primeiramente se menciona a droga, depois se diz que ela estava escondida em pacotes de óleo de coco, os quais, a seu turno, estavam em bagagens que iam dentro de um ônibus, em um movimento de ordem extensiva. Posteriormente, salienta-se que o ônibus saiu da fronteira. A partir daí, leva-se o enunciatário a fazer o movimento inverso, de caráter intensivo (ônibus - bagagem - pacotes de óleo de coco - cocaína). Com isso, marca-se a fronteira como a origem da droga. Como não especifica qual era a fronteira, o enunciador conduz à percepção de que a divisa do Brasil com os demais países da região é porta de entrada de elementos negativos. Assim, demarca-se sutilmente um movimento de profanação, em que um conjunto puro se corrompe a partir do advento de grandezas ruins (ZILBERBERG, 2006).

Em suma, constata-se que VEN-DRO-2, ainda que não execute uma triagem tão acentuada quanto seu predecessor, também coloca os estrangeiros em uma zona de segregação. Além disso, mais que erigir uma imagem disfórica dos venezuelanos mencionados, esta notícia constrói uma representação negativa das áreas fronteiriças de modo geral, pois, ao não delimitar de que fronteira eles vieram (o Acre faz divisa com o Peru e com a Bolívia), o enunciador abre margem para se considerar que todas são potencialmente daninhas, já que delas adviriam elementos negativos, como drogas.

### **5.5.5 Síntese da representação de venezuelanos**

Diante das análises sobre a representação dos venezuelanos, é possível afirmar que, no que concerne à isotopia de refúgio, o G1 inseriu os estrangeiros em zonas participativas em ambos os exemplares selecionados. No caso de VEN-REF-1, isso se deu de modo mais tônico que em VEN-REF-2, haja vista a utilização de papéis temáticos que sugeriam que os refugiados se encontravam em uma histórica situação de vulnerabilidade social (o que os inseria, por conseguinte, em um regime de programação). Outrossim, reiteradamente se atualiza no discurso a percepção de que lhes eram impostas sanções pragmáticas cruéis e desmesuradas, o que recupera a isotopia de injustiça, sobretudo quando se considera que os sancionadores e antissujeitos eram autoridades que, em tese, deveriam proteger os indígenas. Já no que concerne ao segundo texto desse bloco, nota-se o emprego pontual de termos

impactantes como forma de ressaltar a precariedade vivida pelos estrangeiros. Igualmente, o percurso narrativo dos actantes – sobretudo no que se refere à etapa de performance e à alternância entre conjunção e disjunção com o objeto de valor – ajuda a delinear a imagem de indivíduos que tinham condições de subsistência e que posteriormente deixaram de tê-las, caracterizando um regime de acidente com as consequentes dificuldades de ajustamento. Por conta disso, são mobilizadas paixões benevolentes a favor dos refugiados, ensejando, assim, uma postura de admissão. Entretanto, pelo fato de esse percurso narrativo não estar explicitamente veiculado no enunciado, faz-se necessário que o enunciatário recorra a certo grau de abstração, o que reduz o impacto do elemento – à diferença do primeiro texto, em que os castigos se encontram figurativizados a partir de imagens discursivas bastante ilustrativas e estarrecedoras –.

Já no que concerne aos textos sobre homicídio, os venezuelanos também foram inseridos em regimes de admissão, porém com níveis de intensidade distintos. Em VEN-HOM-1, esse movimento se deu de forma mais superlativa em decorrência não só das características atribuídas ao imigrante (vítima, trabalhador, jovem, zeloso, esforçado etc.), mas também da emergência de tematizações com forte apelo sensível (como a de família e a de injustiça). De igual maneira, o considerável espaço concedido à fala dos pais mostra uma valorização do dizer dos estrangeiros. Finalmente, a divulgação do nome do rapaz o humaniza, individualizando sua identidade. VEN-HOM-2, a seu turno, replica algumas dessas estratégias, como a menção ao nome completo do cidadão internacional, a construção do papel temático de vítima e o emprego de algumas figuras mais tônicas, porém não logra obter o mesmo impacto de seu antecessor em decorrência da quantidade e do modo de existência de seus temas. Além de recuperar menos tematizações que VEN-HOM-1, o segundo exemplar de homicídio também traz algumas em caráter virtualizado, a exemplo da ideia de benevolência, que auxilia na construção de uma identidade positiva do venezuelano, mas está fracamente focalizada e apreendida. Como no texto 1 as isotopias estão majoritariamente realizadas ou atualizadas, seu impacto no campo de presença é mais notório.

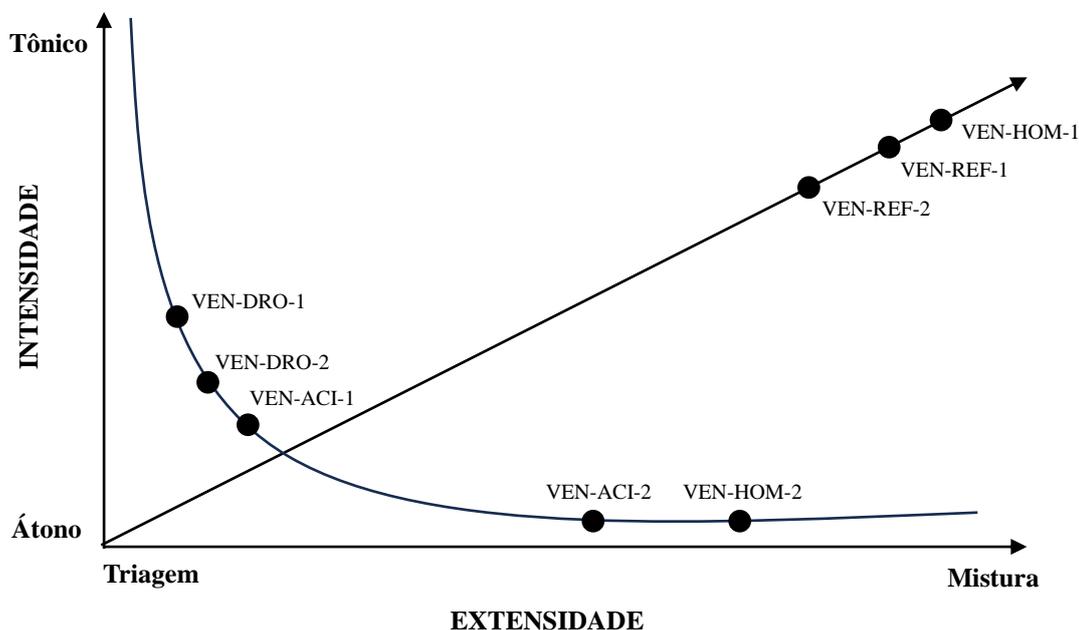
Por sua vez, os exemplares referentes a acidente trazem os venezuelanos na condição de vítima, porém isso não significa que eles são necessariamente inseridos em regimes de admissão. Em VEN-ACI-2, isso até chega a acontecer (ainda que de forma pouco impactante, em virtude dos eufemismos e da atonia que permeia as ações relacionadas aos estrangeiros), mas não em VEN-ACI-1. Neste caso, o que parece se sobressair é a isotopia de irresponsabilidade, a qual é atualizada no discurso a partir da informação de que o carro dos estrangeiros transportava mais gente que o permitido. Com isso, em que pese o fato de se

nomear o ocorrido como um acidente e os ocupantes do automóvel como vítimas, termina-se assumindo que eles foram os responsáveis pela própria sina, o que reduz a solidariedade que poderia ser acionada no enunciatário e os instaura em uma zona segregativa.

Por fim, ambos os textos relativos a narcotráfico erigiram representações disfóricas dos estrangeiros e os inseriram em regimes de segregação. No caso de VEN-DRO-1, operou-se uma triagem mais evidente pelo fato de se ter camuflado a existência de um brasileiro no delito, de modo a delegar ao venezuelano a responsabilidade pelo ocorrido. Ademais, ao tratar o cidadão nacional como comparsa do internacional, relega-se aquele a um posto secundário, ao passo que este, por oposição, termina como o ator principal – representação essa que contraria o que é apresentado no corpo da notícia, levando a um entendimento errôneo da situação –. Com isso, constata-se que a forma como o enunciador organizou a manchete e o subtítulo busca, em última instância, preservar a imagem dos brasileiros, já que esconde a participação do compatriota no tráfico, mas explicita o fazer sancionador (e positivamente avaliado) das autoridades locais – logrando, dessarte, mobilizar paixões malevolentes apenas contra o venezuelano –. VEN-DRO-2, por sua vez, promove uma construção identitária negativa não só dos estrangeiros retratados, mas das zonas fronteiriças de modo geral. Para isso, executa uma abertura espacial e, posteriormente, induz o seu fechamento, de sorte que se associe a fronteira como porta de entrada de elementos ruins (no caso, a cocaína). Igualmente, ao não delimitar qual era a fronteira, o G1 permite entrever que essa especificação não se faz necessária; independentemente de qual for, as grandezas que dali advierem resultarão em uma profanação do campo de presença brasileiro.

Em vista do exposto, é possível organizar os textos no seguinte gráfico tensivo:

Gráfico 6 – Organização tensiva dos textos referentes a venezuelanos



Fonte: elaborado pela autora

Percebe-se, a partir do gráfico, que os venezuelanos, à diferença das outras nacionalidades, são inseridos majoritariamente em zonas de mistura, muitas das vezes, inclusive, com um elevado nível de tonicidade, o que delineia um movimento de admissão que tende à assimilação. Isso ocorre em virtude dos papéis temáticos atribuídos a esses sujeitos, os quais os caracterizam como indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade social que precisam ser acolhidos. Interessante constatar, igualmente, que essa condição (observada sobretudo em VEN-HOM-1, VEN-REF-1 e VEN-REF-2) estabelece, muitas vezes, certa desigualdade entre venezuelanos e brasileiros: enquanto, a nível realizado, mostram-se os primeiros como indivíduos subalternizados e fragilizados, os segundos tendem a despontar realizadamente como ‘salvadores’, como os benfeitores que auxiliam os estrangeiros – quando os brasileiros são antissujeitos, a informação tende a ser ocultada –. Logo, a inserção desse Outro em uma zona de mistura não parece ocorrer por um real desejo de integração (como observado no caso dos turistas argentinos), mas sim com o propósito de construir uma identidade eufórica para o Brasil. Nesse sentido, os textos que se encontram em uma área de mistura mais átona (VEN-HOM-2 e VEN-ACI-2) também recorrem à estratégia semelhante, com a diferença de que os temas e figuras aqui utilizados não tem o impacto apresentado nos exemplos supracitados. Nesses dois últimos casos, o grau de mistura dependerá dos papéis temáticos atribuídos ao cidadão internacional e da maneira como ele é identificado (pelo nome, como em VEN-HOM-2, ou apenas pela nacionalidade, como em

VEN-ACI-2). Finalmente, os demais textos segregam o estrangeiro, às vezes de modo mais explícito (como se dá em VEN-DRO-1, em que a participação de um brasileiro no crime é disfarçada para que somente o venezuelano seja responsabilizado pelo tráfico), seja de modo mais atenuado (em que a marcação da nacionalidade somada à emergência de isotopias negativas conduz a conclusão de que o estrangeiro não faz parte do grupo modelar e que tampouco pode integrar-se a ele, já que se mostra como uma grandeza negativa que deve ser afastada).

## 5.6 Cotejo dos textos referentes a narcotráfico

Após o detalhamento de todos os textos e o cotejo dentro dos grupos nacionais, tratar-se-á de comparar somente aqueles referentes ao tráfico de drogas, já que, ao ser a isotopia comum a todos os países, será possível constatar se há alguma relação entre a nacionalidade a tensividade.

Quadro 5 – Textos referentes a narcotráfico

<b>ARG-DRO-1</b>	Título	Polícia Federal prende na Praia de Pipa traficante argentino procurado pela Interpol.
	Subtítulo	Homem de 48 anos trabalhava como administrador em uma pousada e figurava na difusão vermelha da organização internacional da polícia criminal desde 2020.
<b>ARG-DRO-2</b>	Título	Argentinos são presos no RS transportando medicamento utilizado no golpe do 'boa noite, Cinderela', diz PRF.
	Subtítulo	Abordagem ocorreu na BR-386, em Sarandi. Além da droga, homens carregavam receitas médicas e carimbos falsificados de profissionais da medicina.
<b>BOL-DRO-1</b>	Título	Dupla é presa com cocaína escondida embaixo de carro abordado em rodovia de Itatinga; vídeo.
	Subtítulo	Dois homens, um deles boliviano, estavam no carro com as esposas e uma criança; 16 kg de pasta base da droga estavam em cima do tanque de combustível do carro abordado na Rodovia Castelo Branco.
<b>BOL-DRO-2</b>	Título	Casal de bolivianos é flagrado com pasta base de cocaína em ônibus e acaba preso pela Polícia Rodoviária.
	Subtítulo	Envolvidos estavam em um coletivo que foi abordado na SP-270, em Álvares Machado (SP), e levavam uma criança de 2 anos. Cerca de 4 quilos da droga foram apreendidos.
<b>COL-DRO-1</b>	Título	Colombiano que viajava em lua de mel é preso com cocaína em mala e esposa dele é contida ao tentar agredi-lo, diz PF.
	Subtítulo	Homem foi detido após policiais encontrarem 6,5 quilos de droga em fundo falso de bagagens, no Aeroporto do Recife. Mulher ficou revoltada ao saber de entorpecente.

<b>COL-DRO-2</b>	Título	Colombiano é preso no Aeroporto do Recife com um quilo de cocaína na bagagem de mão; droga seria entregue na França.
	Subtítulo	Segundo a Polícia Federal, ele saiu de Bogotá com o entorpecente entregue por um venezuelano e entrou no Brasil pelo Amazonas. Do Recife, iria para Lisboa, de onde seguiria para Paris.
<b>PAR-DRO-1</b>	Título	Paraguaio abordado por não usar cinto de segurança é preso com mais de 2 toneladas de maconha em carreta.
	Subtítulo	Droga foi achada em um fundo falso da carroceria durante abordagem na SP-333, em Marília (SP). Tabletes estavam envoltos em graxa para evitar serem farejados por cães. Motorista era acompanhado da mãe e uma sobrinha de 3 anos.
<b>PAR-DRO-2</b>	Título	Paraguaia é presa por suspeita de tráfico internacional de drogas no aeroporto de Foz do Iguaçu, diz PF.
	Subtítulo	Mulher estava com 3 kg de cocaína escondidos em fundo falso de mala. Ela disse que levaria droga para a Espanha. Esta é a segunda prisão com as mesmas características em menos de uma semana.
<b>VEN-DRO-1</b>	Título	Venezuelano e comparsa são presos por tráfico de drogas em Rurópolis durante ronda da PM.
	Subtítulo	Polícia Civil solicitou à Justiça a conversão do flagrante da dupla em prisão preventiva.
<b>VEN-DRO-2</b>	Título	Venezuelanos são presos com mais de 4kg de cocaína líquida dentro de pacotes de óleo de coco no AC.
	Subtítulo	Droga foi achada em bagagens dentro de ônibus que tinha saído da fronteira com destino à capital acreana, Rio Branco. Flagrante ocorreu nesta quarta-feira (25) na BR-317, em Senador Guiomard.

Fonte: elaborado pela autora

Nesse sentido, verificam-se certos pontos de interseção entre os exemplares. Primeiramente, importa destacar que todos os textos possuem um caráter disfórico e inserem o estrangeiro em zonas de segregação – algo, em certa medida, esperado, dada a valoração negativa que esse delito recebe na sociedade –. Outrossim, existem algumas estratégias comuns mediante as quais essa disforia é explorada:

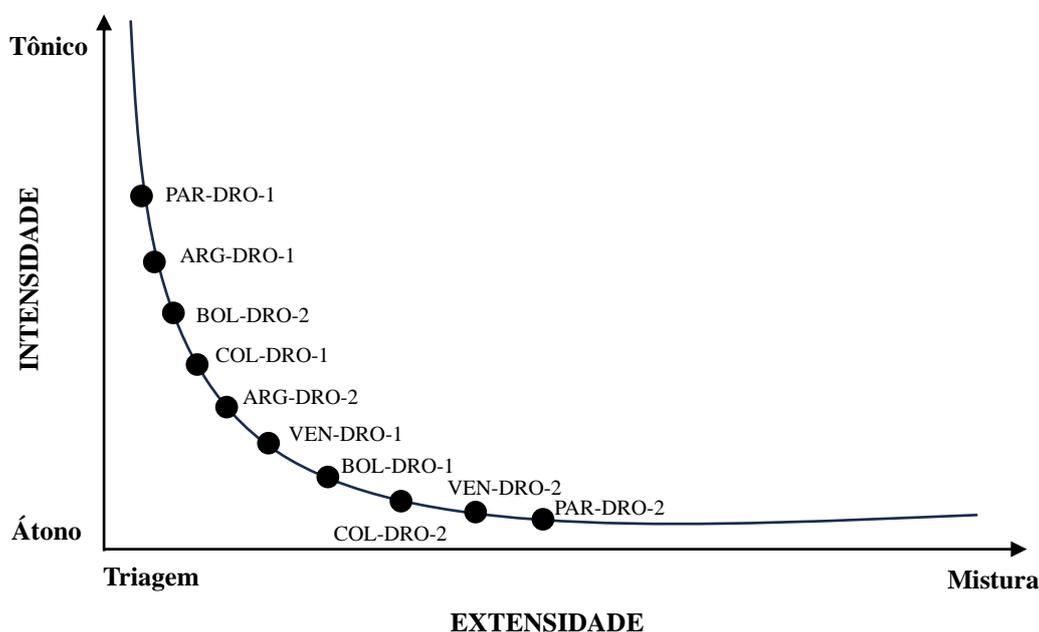
- (i) pela emergência de outras isotopias igualmente negativas;
- (ii) pela triagem do cidadão internacional e consequente atribuição de culpa majoritariamente a ele;
- (iii) pela inserção do fazer do estrangeiro em um regime de programação;
- (iv) pela menção ao processo de entrada do entorpecente no Brasil, que remonta à profanação do campo de presença nacional.

Entre os textos que se adequam ao primeiro grupo, consta ARG-DRO-2, que, ademais do narcotráfico, também contém explicitamente a isotopia de falsificação e, a nível virtualizado, a de roubo/crimes sexuais. Já nos demais exemplos que se enquadram nessa

categoria, a maioria trata de recuperar certa isotopia de falta de escrúpulos em razão do ato de envolver pessoas inocentes no crime – o que replica a estratégia de textos intolerantes de imputar à alteridade uma suposta falta de ética e de moral (BARROS, 2016) –. No *corpus*, isso se observou nos textos BOL-DRO-1, BOL-DRO-2, COL-DRO-1 e PAR-DRO-1, em que os infratores estava em companhia de parentes que não sabiam da droga (geralmente crianças). Quando desejava realçar a amoralidade da ação, o enunciador indicava a idade do menor (BOL-DRO-2), enumerava os distintos familiares que tinham sido desavisadamente envolvidos (PAR-DRO-1) ou apontava as curiosas circunstâncias contextuais subjacentes ao fato (COL-DRO-1). Já quando se recorria à triagem do estrangeiro (BOL-DRO-1, VEN-DRO-1), isso parecia atender muito mais à tentativa de salvaguardar a reputação dos cidadãos brasileiros ao não os vincular ao crime. Quanto aos textos que colocam o fazer do estrangeiro em um regime de programação, isso é feito de modo mormente sutil, seja pela menção ou sugestão do papel temático profissional de *traficante* (ARG-DRO-1, PAR-DRO-1), seja pela afirmação de que houvera outros casos com as mesmas características em um curto espaço de tempo (PAR-DRO-2). Por último, COL-DRO-2 e VEN-DRO-2 falam da entrada da droga no Brasil, o que figurativiza a profanação do campo de presença nacional, de modo a atribuir essa maculação aos estrangeiros.

As estratégias apresentadas, no entanto, não são suficientes para graduar os textos em termos de tensividade porque mais importantes que elas são as circunstâncias específicas de cada exemplar. A seguir, consta o gráfico tensivo:

Gráfico 7 – Organização tensiva dos textos referentes a narcotráfico



PAR-DRO-1 se configura como o que mais suscita paixões malevolentes no enunciatário porque, além de sugerir que o actante se dedicava ao tráfico de forma programada (haja vista o grau de especialização de seu fazer e a quantidade exacerbada de droga transportada), também menciona a presença de duas inocentes cujas características validam a percepção de que ao homem lhe faltava ética (já que envolveu a própria mãe e uma sobrinha pequena no delito). Em seguida, ARG-DRO-1 logra incrementar o afeto a partir de figuras que atualizam a ideia de perigo (*Interpol, difusão vermelha*), de modo a construir a percepção de que o argentino, além de exercer o tráfico como profissão, era um indivíduo de grande periculosidade (e que, ademais, se camuflava sob a égide do segredo). Já BOL-DRO-2 chama a atenção pela existência da criança, que, ao estar acompanhada de um casal, recupera a isotopia familiar. Com isso, dá-se abertura para pensar que os estrangeiros cometeram a infração na presença de um possível filho, o que reitera a questão da falta de moral. Este ponto também é observado em COL-DRO-1, no qual o incremento do afeto se deve ao fato de o colombiano ter delinquido durante a própria lua de mel e sem que sua esposa soubesse disso.

Quanto à ARG-DRO-2, existem distintas isotopias criminosas subjacentes (tráfico, falsificação, roubo, crime sexual), mas como as duas últimas estão virtualizadas, seu impacto acaba reduzido. VEN-DRO-1, por sua vez, aparece na sétima posição unicamente pela triagem operada com o venezuelano no início da manchete (o que faz que sobre ele recaia a maior parte da responsabilidade), já que o resto do enunciado é marcado pelo viés extensivo. BOL-DRO-1 também recorre à mesma estratégia e a soma à presença de familiares, mas como o faz somente no subtítulo (após representar os infratores de modo mais atenuado, como *dupla*, simplesmente), a tonicidade é arrefecida. Depois, constam os textos que explicitam a entrada do entorpecente no Brasil, em que COL-DRO-2 se impõe ante VEN-DRO-2 por melhor caracterizar a isotopia de tráfico internacional. Finalmente, PAR-DRO-2 consta como o menos impactante não só porque é o único em que não se vaticina efetivamente o crime (já que caracteriza a situação como uma *suspeita* de narcotráfico), mas também porque o regime de programação é bastante intangível e genérico, visto que não se explicitam exatamente quais características do caso são comuns à outra detenção executada.

Diante do exposto, verifica-se que, nos textos referentes a tráfico de drogas, a nacionalidade não foi um elemento decisivo, tanto que a manchete que mais tende ao valores de absoluto pertence ao mesmo país daquela em que a tonicidade e a triagem são menores. Para uma mesma isotopia criminal, não interessa de onde veio o indivíduo que cometeu a infração, mas sim quais as circunstâncias associadas à sua prática.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal verificar como foi feita a construção identitária de estrangeiros latino-americanos em manchetes e subtítulos veiculados pelo portal G1 durante o primeiro semestre de 2022. Nesse sentido, acreditava-se que essa representação buscava instaurar a crença de que tais cidadãos são predominantemente criminosos ou desvalidos, o que se mostrou quase sempre verdadeiro.

Cabe mencionar, em primeiro lugar, que a maior parte dos textos aludia a isotopias delitivas – nas quais o estrangeiro geralmente ocupava o papel de delinquente –; nas ocorrências em que ele era a vítima, percebia-se que sua situação costumava ser abordada de modo mais átono e, em diferentes ocasiões, sua presença era pouco focalizada e relegada à periferia do campo posicional, em uma caracterização que lhe concedia certo ar de irrelevância. Ademais, é importante ressaltar que, nos casos em que o cidadão internacional era o destinatário de um fazer malevolente, o destinador tendia a ser brasileiro, o que nunca era explicitado na manchete ou no subtítulo; por outro lado, quando a situação se invertia e o infrator provinha de outro país, essa informação sempre era ressaltada, e as vítimas brasileiras eram apresentadas de forma tônica com o fito de angariar paixões benevolentes a seu favor.

Em segundo lugar, cumpre aclarar que também foram frequentes os textos em que os estrangeiros surgiam em condição de desvalimento, geralmente associados a isotopias de trabalho escravo ou de refúgio. Em tais casos, o G1 os inseria em zonas participativas, o que era feito via figuras que enfatizavam seu papel temático profissional e sua vulnerabilidade. Não obstante esse diferencial, aqui também havia a tentativa de salvaguardar a reputação dos brasileiros, ora ocultando sua nacionalidade quando eles operavam como antissujeitos do programa narrativo do cidadão forâneo, ora enfatizando sua atuação quando eles agiam como adjuvantes.<sup>51</sup>

Ainda acerca da hipótese básica, as únicas isotopias que se distanciaram daquilo a priori cogitado foram as de acidente e de turismo. No que concerne àquela, observou-se movimento semelhante ao que se deu nos contextos de crime: quando o estrangeiro causava o acidente, atribuía-se uma identidade disfórica a ele, no geral a partir da atualização de temas

---

<sup>51</sup> Embora o objetivo deste trabalho fosse verificar a maneira como são concebidos os estrangeiros, é importante ressaltar a imagem do Brasil que emerge dos textos. Ao enfatizar as ações positivas tomadas por indivíduos e entidades nacionais e minimizar (ou até mesmo ocultar) atitudes repreensíveis por eles cometidas, nota-se a tentativa de apresentar o povo brasileiro como acolhedor, receptivo e aberto às diferenças. De igual modo, a constante ênfase no papel desempenhado pelos agentes estatais constrói a imagem de um país onde as instituições funcionam. Somados, tais elementos culminam na representação do Brasil como um lugar atrativo, onde há hospitalidade e eficiência na garantia da ordem pública.

como a impunidade e a irresponsabilidade; quando, por outro lado, ele era vítima, sua condição de saúde era relegada a segundo plano e, em algumas ocasiões, a maneira como o enunciado era construído culpabilizava o cidadão internacional pelo que lhe ocorrera (o que costumeiramente se dava de modo mais implícito, mediante foco e apreensão átonos). Já no que tange ao turismo, criava-se uma visão eufórica do estrangeiro, inserindo-o em zonas de mistura – embora seja necessário assinalar que isso parecia ocorrer não tanto por serem turistas latino-americanos, mas sim por sua condição financeira abastada ou pelo seu exotismo –. Igualmente, faz-se mister pontuar que, conquanto apresentassem um grau de tonicidade menor que os vistos em textos sobre trabalho escravo e refúgio, os exemplos relativos a turismo foram os únicos em que os brasileiros e estrangeiros apareciam em uma relativa condição de igualdade. Isso se deu pelo fato de que, naquelas isotopias, o cidadão internacional despontava como um ser em situação de miséria e vulnerabilidade, o que o colocava em um lugar de fragilidade e, conseqüentemente, de inferioridade.

Dando prosseguimento aos propósitos que guiaram a dissertação, o primeiro objetivo específico era constatar em que medida havia um traço sêmico que perpassasse a construção identitária dos diferentes grupos nacionais analisados. Acerca disso, supunha-se que, independentemente do país do estrangeiro, sempre constaria certa pejoratividade na maneira de representá-lo. Novamente, essa hipótese mostrou-se majoritariamente verídica, muito em parte pelo fato de os estrangeiros serem apresentados mormente como criminosos. No entanto, resultou surpreendente perceber que, mesmo quando eles eram vítimas, esse traço disfórico permanecia, fosse por apresentá-los como insignificantes, irresponsáveis ou miseráveis. Somente na isotopia de turismo não foram observados atributos desvantajosos; nela, ainda que não constassem enunciados marcadamente tônicos, os estrangeiros eram apresentados de forma positiva e ativa – isso é, sem estarem subalternizados por condições socioeconômicas desfavoráveis –.

No que concerne ao segundo objetivo específico, almejava-se identificar quais fatores influenciavam as dinâmicas tensivas presentes nos textos analisados. Sobre isso, conjecturou-se que a isotopia predominante no texto e a nacionalidade do estrangeiro despontavam como as causas mais relevantes, porém isso não se mostrou inteiramente válido. Quanto à primeira, ela resultou mais pertinente para prever o comportamento do eixo da extensidade, mas não tanto o da intensidade. Sendo assim, textos em que o estrangeiro se encontrava em situações de cordialidade (como turismo) ou de vulnerabilidade (como refúgio e trabalho escravo) efetivamente o inseriram em zonas de mistura, porém não é possível afirmar que isotopias delitivas automaticamente o colocassem em zonas de triagem porquanto isso dependesse do

papel ocupado pelo cidadão internacional: quando era o infrator, ele sempre era alocado na área de influência dos valores de absoluto; quando era a vítima, normalmente sua inserção tendia aos valores de universo – mas não sempre, já que houve casos em que a vítima era tacitamente culpabilizada ou menosprezada, o que a levava para o polo da triagem –. Já no que diz respeito à tonicidade, a isotopia predominante não foi capaz de justificar o grau de impacto dos textos, dado que, para isso, fazia-se necessário considerar o caráter tônico ou átono dos temas e figuras veiculados, além da presença de outras isotopias cujo modo de existência diferia da realização (em especial aquelas que se encontravam atualizadas no discurso).

No tocante à influência da nacionalidade, esta se mostrou dúbia, já que, conforme atestado no cotejo entre textos relativos a narcotráfico, para uma mesma temática, o país do estrangeiro não foi determinante. Nessa situação, também foram as isotopias atualizadas as que se mostraram mais relevantes para determinar os graus de triagem e de tonicidade. Contudo, o país do estrangeiro pareceu condicionar a própria determinação das isotopias, no sentido de que os contextos predominantemente associados a cada nação iam ao encontro dos estereótipos que vigoram no Brasil sobre esses locais.<sup>52</sup> Como a isotopia mostrou-se em alguma medida profícua para determinar a tendência à triagem ou à mistura, a nacionalidade, em última instância, acabava tendo alguma influência nesse sentido. Assim, no caso da Argentina e da Colômbia, metade dos textos se encontravam no campo da segregação e os demais se dividiam entre a exclusão e a admissão; no que diz respeito à Bolívia, em praticamente todas as situações os indivíduos eram alocados na área de triagem átona, com exceção dos dois textos de trabalho escravo, que constavam no polo da mistura. Quanto ao Paraguai, a isotopia de trabalho escravo também foi a única que inseriu o estrangeiro em uma zona participativa; em um dos textos (PAR-ACI-1), o cidadão internacional ficou a meio caminho entre a triagem e a mistura, ao passo que, nos outros exemplares, o indivíduo foi inserido na zona mais concentrada, sendo dois na exclusão e três na segregação. Por fim, os venezuelanos contrariaram a dinâmica instaurada com as outras nacionalidades: em somente três casos eles foram segregados; no mais, apareceram mormente no campo da mistura<sup>53</sup>, três

---

<sup>52</sup> Assim, tomando como exemplo a isotopia de turismo, percebe-se que ela apareceu atrelada apenas a argentinos, porém dados oficiais mostram que paraguaios, colombianos e bolivianos também vêm frequentemente ao Brasil na condição de visitantes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2021). No entanto, não houve nenhuma ocorrência que os trouxesse nessa posição, visto que isso não coincide com a ideia que aqui se faz desses países: nações pobres e marcadas pela criminalidade.

<sup>53</sup> O que, inclusive, comprovou que – à diferença do que se cogitou – o grau de desenvolvimento do país não teve grande influência, dado que, dentre as nações analisadas, a Venezuela tem o menor IDH e, ainda assim, foi a que mais teve seus indivíduos inseridos em zonas de mistura.

vezes de forma mais tônica e duas de forma mais átona.<sup>54</sup>

Por último, o terceiro objetivo específico era averiguar qual regime de alteridade o G1 costumava estabelecer com os estrangeiros latino-americanos e quais estratégias eram utilizadas nesse sentido. Sobre isso, acreditava-se que eram instaurados majoritariamente regimes de segregação, os quais podiam ocorrer tanto pela exploração sensível (ao valer-se de incrementos na tonicidade com o fito de incitar paixões malevolentes contra o Outro) quanto pela exploração inteligível (ao buscar apresentar-se como um enunciador imparcial). Conforme se dissertou no parágrafo anterior, efetivamente, predominou a segregação, ou seja, os estrangeiros geralmente eram inseridos em uma zona de triagem átona. Percebe-se, com isso, que a via dos estados de coisas foi mais explorada que a dos estados de alma: não era do feitio do G1 empregar uma linguagem superlativamente impactante, que adentrasse com força o campo de presença do enunciatário; ao contrário, preferia-se empregar termos mais átonos e usar estratégias para revestir a notícia de verossimilhança (tais como detalhamentos espaço-temporais e procedimentos de iconização) e para erigir um ethos de imparcialidade (como o predomínio de debreagens enuncivas e a constante menção a fontes governamentais). Com isso, despertava-se certa animosidade contra os estrangeiros, porém de modo sutil, já que o conteúdo despontava como um fato manifesto e evidente.

Em suma, espera-se ter contribuído ao rol de investigações semióticas que perscrutam questões identitárias a partir de uma perspectiva tensiva, além de ter gerado um melhor entendimento sobre como o resto do continente e seus habitantes são representados na imprensa brasileira. Entretanto, em que pesem os esforços empreendidos neste trabalho, tem-se consciência de que ainda há lacunas que precisam ser preenchidas. Em primeiro lugar, mostra-se relevante verificar como é feita a construção identitária dos estrangeiros latino-americanos em outros veículos de imprensa – preferencialmente comparando grupos de comunicação com diferentes inclinações editoriais, com o fito de averiguar se, a depender da afinidade política da empresa, há uma representação mais eufórica ou disfórica do referido coletivo –. De igual modo, seria benéfico realizar investigações que levassem em consideração aspectos interseccionais, como raça e gênero, de modo a examinar se tais elementos influenciam na forma como esses estrangeiros são retratados. Outrossim, é pertinente que se executem pesquisas que não se reduzam apenas aos elementos titulares e que se debrucem sobre as notícias na íntegra, além de incorporarem a dimensão visual à

---

<sup>54</sup> Inclusive, cabe sublinhar que antes se acreditava que as ocorrências obedeceriam ao padrão concentrado-impactante e difuso-tênue, próprios do esquema descendente. No entanto, muitos dos textos sobre venezuelanos (e outro sobre paraguaios) contrariou as expectativas e trouxe esquemas ascendentes, em que o eixo da intensidade e da extensidade crescem proporcionalmente.

análise, de maneira que as fotos que ilustram os textos também sejam avaliadas. Igualmente, em vez de comparar diferentes nacionalidades, seria interessante que se trabalhasse apenas com uma, porém em uma perspectiva diacrônica, cotejando notícias de períodos distintos para observar mudanças na construção identitária. Por fim, sugere-se inverter os papéis e verificar como os brasileiros são retratados na imprensa dos outros países do continente, haja vista o Brasil também ser visto em tais nações sob uma ótica de alteridade; como consta na epígrafe desta dissertação, o Brasil é um mundo que se interessa pouco pelo resto da região e pelo qual a região tampouco se interessa. Em síntese, é um mundo em si. (CAPARRÓS, 2021)

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de *et al.* **O Brasil, as Américas e o mundo segundo a opinião do público e dos líderes: 2010/2011 - 2014/2016.** São Paulo: Cebrap, 2017. Disponível em: [https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Brasil\\_Ame%CC%81ricas%E2%80%93mundo.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Brasil_Ame%CC%81ricas%E2%80%93mundo.pdf). Acesso em: 02 set. 2022.
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereotipos y clichés.** Buenos Aires: Eudeba, 2010.
- ANTONIO, Deise Maria. **O percurso gerativo de sentido aplicado à análise documental de textos narrativos de ficção: perspectivas de utilização em bibliotecas universitárias.** 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/antonio\\_dm\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/antonio_dm_me_mar.pdf). Acesso em: 03 jun. 2022.
- ARAÚJO, Edna Clara Januário de. **“La voix de mes blessures”:** análise semiótica de narrativas de vida de migrantes e refugiados. 2021. 159f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35866>. Acesso em: 24 set. 2022.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. *In:* BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Preconceito e intolerância.** Reflexões linguístico-discursivas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. A identidade intolerante no discurso separatista. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 147-167, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/download/59777/62886>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 58, n. 1, p. 7-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646151/>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. *In:* FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística II: princípios de análise.** São Paulo: Contexto, 2003, p. 187-219.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos.** São Paulo: Humanitas, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto.** São Paulo: Ática, 1997.
- BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, p. 36-71, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/XgK4BPKnMwdHNfpqBjc8Fdk/abstract/?lang=pt>. Acesso em:

05 set. 2022.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EdUSC, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BUENO, Alexandre Marcelo. Ciudad y alteridad: la presencia de bolivianos en la ciudad de São Paulo. **Conexión**, n. 18, p. 99-125, 2022. Disponível em:

<https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/conexion/article/view/26033>. Acesso em: 03 mai. 2023.

BUENO, Alexandre Marcelo. Entre o peixe e o xamã: processos semióticos no encontro intercultural. **Estudos Semióticos**, v. 17, n. 2, p. 164-183, 2021. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/180105>. Acesso em: 13 set. 2022.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Intolerância linguística e imigração**. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:

[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-143055/publico/TESE\\_ALEXANDRE\\_MARCELO\\_BUENO.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31072007-143055/publico/TESE_ALEXANDRE_MARCELO_BUENO.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022.

BUENO, Alexandre Marcelo. Para uma gramática da intolerância. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, v. 10, p. 57 -68, 2015. Disponível em:

<https://www.academia.edu/download/36604303/220.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Representações discursivas do imigrante no Brasil a partir de 1945**. 2011. 352 p. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17042012-145810/publico/2011\\_AlexandreMarceloBueno\\_VRev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17042012-145810/publico/2011_AlexandreMarceloBueno_VRev.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

BUENO, Alexandre Marcelo. Representações do imigrante boliviano: questões enunciativas. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 28, p. 245-266, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14196>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BURGO, Vanessa Hagemeyer; FERREIRA, Eduardo Francisco; STORTO, Letícia Jovelina. Mecanismos de debragem e embreagem actanciais empregados na língua falada. **Estudos Semióticos**, v. 7, n. 2, p. 16-25, 2011. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5762144>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CAPARRÓS, Martín. **Ñamérica**. Madri: Literatura Random House, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca. **Imigração e refúgio no**

**Brasil:** retratos da década de 2010. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2021. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/Relat%C3%B3rio\\_Anuar/Retratos\\_da\\_De%CC%81cada.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Retratos_da_De%CC%81cada.pdf). Acesso em: 23 abr. 2022.

DESIDÉRIO, Bianca Cavichia. **O Sentimento de pertencimento do migrante: alguns casos da cidade de Dourados-MS**. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012. Disponível em: [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2\\_6a8e2cf039a7a56bd3239ca67469e080/Details](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2_6a8e2cf039a7a56bd3239ca67469e080/Details). Acesso em: 11 jun. 2023.

DESIDÉRIO, Bianca Cavichia; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. As formas de percepção da Alteridade: uma análise da noção de Estrangeiro. **ArReDia**, v. 2, n. 2, p. 11-25, 2013. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/arredia/article/view/2334>. Acesso em: 24 set. 2022.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. **História Social**, n. 18, p. 157-176, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/356/307>. Acesso em: 08 set. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Comparsa. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Curitiba: Positivo, 2005. p. 249.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2000.

FONTANILLE, Jacques. A semiosfera colocada à prova pela enunciação antropossemiótica. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 14, p. 62-84, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/x9Pzft5RrTL8rVcS93zFMhJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FONTANILLE, Jacques. **Formas de vida**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2018 [2015].

FONTANILLE, Jacques. Práxis e enunciação: Greimas herdeiro de Saussure. **Gragoatá**, v. 22, n. 44, p. 986-1004, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33545>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica del discurso**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2001 [1998].

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica y literatura: ensayos de método**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2016 [1999].

FONTANILLE, Jacques. **Soma y sema: figuras semióticas del cuerpo**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2008 [2004].

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensión y significación**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2016.

GABIELKOV, Maksym *et al.* Social Clicks: what and who gets read on Twitter? Social Clicks: What and Who Gets Read on Twitter? *In: 2016 International Conference on Measurement and Modeling of Computer Science (Sigmetrics '16). Proceedings...* New York, USA: Association for Computing Machinery, 2016. p. 179-192. Disponível em: <https://hal.inria.fr/hal-01281190/document>. Acesso em: 14 mai. 2023.

GAGLIARDI, Juliana; ALBUQUERQUE, Afonso de. “Alianças Exóticas”: a integração do Brasil com a América Latina na ótica de O Globo. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2078>. Acesso em: 4 set. 2022.

GOMES, Regina Souza. Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa. **Estudos Linguísticos**, v. 5, p. 195-212, 2010. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/clunl/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/5n-regina-gomes.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph (orgs.). **Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II**. Paris: Hachette, 1986.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2008 [1979].

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n.1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso: 02 set. 2022.

LANDOWSKI, Eric. **Interacciones arriesgadas**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2009.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LÓPEZ VARAS, Miguel Ángel. **Chile, las Américas y el mundo: opinión pública y política exterior**. Santiago de Chile: IEI, 2015. Disponível em: [www.iei.uchile.cl/investigacion/proyectos-de-investigacion/58732/encuesta-chile-y-el-mundo](http://www.iei.uchile.cl/investigacion/proyectos-de-investigacion/58732/encuesta-chile-y-el-mundo). Acesso em: 02 set. 2022.

MALDONADO, Gerardo *et al.* **México, las Américas y el mundo 2004-2014: diez años de opinión pública y política exterior**. Ciudad de México: Cide, 2015. Disponível em: <http://repositorio-digital.cide.edu/bitstream/handle/11651/934/151638.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 set. 2022.

MARINGONI, Gilberto *et al.* Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional. *In: AZZI, Diego Araújo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de (orgs.). A política Externa de Bolsonaro na pandemia*. São Bernardo do Campo: OPEB UFABC, 2020. p. 21-30.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. Ciudad de México: Era, 1973.

MENDES, Conrado Moreira. Semiótica tensiva: fundamentos teóricos. **Línguas & Letras**, v.

16, n. 34, p. 321-342, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11641>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo 2021**: ano base 2020. 2. ed. Brasília: Coordenação-Geral de Dados e Informações, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020\\_divulgacao-compactado.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020_divulgacao-compactado.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin do. **Técnicas de redação em jornalismo**: o texto da notícia. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: EDUC, 1995.

PENHA, Eli Alves. Somos todos americanos? Unidade e diversidade regional nas Américas. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 14, n. 26, p. 63-76, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/105579>. Acesso em: 08 set. 2022.

PESSOA, Luís Alexandre Grubits de Paula; BARROS, Denise Franca; COSTA, Alessandra de Sá Mello da. Representações da relação homem-carro: uma análise semiótica da propaganda brasileira de seguros de automóvel. **Organizações & Sociedade**, v. 24, p. 15-38, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/xMvVszzfzkDTNMfQSCy63jJC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PNUD. **The 2021/2022 Human Development Report**. New York: United Nations Development Programme, 2022. Disponível em: [https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf\\_1.pdf](https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf). Acesso em: 16 jun. 2023.

PRADO, Lídia Domingues Peixoto. **Soy loco por ti, América**: a integração regional como prioridade da política externa brasileira na era Lula (2003-2010). 2012. 166f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-graduação em Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-120821/publico/2012\\_LidiaDominguesPeixotoPrado.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-120821/publico/2012_LidiaDominguesPeixotoPrado.pdf). Acesso: 03 jun. 2023.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUIJADA, Mónica. Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina” (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad). **Revista de Indias**, v. 58, n. 214, p. 595-616, 1998.

RESENDE, Viviane de Melo; PEREIRA, Fábio Henrique. Práticas socioculturais e discurso: uma apresentação. In: RESENDE, Viviane de Melo; PEREIRA, Fábio Henrique (org.). **Práticas socioculturais e discursos**: debates transdisciplinares. Covilhã: LabCom, 2010, p. 1-7.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2022**. Oxford: Reuters Institute for the study of journalism, 2022. Disponível em: [https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital\\_News-Report\\_2022.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.

RIPOLL, Erika Masanet; ARCACIA, Carolina Ripoll. La representación de la mujer inmigrante en la prensa nacional. **Papers: Revista de Sociología**, Barcelona, n. 89, p. 169-185, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2726745>. Acesso em: 01 out. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Mariana Guimarães Alves da. **Ser sem pertencer: análise discursiva da política externa do Barão do Rio Branco e a construção da imagem brasileira frente à América Latina**. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/25982>. Acesso em: 02 set. 2022.

SIMAI, Szilvia; BAENINGER, Rosana. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos da População - Unicamp, 2012, p. 195-210. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/45516843/livro\\_bolivianos.pdf#page=10](https://www.academia.edu/download/45516843/livro_bolivianos.pdf#page=10). Acesso em: 23 abr. 2022.

TATIT, Luiz. A abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2002.

TEWKSbury, David; HALS, Michelle; BIBART, Allyson. The Efficacy of News Browsing: The Relationship of News Consumption Style to Social and Political Efficacy. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 85, n. 2, p. 257-272, 2008.

TICKNER, Arlene *et al.* **Colombia, las Américas y el mundo 2015: opinión pública y política exterior**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2016. Disponível em: [https://repository.icesi.edu.co/biblioteca\\_digital/bitstream/10906/82177/1/rouvinski\\_colombia\\_americas\\_2016.pdf](https://repository.icesi.edu.co/biblioteca_digital/bitstream/10906/82177/1/rouvinski_colombia_americas_2016.pdf). Acesso em: 02 set. 2022.

TRÍAS, Vivián. **Imperialismo y geopolítica en América Latina**. Montevideo: El Sol, 1967.

UGARTE, Manuel Baldomero. **La nación latinoamericana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

UTSUNOMIYA, Fred Izumi. **Análise de discursos de sites de Kenjinkai do Brasil: a construção de uma identidade cultural tipicamente nacional**. 2014. 277 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25118/Fred%20Izumi%20Utsunomiya.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2023.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

ZEPEDA, Beatriz; CARRIÓN MENA, Francisco. **Las Américas y el Mundo: Ecuador 2014**. Quito: FLACSO, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/314512571\\_Las\\_Americas\\_y\\_el\\_mundo\\_Ecuador\\_2014](https://www.researchgate.net/publication/314512571_Las_Americas_y_el_mundo_Ecuador_2014). Acesso em: 02 set. 2022.

ZILBERBERG, Claude. As Condições Semióticas da Mestiçagem. *In*: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela; CAETANO, Kati Eliana. **Olhar à Deriva: Mídia, Significação e Cultura**. São Paulo: Annablume, 2004.

ZILBERBERG, Claude. **La estructura tensiva**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2016a [2012].

ZILBERBERG, Claude. **Semiótica tensiva**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2016b [2006].

ZILBERBERG, Claude. Síntese da gramática tensiva. **Significação: revista de cultura audiovisual**, v. 33, n. 25, p. 163-204, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6097/609766012009.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.